



Rodrigo Ramos Elmas

**Argumentação e metáforas morais no
contexto político: uma análise das notas
taquigráficas da CPI da Petrobras**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Estudos da Linguagem da PUC-Rio como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre em
Letras/Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof^a Maria das Graças Dias Pereira

Rio de Janeiro

Abril de 2018



Rodrigo Ramos Elmas

**Argumentação e metáforas morais no
contexto político: uma análise das notas
taquigráficas da CPI da Petrobras**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-
Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo
assinada.

Profa. Maria das Graças Dias Pereira
Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Liana de Andrade Biar
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Amitza Torres Vieira
Faculdade de Letras – UFJF

Profa. Monah Winograd
Coordenador Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 20 de Abril de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Rodrigo Ramos Elmas

Graduou-se em Letras Português-Grego na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2014, e em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade Nacional de Direito (FND/UFRJ) em 2015.

Ficha Catalográfica

Elmas, Rodrigo Ramos

Argumentação e metáforas morais no contexto político: uma análise das notas taquigráficas da CPI da Petrobras / Rodrigo Ramos Elmas; orientadora: Maria das Graças Dias Pereira. – 2018.

149 f.; 30 cm

1. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2018.

Inclui referências bibliográficas

1. Letras – Teses. 2. Metáforas morais no contexto político. 3. Argumentação política. 4. Notas taquigráficas. 5. CPI da Petrobras. 6. Abordagem sociointeracional. I. Pereira, Maria das Graças Dias. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

Aos meus eternos professores.

Agradecimentos

À professora Graça, pela orientação, por todo o apoio, paciência e pela efetiva coconstrução do texto.

À CAPES, pela bolsa da pesquisa, a qual foi fundamental para o bom desenrolar deste estudo, e à PUC-Rio, pelos recursos concedidos para a realização do curso.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da PUC-Rio, Maria das Graças Dias Pereira, Maria Paula Frota, Marcia Martins, Érica dos Santos Rodrigues, Helena Martins e Paulo Britto, pelo conhecimento compartilhado em suas disciplinas.

Às professoras da banca examinadora, Amitza Torres Vieira e Liana de Andrade Biar, pelas contribuições para a construção e finalização da tese.

Aos funcionários da Secretaria de Letras da PUC-Rio, em especial à Chiquinha, pelos esclarecimentos e por sua paciência de sempre.

Aos funcionários da biblioteca da PUC-Rio, por sua boa vontade e incansável trabalho.

Ao colega Rony, por seus apontamentos, sugestões e indicações de bibliografia.

Aquelas que cuidaram de minha saúde em momentos de muitos percalços e inseguranças, isto é, às doutoras Juliana Teixeira de Paiva Souza, Barbara França e Bruna Almeida.

À minha família, cujo apoio me mantém vivo.

Ao *clarissimus* professor André Domingos dos Santos Alonso, que me colocou em contato com a língua grega.

Ao professor Luiz Eduardo de Vasconcellos Figueira, que me ajudou a desenvolver o interesse pela Sociologia.

A Deus e à Espiritualidade.

Resumo

Elmas, Rodrigo Ramos; Maria das Graças Dias (Orientadora). **Argumentação e metáforas morais no contexto político: uma análise das notas taquigráficas da CPI da Petrobras.** Rio de Janeiro, 2018. 149 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

O estudo consiste em uma proposta de análise da argumentação e do emprego de metáforas de cunho moral nas notas taquigráficas da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, conduzida na Câmara dos Deputados em 21/10/2015, com participantes de diferentes partidos políticos no Brasil. Busca-se estabelecer relações entre a argumentação política, metáforas morais e a interação social em contexto. Procura-se discutir, em especial, o uso de metáforas morais utilizadas na contestação ou na adesão ao relatório da CPI em notas da sessão final da CPI. São apresentadas diferentes concepções de metáfora na literatura, com enfoque especial de metáforas no contexto político. O instrumental teórico e analítico é da Teoria da Argumentação (Schiffrin, 1987), sob uma perspectiva dialógica, e da Sociolinguística Interacional, mediante conceitos da situação social, da estrutura de participação, com foco contextual. A pesquisa é de cunho qualitativo documental, a partir do relatório e das notas taquigráficas registradas na última sessão da CPI. Mediante a análise entre o relatório e os comentários dos deputados, pudemos perceber retomadas de contestação e de adesão. As metáforas de cunho moral utilizadas vão de um contexto mais amplo, o país, a contextos mais específicos, a Petrobras, a CPI, o relatório, bem como remetem a atributos dos participantes dos partidos políticos. O estudo proporciona maior entendimento da argumentação política dialógica, contribuindo para a compreensão do funcionamento das metáforas morais na linguagem de participantes de partidos políticos em um contexto social atual, nos embates em torno da crise política brasileira.

Palavras-chave

Metáforas morais no contexto político; Argumentação política; Notas taquigráficas; CPI da Petrobras; Abordagem sociointeracional.

Résumé

Elmas, Rodrigo Ramos; Maria das Graças Dias (Conseillère). **Argumentation et métaphores morales dans le contexte politique: une analyse des notes sténographiques de Petrobras**. Rio de Janeiro, 2018. 149 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

L'étude consiste en une proposition d'analyse de l'argumentation et de l'utilisation des métaphores morales dans les notes sténographiques du Comité d'enquête parlementaire de Petrobras (CPI), menées à la Chambre des députés le 21/10/2015, avec des participants de différents partis politiques au Brésil. Il cherche à établir des relations entre argumentation politique, métaphores morales et interaction sociale en contexte. On cherche à discuter, en particulier, de l'utilisation de métaphores morales utilisées dans le cadre du concours ou de l'adhésion au rapport du CPI dans les notes de la session finale de la CPI. Différentes conceptions de la métaphore sont présentées dans la littérature, avec un accent particulier sur les métaphores dans le contexte politique. Les outils théoriques et analytiques sont issus de la Théorie de l'Argumentation (Schiffrin, 1987), d'un point de vue dialogique, et de la Sociolinguistique Interactionnelle, à travers les concepts de la situation sociale, de la structure de participation, avec un focus contextuel. La recherche est documentaire qualitative, basée sur le rapport et les notes sténographiques enregistrées lors de la dernière session de la CEP. Grâce à l'analyse entre le rapport et les commentaires des Membres, nous avons pu percevoir la reprise de la contestation et de l'adhésion. Les métaphores morales utilisées vont d'un contexte plus large, le pays, à des contextes plus spécifiques, Petrobras, la CEP, le rapport, ainsi que se référer aux attributs des participants des partis politiques. L'étude fournit une meilleure compréhension de l'argumentation politique dialogique, contribuant à la compréhension du fonctionnement des métaphores morales dans le langage des participants des partis politiques dans un contexte social actuel, dans les conflits autour de la crise politique brésilienne.

Mots clés

Métaphores morales dans le contexte politique; argumentation politique; notes sténographiques; CEP de Petrobras; approche sociointeractionnelle.

Sumário

1.	Introdução	10
1.1	O tema da pesquisa, perguntas e objetivos	10
1.2	Abordagem teórica e metodológica	12
1.3	Organização dos capítulos da dissertação	13
2.	Abordagens sobre a metáfora e a metáfora moral no contexto político	15
2.1	Das diversas abordagens da metáfora	15
2.1.1	Abordagem clássica	15
2.1.2	Abordagem pragmática	16
2.1.3	Abordagem cognitivista	20
2.1.4	Abordagem discursiva	23
2.2	Metáforas morais e contexto político	25
2.3	Sobre a moral e metáforas morais	25
2.4	Metáfora e política	27
3	Posicionamento teórico e metodológico da pesquisa	33
3.1	Sociolinguística Interacional (SI)	33
3.1.1	Do lugar da interpretação: a noção de contexto	33
3.1.2	Do micro ao macro: a situação social	35
3.1.3	Do rearranjo interacional: o <i>footing</i>	38
3.2	Do modelo argumentativo (Schiffrin, 1987)	40
3.3	Do eixo interação social-metáfora-argumentação	42
4	Metodologia da pesquisa	44
4.1	Natureza da pesquisa	44
4.1.1	Pesquisa, método, análise ou técnica documental?	45
4.1.2	A análise documental das notas taquigráficas	47
4.2	O Contexto Político da CPI da Petrobras	48
4.3	O tratamento dos dados	53
5	Análise das metáforas morais nas notas taquigráficas da CPI da Petrobras: o contexto e a situação social	55
5.1	Metáforas do País	55
5.2	Metáforas da Petrobras	60
5.3	Metáforas da CPI	65

6	Análise das metáforas morais nas atas taquigráficas da CPI da Petrobras: o grupo e as pessoas	75
6.1	Metáforas de grupo	79
6.2	Metáforas das pessoas	86
7	Considerações finais	90
8	Referências bibliográficas	94
	ANEXO	102

1

Introdução

1.1

O tema da pesquisa, perguntas e objetivos

A proposta do estudo consiste na análise da argumentação e do emprego de metáforas de cunho moral nas notas taquigráficas da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras. A referida CPI foi conduzida na Câmara dos Deputados em 21/10/2015. Busca-se estabelecer relações entre a argumentação política, metáforas morais e a interação social em contexto. Procura-se discutir, em especial, o uso de metáforas morais utilizadas na contestação ou na adesão ao relatório da CPI em notas da sessão final da CPI.

O contexto é o das manifestações políticas de junho de 2013, sucedidas pelo início da Operação Lava-Jato, em março de 2014. O período é marcante no contexto do país, com a instalação de CPIs para apuração de problemas de corrupção no Brasil¹. A Câmara dos Deputados, apesar de tal já ter sido feito anteriormente com os mesmos fins de investigação de práticas ilícitas e gestão temerária entre 2009 e em 2015, criou a CPI da Petrobrás. Ela foi instaurada em 2015, e investiga um esquema bilionário de corrupção sistêmica instalado na Petrobras.

Por que o interesse por metáforas morais no contexto da política brasileira, na interseção com o âmbito dos estudos da linguagem? Foi a partir da observação do quão numerosas e singulares são as metáforas morais no âmbito político (Lakoff, 2002), que nos pareceu relevante realizar um estudo de seu uso no contexto brasileiro. Os estudos realizados mais recentemente têm se voltado para o emprego de metáforas com políticos de forma individual (Moura, 2005; Daltoé, 2011; Zimmer, 2012; Schuster, 2014). Nosso estudo se volta, em especial, para o emprego

¹ Foram sete as CPIs instaladas nas últimas décadas. Ver reportagem <https://exame.abril.com.br/brasil/as-7-cpis-que-balancaram-o-brasil-nas-ultimas-decadas/> acesso em 16-3-2018

de metáforas morais no contexto político, com participação de representantes de partidos políticos em conjunto, em debates da CPI da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobrás.

Para Souza Filho (1997, p. 19 e 20), a linguagem é parte de uma estrutura social e, ao estudarmos a linguagem, estamos estudando a realidade política e social da qual faz parte. No entanto, a linguagem política é sobretudo uma linguagem retórica, que serve a diferentes propósitos, diferentes possibilidades de comunicação e de interação em uma dada sociedade.

Desse modo, propõe-se um foco de estudo que nos possibilita promover reflexões acerca do processo de argumentação (Schiffrin, 1987) política e do uso de metáforas de cunho moral no âmbito político, por natureza de interesse público, uma vez que a política permeia a vida de todos os cidadãos.

As perguntas que ora são elaboradas surgem nesse contexto de aproximação entre política, linguagem, argumentação e metáforas de cunho moral.

1 - Que relações podemos estabelecer entre a argumentação no contexto político nas notas taquigráficas da Petrobrás e as metáforas de ordem moral que se manifestam?

2 – Indo-se além do paradigma tradicional da estilística, que trata as metáforas como mera figura de linguagem, que papel podemos apontar como sendo o das metáforas morais na produção de sentidos no contexto político?

3 – Como as metáforas de cunho moral no âmbito político se manifestam na argumentação nas atas taquigráficas da CPI da Petrobras, considerando o modelo de argumentação de Schiffrin (1987)?

Em relação aos objetivos da pesquisa, busca-se estabelecer relações entre a argumentação política, metáforas morais e a interação social em contexto, a partir das atas taquigráficas da CPI da Petrobrás.

O objetivo principal consiste em analisar o uso de metáforas morais concatenadas e empregadas em contextos de argumentação política, em especial, na contra-argumentação feita pelos deputados participantes da última sessão da CPI da Petrobras, na modalidade das notas taquigráficas registradas².

²As notas taquigráficas da CPI da Petrobras estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-petrobras/conheca-a-comissao/membros-da-comissao> (acesso em 03/05/2017).

Detalhamos os objetivos, a seguir:

- 1- Mostrar nas notas taquigráficas como se dá a argumentação, de acordo com o modelo de Schiffrin (1987);
- 2- Analisar em que elementos do modelo de argumentação as metáforas de cunho moral se manifestam nas notas taquigráficas;
- 3- Estabelecer que metáforas de cunho moral e político se manifestam e que papel exercem na argumentação.

A análise dos dados, gerados a partir de notas taquigráficas oriundas da Câmara dos Deputados, visa, ainda, a possibilitar a observação do impacto do uso de metáforas morais sobre a força argumentativa de uma dada afirmação; se é que há, de fato, esta força levada a cabo pelo uso de metáforas.

O alcance dos referidos objetivos exige que se trabalhe nas entrelinhas dos documentos oficiais. Por força de lei, as notas taquigráficas são inalteráveis, mas não há norma jurídica que nos impeça de depreender de sua leitura situações que podem passar despercebidas pela maioria das pessoas.

Para além da análise linguística de metáforas e de seu emprego na contra-argumentação, importa que se tenha atenção aos desdobramentos políticos produzidos por aqueles que tomam parte na CPI da Petrobras. É notória a divisão do plenário em duas grandes alas: a do governo e a da oposição. Cabe ao pesquisador ter olhos atentos aos movimentos de contra-argumentação que são feitos em prol de determinadas ideologias políticas em detrimento de outras.

1.4

Abordagem teórica e metodológica

A pesquisa situa-se no âmbito da análise do discurso, partindo-se, como já mencionado, da análise de documentos públicos em que se registram as falas de parlamentares durante reuniões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A interpretação dos dados é orientada pelos contributos teóricos de Schiffrin (1987) (teoria da argumentação); Goffman (1980) (conceitos de situação social e estrutura de participação); Mey (2007) (noção de contexto); Thomas (2013)

(construção do significado); Ribeiro & Pereira (2002) (contexto situacional) e Tannen (2006) (intertextualidade na interação).

No que tange especificamente à abordagem metodológica, reportamo-nos aos postulados de Bauer & Gaskel (2002). Para eles, a pesquisa social é realizada a partir de *dados formais*, como é o caso do presente estudo, o qual se apoia sobre dados sociais, sobre o mundo social, isto é, dados construídos em processos de comunicação (Bauer & Gaskell, 2002). Parte-se do registro escrito obtido com os levantamentos das notas taquigráficas da Câmara dos Deputados, que permitirá o acesso *relativo* aos fatos que se deram no espaço investigado, malgrado não haja gravação de áudio ou imagem, detendo-se o presente estudo no registro escrito.

Importa ressaltar que estamos, no presente trabalho, lidando com transcrições editadas de falas. Não se trata, pois, de uma transcrição fonética, mas sim de uma transcrição editada, daí o acesso *relativo* aos fatos ocorridos. É natural que haja uma perda de substância nesse processo editado de transcrição.

1.5

Organização dos capítulos da dissertação

O presente estudo foi organizado em sete capítulos, conforme será apresentado a seguir, considerando este primeiro, capítulo 1, Introdução.

No capítulo 2, serão tratadas as diversas abordagens teóricas que historicamente foram construídas na tentativa de se definir e melhor compreender as metáforas desde a Antiguidade Clássica, de Aristóteles a Solange Vereza (2012), apresentando-se, ao final deste cotejo de abordagens teóricas uma concepção própria deste estudo, isto é, uma contribuição teórica que aqui se buscará legar.

No capítulo 3, será levado a cabo o detalhamento do instrumental teórico no qual se ancora o presente estudo, apresentando-se a noção de contexto situacional sob a perspectiva da Sociolinguística Interacional, a partir de conceitos como os de *footing*, alinhamentos, e pistas de contextualização.

No capítulo 4, apresento a metodologia utilizada para a geração e análise de dados, mediante a caracterização do estudo, relato das percepções vivenciadas

no contexto de pesquisa e informações de natureza etnográfica acerca dos participantes. Faz-se ainda uma breve exposição sobre a composição dos partidos representados no plenário à ocasião da votação do relatório final da CPI da Petrobras. Tal nos ajudará a tornar mais clara a compreensão do contexto em que se passou o registro das notas taquigráficas analisadas neste estudo, e, por conseguinte, das questões da pesquisa.

A análise dos dados foi realizada nos capítulos 5 e 6, com a inserção de 10 excertos extraídos dos dados que compõem as notas taquigráficas.

No capítulo 7, são retomadas as perguntas e os objetivos da pesquisa, apresentando, finalmente, os resultados do estudo e buscando fazer reflexões sobre a relação entre o uso de metáforas morais e argumentação, no âmbito da política.

Abordagens sobre a metáfora e a metáfora moral no contexto político

Retomamos, no início desse capítulo, a seguinte pergunta de pesquisa: i) Que relações podemos estabelecer entre a argumentação no contexto político nas notas taquigráficas da Petrobrás e as metáforas de ordem moral que se manifestam?

2.1

Das diversas abordagens da metáfora

Fazemos, a seguir, um levantamento histórico e analítico das abordagens da metáfora. Para tanto, são aqui contempladas perspectivas como a clássica, a pragmática e a cognitivista.

2.1.1

Abordagem clássica

A noção mais antiga de metáfora no Ocidente vem de Aristóteles, do século IV a. C. Segundo ele, uma metáfora é o uso de uma coisa para designar outra. Na *Arte Poética* ele a define como:

“A transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra por via de analogia” (Poética, III, IV, 7, p. 182).

Em seguida, Aristóteles apresenta quatro tipos de metáfora: do gênero para a espécie, da espécie para o gênero, da espécie para a espécie e de analogia. Esses quatro tipos incluem casos que hoje chamaríamos de hipérbole ou de sinédoque, além da metáfora, sendo o quarto tipo o que mais se encaixa nas definições contemporâneas de metáfora. Um exemplo de Aristóteles é “a velhice é a tarde da vida” (*Poética*, III, IV, 1, p. 282). Em tal passagem, há uma comparação da velhice com um período do dia, que são duas coisas diferentes.

Aristóteles considera a comparação direta como uma metáfora: “entre uma e outra a diferença é pequena” (*Retórica*, XXI, 13, p. 274). Assim, “Aquiles se atirou como um leão” e “o leão atirou-se” (em que “leão” se refere a Aquiles) seriam

ambas metafóricas, já que, nas duas, a propriedade da coragem foi transferida para Aquiles.

Ainda segundo a visão aristotélica, a metáfora permite expressar uma ideia nova e, em sendo nova, ela exige do ouvinte ou leitor um trabalho mental para encontrar o ponto em comum entre as entidades presentes na metáfora. Por exemplo, o poeta (como Homero) chama a velhice de colmo (espécie de palha seca que serve para cobrir casas), o ouvinte deve buscar a semelhança entre velhice e colmo: “ambas perderam a flor” (*Retórica*, III, IV, 10, 6, p. 195). Isso pode sinalizar que Aristóteles reconheceu o papel cognitivo da metáfora, na medida em que ela propicia aprendizado (de conceitos, palavras, etc.), não sendo a sua visão a de que a metáfora seria apenas um artifício vazio (RAPP; 2002).

Ao longo dos anos, a categoria de metáfora inicial de Aristóteles foi sendo desmembrada e refinada em muitas “figuras de linguagem”. Essa é a tradição antiga, tendo sido, ainda segundo Sardinha (2007), provavelmente na Renascença que a classificação das figuras de linguagem se intensificou, em conformidade com a tendência da época de classificar o mundo em categorias. Há vários desses esquemas classificatórios de figuras de linguagem, podendo chegar a um repertório de 184 figuras, como o de *The Garden of Eloquence*, de Harry Peacham (1577/1593/1954), publicado no século XVI, na Inglaterra, sendo, pois, a metáfora, no âmbito dessas classificações, apenas uma dentre muitas outras figuras de linguagem, contrariando a visão de Aristóteles, o qual a considerava a figura mestra.

Geralmente o que se tem é uma visão ateórica da metáfora, a qual se confunde com o senso comum, de modo que uma metáfora é definida como uma figura que faz uma comparação implícita (pois dispensa conectores do tipo ‘que nem’, ‘tal qual’ e como) entre duas coisas, entidades ou assuntos não relacionados. Etimologicamente, [metáfora] é formada ‘meta’, que quer dizer ‘mudança’, e por ‘pherein’, que significa ‘carregar’. Assim, metáfora seria uma transferência de sentido de uma coisa para outra. Em uma frase como ‘Julieta é o sol’, o sentido de ‘sol’ foi transferido para o de ‘Julieta’ (SARDINHA; 2007).

2.2.2

Abordagem pragmática

Grice contempla a metáfora no terceiro grupo dos exemplos abarcados em seu artigo *Logic and Conversation*. Tal grupo é apresentado como casos em que uma das máximas é desprezada para a obtenção de uma implicatura conversacional por meio de uma figura de linguagem. Nesse bojo, um dos casos apresentados é a metáfora (caso que Levinson (2007) considera como de exploração máxima das implicaturas), o qual se nos apresenta como uma implicatura conversacional gerada pelo intencional desprezo da primeira máxima da qualidade. Contudo, Grice (1975 [1967]) faz uma ressalva: “apesar de alguma máxima ter sido violada no nível do que é dito, o ouvinte é levado a assumir que aquela máxima, ou pelo menos o Princípio Geral da Cooperação, é observado no nível do que é implicado” (p. 52). Segundo Gil (2011),

essa é uma particularidade das implicaturas geradas pelo desprezo intencional de uma máxima, uma vez que ela não se aplica aos casos em que todas as máximas foram observadas e àqueles casos em que uma máxima é violada por respeito à outra (Gil; 2011).

Destarte, a metáfora em Grice é uma implicatura produzida pela quebra *proposital* da máxima da qualidade, isto é, uma quebra consciente, fruto da intenção do falante; ou seja, a metáfora em Grice deve ser vista a partir do *uso* da linguagem. Convém destacar mais uma vez o caráter intencional da violação que gera a metáfora, como o faz Gil, segundo quem:

afirmar que a teoria Griceana vê a metáfora apenas como um desvio, ou, ainda, apenas como um exemplo de violação à máxima da qualidade, sem ressaltar a intenção do falante, seria falsear o argumento de Grice, uma vez que se deixa de lado o uso para tratar apenas do código (Gil; 2011).

Estabelecendo como ponto uma teoria que visa ao *uso* da linguagem, Grice traz uma abordagem da metáfora que considera a intenção do falante. Ademais, o autor se dispõe a abordar a comunicação além do que é dito na sentença isolada. Tal mudança de perspectiva possibilita o entendimento mais claro de como ocorre a compreensão das metáforas. As teorias veiculadas até então não conseguiam trazer explicações sobre ocorre a sua compreensão.

Malgrado as teorias contemporâneas que contestaram a visão griceana, é inegável que sua abordagem foi de extrema importância para o desenvolvimento dos estudos desse fenômeno. No que tange as críticas recebidas pela Teoria Griceana, cabe a consideração feita por Levinson (2007):

“[...] talvez seja demais pedir de uma teoria pragmática que ela efetivamente nos forneça uma descrição de algo que é, sem dúvida, uma capacidade psicológica perfeitamente geral e crucial, que opera em muitas esferas da vida humana, a saber, a capacidade de pensar analogicamente.” (p. 197)

Sendo assim, cumpre sempre salientar que Grice inovou em suas considerações. Isto posto, ignorar as contribuições de Grice para os estudos da metáfora equivaleria a ignorar uma importante abordagem, a qual é pioneira nas reflexões sobre o funcionamento desse fenômeno na comunicação.

Para John Searle (1993), a metáfora seria um tipo de discurso indireto cujo conteúdo, em princípio, poderia ser parafraseado livremente. Seria, por assim dizer, um desvio do sentido literal. Searle propõe que, ao ouvir uma metáfora, o ouvinte primeiramente tenta interpretá-la de modo literal, quando essa interpretação falha, esse ouvinte passa então a procurar outro sentido, não literal, partindo das intenções que o falante poderia ter ao empregar a metáfora.

Entretanto, a visão de metáfora de Searle foi atacada de muitas maneiras. Uma das críticas é a de que muitas metáforas não são literalmente inverdades, como no exemplo “nenhum homem é uma ilha”, que é uma metáfora e possui um sentido literal verdadeiro (nem que seja trivial). Assim, em casos como esses, um ouvinte não sentiria necessidade de interpretar a frase metaforicamente, pois a interpretação literal seria suficiente.

Outro importante teórico dos estudos da metáfora é Max Black, o qual desenvolveu três visões teóricas, conhecidas como teoria da substituição, teoria da comparação e teoria da interação (Black, 1955, 1962).

A teoria da substituição foi criada a partir de Aristóteles e I. A. Richards, segundo a qual uma metáfora substitui um termo literal por outro figurado. Por exemplo, em “o homem é um lobo”, o termo metafórico “lobo” seria apenas uma substituição do termo literal “feroz”. Desse modo, a metáfora seria um substituto para a expressão “o homem é feroz”. Todavia, como não haveria ganho de sentido, mas apenas substituição de um sentido por outro, devemos nos perguntar por que alguém usaria uma metáfora em vez de uma expressão literal direta. Os motivos alegados seriam o desejo de ornamentar a fala ou escrita e a necessidade de criar

termos novos (“rede de computadores”, por exemplo, que metaforiza um conjunto de computadores interligados).

Na teoria da comparação, haveria, na metáfora, uma comparação implícita. Por exemplo, “o homem é um lobo” seria uma versão implícita da comparação explícita “o homem é como um lobo em certos aspectos”. O entendimento da metáfora se daria por meio da busca de similaridades entre os termos comparados. Nesse exemplo, a comparação indicaria, entre outras coisas, que o homem poderia ser cinza, viver em bandos, possuir dentes pontiagudos, garras afiadas, exibir perversidade, comportamento feroz e instinto matador.

Como se percebe, precisamos escolher entre as propriedades do homem uma que tenha alguma semelhança com a do lobo. Talvez escolhêssemos “feroz”, pois na comparação entre homem e lobo essa é a qualidade comparável mais plausível. Ou mesmo “dentes e unhas afiadas”, pois dizemos “ele se defendeu com unhas e dentes”.

Por fim, temos a teoria da interação. Segundo essa teoria, a metáfora passa a ter um sentido novo que advém da interação entre o tópico e o veículo da metáfora: para exemplificar, numa expressão como “Julieta é o Sol”, “Julieta” é o tópico e “Sol”, o veículo, ou termo metaforizado. Interação aqui é entendida como o processo que permite a criação de similaridade entre o tópico e o veículo.

Segundo a teoria da interação, não haveria nenhuma similaridade preexistente entre Julieta e Sol de onde pudéssemos retirar as informações necessárias para entender a metáfora: estamos comparando uma pessoa a uma parte do cosmo. Certamente podemos pensar literalmente no Sol sem nunca incluir qualquer atributo relacionado a Julieta, até porque muitos de nós nem a conhecemos. Por outro lado, não há nada na definição de Julieta que nos diga que ela possa ser o Sol, ou a lua ou qualquer outro corpo celeste. Precisamos criar essa similaridade para dar sentido à expressão e fazemos isso criando interação entre Julieta e Sol.

Nesse processo de interação, Julieta passa a receber propriedades relativas ao Sol, ao mesmo tempo em que o Sol passa a receber propriedades de Julieta. Criamos, então, mentalmente, um sistema de relações onde não havia nenhuma, para podermos dar conta da metáfora. Voltando ao exemplo anterior, “o homem é

um lobo”, havíamos dito que, na teoria da comparação, a interpretação mais plausível seria “o homem é feroz”, pois ferocidade seria o traço comparável mais pertinente. Já na teoria da interação, a interpretação seria resultado da criação de um sentido novo a partir da interação entre os conceitos “homem” e “lobo”. O lobo pode vir a ser uma pessoa má, enquanto as pessoas que são atacadas podem ser “cordeirinhos” ou outro animal indefeso (Sardinha, 2007).

2.2.3

Abordagem cognitivista

Durante décadas, prevaleceu na Linguística Cognitiva a visão da metáfora conceptual conforme apresentada em Lakoff e Johnson (1980) e revista em Lakoff (1993), em cuja concepção, contrariando teorias tradicionais em que era vista como uma questão apenas linguística, a metáfora passa a ser considerada como mecanismo cognitivo por meio do qual um domínio conceptual (a fonte) é mapeado em outro domínio conceptual (o alvo), no sentido de se observarem correspondências conceptuais (Lakoff, 1993).

Foi a partir desta formalização de uma teoria de base cognitivista mais abrangente, cujo núcleo estaria no conceito de *metáfora conceptual*, que a metáfora adquiriria um estatuto de figura de pensamento e não só de linguagem. A metáfora, nessa perspectiva, não seria apenas um modo de falar, mas uma forma de pensar, ou de conceptualizar (pois que se trata de um processo inconsciente) um domínio em termos de outro domínio (Vereza; 2012).

Desse modo, a metáfora, como figura do pensamento, faria parte da linguagem ordinária, e não só da poética ou retórica (persuasiva), não apenas como um recurso linguístico, mas, fundamentalmente, cognitivo. Como propõem Lakoff e Johnson:

A metáfora para a maior parte das pessoas é um mecanismo da imaginação poética e do requinte teórico: uma questão de linguagem "extraordinária" em vez da linguagem comum. Além disso, a metáfora é tipicamente vista como uma característica da linguagem: uma questão de palavras e não de pensamentos e ações. Por essa razão, a maioria das pessoas pensa que pode viver perfeitamente bem sem a metáfora. Nós acreditamos, no

entanto, que a metáfora faz parte da vida cotidiana, não somente na linguagem, como também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceitual, a partir do qual pensamos e agimos, é fundamentalmente metafórico pela sua própria natureza (Lakoff e Johnson, 1980: 3).

Haveria, dessa forma, uma “superposição” de uma experiência já incorporada e linguisticamente determinada a uma outra experiência, a ser mapeada pelo pensamento e pela linguagem. Poderíamos pensar nesse processo “metaforicamente”, para usar o exemplo de Gurgel e Vereza (1996), como a utilização de uma “forma de pastel” para dar forma a uma massa disforme, sem limites, sem características próprias, sem uma linguagem e, conseqüentemente, sem acesso a redes conceituais linguisticamente construídas, que viabilizariam a consciência.

Outra característica da metáfora, ainda segundo Lakoff e Johnson (1980), diz respeito a sua legitimação, ou seja, o processo necessário de convencionalização, no qual o mapeamento tem que ser legitimado linguisticamente, para poder fazer parte da nossa maneira de dar sentido à experiência. A linguagem, em verdade, desempenha um determinante papel na reificação da metáfora, uma vez que é através de sua relação com a metáfora que os vários sentidos dados à experiência são construídos. Através da linguagem, a metáfora determina não só uma forma de expressar o real, mas, principalmente, de construí-lo social e subjetivamente.

O foco dado à linguagem na *teoria da metáfora conceptual*, conhecida como TMC, estabelece uma relação direta entre pensamento, linguagem e realidade. Assim, a linguagem, e não só o pensamento, é objeto de análise dentro da teoria de Lakoff e Johnson, uma vez que apresenta marcas - explícitas ou não - das metáforas que a constituem. O exemplo clássico desse tipo de análise, característica da chamada linguística cognitiva, é o estudo da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA (*argument is war*), cujas evidências discursivas encontradas na língua inglesa, principalmente a estrutura argumental dos verbos e as associações lexicais já cristalizadas, mostram como a própria estrutura da língua retrata e dissemina essas metáforas: “ganha-se” ou “perde-se” uma discussão, criam-se “estratégias” argumentativas, “conquista-se” o interlocutor com um argumento, “defende-se uma posição”, etc.

E, por fim, podemos citar uma outra metáfora conceitual assaz difundida, com expressões ou marcas linguísticas bastante disseminadas em nossa língua: a metáfora A VIDA É UMA VIAGEM (Lakoff e Johnson, 1980). Essa metáfora licenciaria expressões presentes na linguagem ordinária, como: “estou num beco sem saída”, “tenho que tomar um novo rumo na vida”, “há muito chão pela frente”, “há uma pedra no meu caminho”, “tenho que correr atrás”; ou em canções populares, como: “seguirmos juntos a mesma estrada”, “levanta, sacode a poeira, dá volta por cima”, “vem, vamos embora”, “caminhando contra o vento” (Gurgel e Vereza, 1996), que seriam desdobramentos da metáfora conceitual em foco.

Como podemos observar, a metáfora conceitual, pela sua onipresença em várias instâncias da construção de sentidos, articular-se-ia a mitos, crenças e pressupostos culturais, “teorias populares”, segundo Lakoff e Johnson (1980), ou seja, maneiras de construir e/ou reificar experiências sociodiscursiva e subjetivamente.

Fenômeno interessante é o do espraio das pesquisas que contextualizam a metáfora conceitual em determinados gêneros discursivos. Tem-se demonstrado como verdadeira tendência a pesquisa do emprego de metáforas, por exemplo, no discurso científico, a metáfora do conhecimento no discurso pedagógico, ou a metáfora da guerra na mídia. A metáfora conceitual estaria vinculada a determinadas práticas discursivas.

Convém considerar ainda, no âmbito das metáforas, a estreita e complexa relação entre metáfora e cultura. Solange Vereza (2012) aponta que, já em 1980, Lakoff e Johnson ressaltavam o papel da cultura no surgimento de muitas metáforas conceituais e vice-versa, isto é, a própria cultura, sendo em parte determinada pelo conjunto de metáforas nela inseridas e marcadas, na sua respectiva língua. Contudo, a noção de cultura no campo da metáfora só veio a ganhar maior consistência, como objeto de pesquisa, a partir do trabalho de Kövecses (2005). A questão que se impõe é até que ponto determinadas metáforas podem ser vistas como universais, ou culturalmente determinadas, ou seja, variando de cultura para cultura, conforme as pesquisas do âmbito dos estudos interculturais.

Vereza (2012) menciona também uma nova tendência na *metaforologia*, já conhecida como *análise crítica da metáfora*, a qual investiga a dimensão político-ideológica da figuratividade, destacando a influência da Análise Crítica de Discurso de Fairclough. A tentativa de ressaltar o aspecto social, nos estudos cognitivos, para Vereza, confere clara legitimidade ao conceito de sociocognição, que não separa noções de mente, sociedade e linguagem.

Neste passo, em que acontece uma aproximação maior com a recente área de estudos da metáfora, ganha relevo a necessidade de se sistematizar de modo mais claro o papel da metáfora no discurso argumentativo, afirmando Solange Vereza (2012), a partir do pressuposto de que

uma análise crítica da metáfora, no discurso, não pode prescindir de uma teoria da argumentação, integrada à teoria sociocognitivista. Acredito que seja na articulação entre metáforas conceptuais subjacentes, atreladas a valores ou ideologias, e o uso da linguagem metafórica, tanto na dimensão da léxis quanto na da sintagmática, que a argumentação se dá na enunciação. (VEREZA, 2012)

Sendo assim, a metáfora pode recuperar seu lugar originário em uma retórica geral. Um lugar que possa resgatar da tradição clássica alguns de seus pressupostos, os quais foram destorcidos pela retórica restrita (como o conceito de *ornatum*) e, ao mesmo tempo, incorporar novas descobertas que têm trazido luz a esse fenômeno, que há milênios vem intrigando o pensamento humano (VEREZA; 2012).

Convém salientar, por fim, que a necessidade de uma teoria da argumentação para uma análise crítica da metáfora, acima destacada por Vereza (2012), será indicada neste estudo no capítulo 3.

2.1.4 Abordagem discursiva

De acordo com Cameron (2012), a perspectiva discursiva que se desenvolveu na última década vê a metáfora como discurso e, para alguns pesquisadores, também como vinculada ao discurso. É inspirada e informada pela perspectiva cognitiva, mas também reage contra ela na tentativa de restabelecer a importância do uso metafórico da linguagem no contexto, que foi rebaixado na ênfase cognitiva na metáfora como mapeamento mental. Do ponto de vista do discurso, o uso da metáfora revela algo dos recursos de uma pessoa tanto para usar

a linguagem quanto para o pensamento, e estudos baseados nessa perspectiva tendem a ter uma visão mais holística da metáfora na vida dos indivíduos e da sociedade do que aqueles baseados na perspectiva cognitiva.

A teoria cognitiva subestima seriamente a influência da linguagem na metáfora e a importância das especificidades da situação de uso da linguagem na qual a metáfora ocorre. Está ela mais preocupada com a metáfora no nível conceitual em comunidades inteiras de fala do que com a complexa dinâmica do uso da linguagem no mundo real em situações sociais e, portanto, com uma ajuda limitada para entender as especificidades das questões sociais (Cameron et al., 2009).

A perspectiva do discurso preocupa-se em reunir os detalhes locais do uso da metáfora com a metáfora em níveis mais globais ou gerais. No nível local da conversa, há regularidade e variação, já que a interação dos participantes do discurso produz padrões variados de dinâmica da metáfora (Cameron, 2012). A quantidade de metáforas usada varia de acordo com o que está sendo discutido e em relação às atitudes dos participantes em relação ao tópico. Tipos de metáforas usadas pelos falantes variam em força, convencionalidade e frequência. As respostas ao uso da metáfora podem produzir cadeias de metáforas conectadas através de episódios de conversa.

Desenvolvimentos recentes em teoria da complexidade e teoria de sistemas dinâmicos sugerem formas alternativas e poderosas de compreender os mundos social e psicológico, concentrando-se na mudança e como a mudança ocorre. Uma perspectiva de complexidade/sistemas dinâmicos destaca a mudança e a conectividade em sistemas sociais e cognitivos e, aplicada às ciências sociais, identifica sistemas dinâmicos complexos em todas as escalas, do cultural ao individual (Cameron et al., 2009). A perspectiva também muda a forma como vemos a metáfora: uma metáfora não é mais um mapeamento fixo estático, mas uma “estabilidade temporária que emerge da atividade de interconexão de sistemas de uso da linguagem e da atividade cognitiva socializados” (Cameron et al., 2009). Essa perspectiva dinâmica da metáfora levanta novas possibilidades para investigar a metáfora no discurso e, assim, contribuir para a pesquisa em ciências sociais.

Cumpramos ressaltar que é a abordagem discursiva a adotada por nós no bojo do presente trabalho, refletindo a noção de metáfora em que cremos. Trata-se de uma visão de metáfora dinâmica e social.

2.2 Metáforas morais e contexto político

Retomamos, nessa seção, a pergunta: Como as metáforas de cunho moral no âmbito político se manifestam na argumentação nas atas taquigráficas da CPI da Petrobras, considerando o modelo de argumentação de Schiffrin (1987)? Iniciamos por reflexões sobre metáforas morais e então passamos a um detalhamento e discussão sobre metáforas em discursos políticos e seu cunho moral.

2.3

Sobre a moral e metáforas morais

Em se tratando de uma reflexão acerca da moral, é possível partir de diversos pontos de vista. Neste estudo, escolhemos partir da moral considerada como fato e abordada por Jacques Leclercq, em sua obra *As grandes linhas da filosofia moral* (1967). *A priori*, para o autor

Não quer dizer quer que a moral não seja uma teoria, uma regra e uma verdade. Sendo, contudo, regra e verdade, é a moral, ao mesmo tempo, um fato e fato humano, neste sentido: é um fato que os homens admitem uma verdade moral. (p.3)

Entre os fatos humanos, há um que é chamado moral, do mesmo modo que é a física, as matemáticas e a religião. Fora da questão de saber se tal ou qual moral é verdadeira, ou de saber qual é a verdade moral ou a verdadeira regra moral, impõe-se-nos um fato: os homens admitem uma regra moral, creem nela, pouco importando que nela tenham refletido ou não (Leclercq, 1967, p. 3). O fato moral, isto é, o fato de crer numa regra moral, é um fato humano. Onde quer que se encontrem homens e mulheres, achamo-los de posse duma moral, isto é, crendo numa moral.

A este respeito J. Leclercq destaca (p. 3) como parecem decisivas as pesquisas da etnologia contemporânea, encontrando-se o fenômeno moral até entre os povos mais primitivos. Indaga o autor se é possível precisar os elementos essenciais tais quais se apresentam à primeira vista. Para o autor

O fenômeno moral é, em essência, fato que encerra aprovação ou censura. Certos atos despertam sentimento de aprovação, de estima, até de entusiasmo, enquanto outros excitam a reprovção, o desprezo, a indignação. Em regra geral, só se aplica o sentimento moral aos atos humanos, e está ele ligado à intencionalidade do ato, ficando, embora, sob certos aspectos, independente dela no sentido que a moralidade, ou o caráter moral do ato, depende do fato de ser este feito por um agente livre, que obra voluntariamente com uma intenção, mas que, ao mesmo tempo, o valor moral não depende da livre vontade deste agente. Tem o ato um valor moral em si, independente da livre vontade do agente, embora, ao mesmo tempo, seu caráter de moralidade venha do fato de ser seu autor um agente livre. (J. Leclercq; 1967: 3/4)

Ao sentimento de estima e de censura, que para o autor é característico do fenômeno moral, corresponde o sentimento de um constrangimento interior, o qual leva o homem ao respeito da lei moral, sem, entretanto, determiná-lo do mesmo modo que a causas físicas. Tal constrangimento interior não determina necessariamente o ato, porém, traz consigo um sentimento de satisfação ou um sentimento penoso, conforme se obedece ou não a ele (p. 4).

Ainda sobre a moral, convém afirmar com Leclercq que

A regra moral, em sua parte mais visível, provém da sociedade ou da religião; a religião vem também, de certa maneira, da sociedade; por outro lado, moral e religião confirmam muitas vezes os preceitos sociais. Torna-se, então, difícil determinar se se obedece ao preceito em razão de seu caráter social, moral ou religioso. (J. Leclercq; 1967: 7)

O domínio moral é, cumpre dizer, aquele em que se exerce a atividade dos entes livres. Eles merecem elogio ou censura dependendo do caráter de sua ação. A consciência da responsabilidade carrega consigo a exigência de sanção (p. 14).

Contudo, concluindo suas palavras acerca da moral, Leclercq afirma que

a experiência não manifesta a sanção. Há a reação, pois, do senso moral pelo escândalo. A felicidade dos maus e a desgraça dos justos é o grande escândalo na terra, escândalo permanente, contra o qual se tem revoltado os homens de todos os tempos. O senso moral manifesta-se, então, pela indignação, que é a recusa em aceitar o fato (p.14).

Isto tudo posto, importa que se tenha um olhar sobre as metáforas morais, as quais são a base do presente estudo.

Considerando-se tudo o que está sobredito, metáforas morais são as metáforas que apelam para a nossa moral, para o nosso foro íntimo, para aquilo em que acreditamos ser certo ou errado. As metáforas morais, em geral, visam a fazer algo, possuem um propósito, não sendo empregadas sem que haja um claro objetivo, evocando sempre valores e instituições caras aos corações de quem ouve, como se observa nos exemplos em análise nesta pesquisa, em que há claros objetivos políticos traçados em debates.

2.4 Metáfora e política

Começamos, a seguir, com um exame mais detalhado do uso de metáforas em discursos políticos em contexto norte-americano. Buscamos ampliar a discussão para considerações sobre metáforas conceituais e temáticas.

É a partir da análise de dois discursos políticos feita por L. Ritchie (2013) que baseamos as observações aqui feitas. Tais discursos foram proferidos respectivamente por Tony Blair, em Gateshead, e por Barack Obama, na Filadélfia. Podemos destacar que, embora os mesmos tenham sido proferidos em situações muito diversas, tanto Blair quanto Obama usaram frases com as mesmas metáforas conceituais subjacentes, incluindo *a política é uma jornada* e *bom é para frente*.

Eles têm em comum terem sido produzidos em momentos de crise política – o que só faz com que seja ainda mais oportuno tomar por base as observações de L. Ritchie, uma vez que o Brasil também se encontra em uma crise política e moral sem precedentes, como veremos em exemplos do capítulo 6.

Os discursos em que L. Ritchie se baseia também têm em comum o uso de metáforas em agrupamentos temáticos. Dada a forte associação na cultura ocidental entre política e mudança, não é surpreendente que ambos dessem destaque à metáfora conceptual da jornada e em estreita associação com campos conceituais como separação/unidade. Blair também usou ou aludiu a uma série de metáforas religiosas – que também é observável em nossos dados (v. capítulo 6).

Ao que tudo indica, Obama e Blair desencadearam a viagem e as metáforas da frente/volta, embora as usassem de maneiras diferentes. Ambos também fizeram uso deliberado de metáforas tiradas da vida comum.

Ao longo da história, é possível identificar uma grande variedade de outras metáforas para processos políticos, questões e atividades, bem como para nações e órgãos governamentais. Os veículos de metáfora são muitas vezes extraídos do corpo humano: “chefe de estado”, “corpo político”, “braço” de governo, “o comércio é o sangue-vida da sociedade”, uma agência “flexiona seus músculos”. A era industrial trouxe o uso de máquinas como metáfora de veículos em metáforas: “alavancas de poder”, “o moinho da justiça” (Ritchie, 2013:177).

Em uma extensão da metáfora da máquina, o estado é concebido como um dispositivo cibernético, como um termostato ou o “governador” em um motor a vapor. Nesta metáfora, o estado é um “mecanismo de auto-equilíbrio” que, deixado para si mesmo, se endireita sempre que se tornar desfasado. A diversidade é benéfica para o Estado, e os cidadãos são capazes de executar seus assuntos e resolver suas diferenças por si mesmos, desde que os sistemas econômicos e políticos sejam deixados a operar livremente sem interferência. L. Ritchie (2013:177) destaca ainda como a metáfora de Adam Smith, da “mão invisível”, expressa essa ideia combinando um corpo metafórico com a metáfora do dispositivo cibernético.

Opositores políticos muitas vezes acusam um governo de ser “sem escrutínios” ou “à deriva”, e editorialistas podem discutir a dificuldade de “navegar”, ou o risco de que uma política “afunde” ou encalhe “em bancos de areia”, e assim por diante (Ritchie, 2013:178).

Na política, temos ainda Winston Churchill cunhando a metáfora da “cortina de ferro”, referente à dominação soviética da Europa Oriental durante a Guerra Fria. Tal foi modificado mais tarde e se estendeu ao domínio chinês da Ásia como a “cortina de bambu”, e, nesse contexto, aliados da URSS foram referidos como “satélites” e as nações foram divididas em “esferas de influência”, desenhando-se em uma metáfora astronômica que chega pelo menos de volta à análise de Tom Paine das relações entre a Inglaterra e os EUA. Outras metáforas tiradas da física descrevem o sistema geopolítico como um sistema estruturado e interativo, baseado em um “equilíbrio de poder” e, mais tarde, na era da Guerra Fria, há discussões sobre uma ordem “multipolar” versus uma ordem política “bipolar” (Ritchie 2013:178).

Ritchie chama ainda nossa atenção (2013: 178) para o fato de a mais antiga forma de governo provavelmente ser a tribo, baseada em grupos de parentesco.

Naturalmente, os termos familiares e de parentesco fornecem muitos veículos para metáforas políticas, tendo no líder a figura do “patriarca” (ou, em algumas culturas, “matriarca”). Em sociedades mais modernas, um líder historicamente importante (como George Washington nos EUA) é chamado frequentemente de “pai de seu país”, e uma nação pode ser chamada de “pátria” ou “terra-mãe”.

L. Ritchie (2013:178) destaca como, em sua análise da política dos EUA, George Lakoff (1996) estende a básica metáfora conceptual “a nação é uma família” para incorporar duas abordagens subjacentes bastante diferentes à moral e argumenta que a vida política nos Estados Unidos está organizada em torno de duas versões concorrentes da metáfora familiar. Lakoff (1993) baseia sua discussão sobre a metáfora da família em uma discussão mais ampla sobre a base metafórica da moral. Lakoff argumenta que, ao tratarmos mais especificamente da relação entre política e moral, as ideias de cunho moral estão fundamentadas na experiência literal do bem-estar, que está associada à saúde, abundância material, beleza física, conforto, luz e inclusão social. A saúde inclui limpeza, estatura vertical e distanciamento de coisas como a doença e o mal estar. A inclusão social inclui ser atendida, pertencer a uma comunidade, experimentar relações sociais. Essas experiências literais de bem-estar fornecem veículos para muitas das metáforas que usamos para expressar qualidades morais (“vida limpa” e “truques sujos”, “manchados pelo pecado original da escravidão”, do discurso de Obama).

Combinando a experiência da abundância material com o princípio da reciprocidade, temos o que Lakoff (1980) chama de “metáfora metamoral” da contabilidade moral. A contabilidade moral inclui a reciprocidade de favores, retribuição e restituição por irregularidades, e assim por diante, e é expressa em metáforas comuns, como “pagar a dívida com a sociedade”. Como o bem-estar das crianças é frequentemente dependente da obediência aos pais, Lakoff (1980) argumenta que a obediência se torna um dever moral. Combinando obediência com contabilidade moral, deixar de pagar uma dívida ou de tomar medidas positivas quando forem justificadas são crimes morais; por outro lado, não punir os malfeitores também é um crime moral.

De acordo com a análise de Lakoff (1996), o papel moral dos pais é proteger e prover a família e preparar as crianças para crescerem como adultos independentes. Este papel é atualizado de duas maneiras muito diferentes, de acordo com a visão subjacente dos pais sobre a realidade. Lakoff (1996) discute dois

modelos arquetípicos da família e argumenta que estes modelos da família tornaram-se modelos para visões concorrentes da política e do governo.

Para Lakoff (1996), as opiniões políticas conservadoras são baseadas em uma espécie de “moral do pai austero”. O pai austero acredita que a vida é difícil e o mundo é perigoso. O mesmo deve estabelecer regras rígidas para proteger a família em um mundo hostil. Para que as crianças desenvolvam independência e “permaneçam em seus próprios dois pés”, devem ser recompensados quando fazem direito, punidos quando fazem o que é errado, e não são consagrados ou indulgentes. Lakoff (1996) argumenta que as opiniões conservadoras sobre questões como a lei e a ordem, o bem-estar e a educação derivam da ampliação desses pontos de vista e de sua aplicação à responsabilidade do governo em relação aos seus cidadãos (2013:179).

Ainda conforme Lakoff, o liberalismo político baseia-se num modelo de família em que os pais a alimenta. A visão dos pais “nutrizes” vê o mundo como menos perigoso e mais promissor do que a visão rígida do pai e enfatiza a cooperação mais do que a concorrência e os conflitos. Neste modelo, as crianças são mais propensas a se tornar responsáveis e auto-suficientes se forem cuidadas e respeitadas, e se forem encorajadas a cuidar e respeitar os outros. Esta visão da moral enfatiza a empatia, a nutrição, a compaixão, a autofinanciamento (para construir a capacidade de nutrir os outros), justiça, felicidade e autodesenvolvimento.

L. Ritchie (2013:181) identifica várias extensões da metáfora básica da família/casamento com as relações internacionais, por exemplo em notícias e editoriais referentes ao “destino do casal” da União Europeia e no diálogo entre os estadistas Gorbachev e Weizsäcker sobre “a casa comum europeia”. Blair usou a metáfora para enquadrar o descontentamento de muitos membros do partido com suas políticas como uma discussão doméstica mesquinha e banalizar as críticas às suas políticas.

Com base em pesquisas em quatro democracias ocidentais, Schneider (2008) identifica quatro grandes categorias de metáforas no discurso sobre a legitimidade dos governos. Além das relações sociais, como a família, estas incluem metáforas baseadas no mundo animado, há metáforas baseadas no mundo inanimado e metáforas orientacionais e espaciais. As metáforas que se baseiam no mundo animado como fonte incluem metáforas, como discutimos anteriormente,

com base no corpo humano, na biologia e na medicina, incluindo a evolução, o ciclo de vida dos organismos, distúrbios mentais e doenças, por exemplo, “um câncer de desonestidade... corrompeu grandes partes do Estado britânico” (citado em Schneider [2008:92]). Além de outras metáforas familiares, Schneider cita o “Estado babá” como outro exemplo de uma metáfora política baseada em relações sociais. As metáforas baseadas na orientação espacial, nas viagens e no movimento incluem “o *espaço* das pessoas para decidir e evitar erros” e “lançar à deriva da política democrática da sua âncora no argumento racional” (citado em Schneider, 2008:393).

Citando expressões familiares como “ganhar” ou “perder” uma discussão, “atacar” e “defender uma posição”, Lakoff e Johnson (1980) afirmam que muito do nosso pensamento sobre a argumentação se baseia na metáfora conceitual “discussão é guerra”. Lakoff e Johnson afirmam que o uso dessas expressões metafóricas nos leva a pensar e experimentar argumentos em termos de guerra e tornar mais difícil pensar (ou conduzir) discussões, incluindo discussões políticas, em termos de cooperação ou colaboração.

Às vezes, as metáforas políticas são cuidadosamente elaboradas pelos autores dos discursos políticos, mas, tanto oradores públicos quanto conversadores comuns, também se baseiam no estoque de metáforas e expressões metafóricas que estão disponíveis em sua cultura para, em seguida, transformá-los de maneira que lhes dê nova vitalidade (2013:181).

As metáforas são transformadas em histórias, e as histórias são contadas com efeito metafórico. As metáforas são misturadas de forma a criar ironia ou sarcasmo deliberado, e contrastadas com formas que enfatizam as diferenças entre as posições políticas. Examinar as metáforas que aparecem no discurso político fornece informações sobre a forma como os oradores entendem sua situação e como eles procuram atingir seus fins.

As metáforas e as histórias de Obama inspiraram e ressoaram os temas da história política e cultural dos EUA que datam dos dias da Independência dos EUA – alguns desses temas a que Obama aludiu diretamente nas primeiras passagens de seu discurso.

L.Ricthie argumenta (2013:183), por fim, que as ideologias são transformadas e transmitidas ao nível do discurso comum, bem como ao nível das elites políticas. Como as metáforas utilizadas pelas elites políticas interagem com o

uso de metáforas em conversas comuns? Em que medida os líderes políticos levantam e adotam metáforas que se originam ou são comumente usadas na conversa comum? Como as metáforas usadas pelos líderes políticos influenciam a conversa comum? Em que circunstâncias são recolhidas ou ignoradas pelos cidadãos comuns?

Segundo Lakoff (2002), para compreender as maneiras como visões morais de mundo afetam visões de mundo políticas, nós devemos olhar primeiro para o nosso sistema moral de conceitos em alguns detalhes. Ainda segundo o autor, uma vez que ele argumenta que as perspectivas morais são derivadas de sistemas de conceitos morais, nós devemos considerar em que esses conceitos devem consistir tipicamente e por que nós temos os conceitos morais que temos.

Uma importante conclusão oriunda dos estudos da cognição é que o pensamento moral é imaginativo e dependente fundamentalmente da compreensão metafórica (Johnson, 1993), o que é interessante para o presente estudo, o qual se baseia na análise de metáforas no contexto político. Trata-se, pois, do elo política-moral-metáfora. Veremos, no entanto, que é importante considerar o uso das metáforas de cunho moral com foco no contexto político situacional e social, conforme indicamos no capítulo 3 e nos capítulos de análise, especialmente o capítulo 6.

Convém, entretanto, pontuar ainda que a moralidade não é toda metafórica, e que os aspectos não metafóricos da moralidade são aquilo em que o sistema de metáforas da moralidade está baseado. A moralidade não-metafórica é sobre o bem-estar. A forma mais fundamental de moralidade consiste na promoção de experiências de bem-estar e na prevenção de experiências de danos ou interrupção do bem-estar de outrem

3

Posicionamento teórico e metodológico da pesquisa

A articulação entre a Sociolinguística Interacional e Estudos da interação, as Abordagens sobre a metáfora (capítulo 2) e a Argumentação interacional (Schiffrin, 1987) e discursiva (Cameron, 2009) são importantes para o estabelecimento do suporte teórico necessário ao estudo empírico de cunho qualitativo documental aqui focalizado. Marcadamente, a investigação de fenômenos em interações sociais humanas de ordem política situacionalmente localizadas, como é o caso das notas taquigráficas da sessão da CPI analisada neste estudo. É a partir dessas abordagens teóricas (cognitivista para a metáfora e sociointeracional para a argumentação) que esta pesquisa busca estabelecer conceitos, com vistas a investigar a (i) interação entre participantes em um (ii) contexto político de argumentação permeado por (iii) metáforas, de cunho moral.

3.1

Sociolinguística Interacional e Estudos da interação

A análise da interação social humana requer olhar apurado não apenas sobre o que é dito pelos participantes de um dado encontro, mas também sobre quem são esses participantes, de qual atividade eles participam, como eles interagem uns em relação aos outros, e como se manifestam em relação aos outros e ao que dizem na interação, momento a momento (Costa; Pereira, 2014:49).

A realidade social e linguística, nas notas taquigráficas da CPI da Petrobras, é estabelecida pela ordem institucional da participação na CPI da Petrobras, e promovida interacionalmente pelos participantes. A Sociolinguística Interacional a Análise da Conversa na perspectiva Etnometodológica são abordagens que têm como foco o estudo da fala-em-interação e trazem conceitos importantes para o estudo (Oliveira; Pereira, 2016; Pereira, 2013; Loder; Jung, 2009). Importantes também são os estudos da Pragmática, em relação à noção de contexto.

3.1.1

Do lugar da interpretação: a noção de contexto

A noção de contexto desafia os estudiosos, em diferentes abordagens, nas relações linguagem e contexto (Goodwin; Duranti, 1992). Na pragmática, Jacob Mey (2007: 42) assevera que, independentemente da rigidez das formas impostas por tal ou qual língua, bem como das limitações de suas convenções, sempre se opera no âmbito de um dado contexto. Desse modo, quando se fala em contexto, fala-se em algo que precisa ser considerado quando se pretende falar em linguagem.

Assim sendo, para Mey,

Como a linguagem é desenvolvida em um contexto social, seu uso é governado pela sociedade e não pelos falantes individuais. Os usuários de idiomas não decidem, no calor do momento, qual mídia escolher para transmitir suas idéias ou sentimentos; eles usam os sinais artificiais que a linguagem natural lhes proporciona, dadas as possibilidades de seu contexto histórico real. O contexto determina o que se pode dizer e o que não se pode: apenas a pragmática da situação pode dar sentido às palavras. (MEY; 2007:43)

Embora o contexto seja “governado” socialmente, é dinâmico e não estático (MEY; 2007:39, podendo ser construído pelos participantes e está sujeito a regras de interação. Desse modo, é possível que tenhamos efeitos completamente opostos em uma mesma afirmação, dependendo da convenção e do contexto. Exemplos disso são fenômenos como a ironia, o sarcasmo, a metáfora e a hipérbole, entre outros que demonstram a variedade e diversidade de expressões da vida por trás da cena linguística, em comparação com o que as regras tradicionais preveem com relação ao uso da língua. Para utilizar um exemplo de Jenny Thomas (2013:18), o que dizer de alguém que emprestasse seu carro a alguém e, verificando que o carro foi devolvido com o tanque quase vazio, exclamasse algo como “Que gentil de sua parte!” ou “Que pena que você não conseguiu encontrar um posto de gasolina!”? Evidente é que o que a dona do carro, no caso em tela, deseja expressar é a sua insatisfação com a conduta de quem pegou o carro emprestado.

Necessário se faz, em tal ponto, considerar a existência de mecanismos (como a ironia) que causam a divergência entre o significado e o que é comunicado pela afirmação em um dado contexto (LEVINSON:1983: 18), investigando-se o que Levinson (1983) chamou de intenção comunicativa completa (*full communicative intention*). Tal não se faz sem o concurso de pressuposições, implicaturas, referências e outras condições factuais e contextuais, em um esforço operado até que se consiga chegar a um resultado que faça sentido. Desse modo, ganha relevo a importância de trabalhar com fatos mais completos quando se quer

compreender um dado contexto, devendo-se ter atenção a elementos espaciais, temporais e também sociais, especialmente da relação entre participantes, suas crenças e intenções (Levinson; 1983:49).

3.1.2

Do micro ao macro: a situação social

Podemos identificar a Sociolinguística Interacional como uma alternativa interpretativa e dinâmica de análise dos fenômenos sociais situados, seja de ordem micro, seja de ordem macro (Pereira, 2002; Ribeiro; Nogueira e Pereira, 2016), em contraponto a outras abordagens tradicionais, que os tratam de forma generalista, através de categorizações de grupos “[...] isolados por critérios não-linguísticos, tais como residência, classe, profissão, etnia e aspectos semelhantes, e que, então, usam tais fenômenos para explicar comportamentos individuais” (Gumperz [1982], 2002, p. 151).

Goffman ([1964], 2002, p. 14-15), cujo artigo possui um expressivo título “A situação negligenciada” destaca a importância de linguistas, sociolinguistas, antropólogos e sociólogos observarem um fenômeno até então *negligenciado* nos estudos da comunicação face-a-face: a situação social. A situação social, para o autor, é

[...] como um ambiente que proporciona possibilidades mútuas de monitoramento, qualquer lugar em que um indivíduo se encontra acessível aos sentidos nus de todos os outros que estão ‘presentes’, e para quem os outros indivíduos são acessíveis de forma semelhante (Goffman, [1964] 2002, p. 17).

Em termos simples, a definição da situação social consiste, pode-se dizer, na resposta a esta questão formulada por Goffman (1974): *o que está acontecendo aqui e agora?* De acordo com Ribeiro e Pereira (2002), tal questão “[...] nos conduz para dois tipos de indicadores contextuais: o *aqui* direciona a interpretação para o contexto situacional; e o *agora* remete ao momento da interação em curso” (p. 50).

Importa ressaltar, no entanto, que, ao contrário do que talvez se possa imaginar, Goffman ([1964] 2002) não malbarata a relevância do que é linguístico; em vez disso, ele acrescenta outros elementos (situacionais) aos quais se deve ter atenção, lembrando que as elocuções também se submetem a dadas restrições

linguísticas, sendo mister, contudo, preencher a cada momento uma outra função. E é essa outra função que mantém os participantes de uma conversa ocupados. Os sons são usados no trabalho gestual porque os sons, em encontros falados, vêm a ser convenientes; mas tudo o mais que está disponível também é sistematicamente usado. Dessa forma, muitas das propriedades de fala terão de ser vistas como alternativas a atos extralinguísticos, ou equivalentes funcionais deles, como ocorre quando, por exemplo, um participante sinaliza sua partida iminente de um encontro conversacional ao trocar de postura ou ao redirecionar a sua atenção, ou ainda ao alterar o contorno da entonação, a inflexão de sua última afirmação.

Em dado nível de análise, então, o estudo de afirmações que podem ser transcritas e o estudo da fala são coisas diversas. Em um nível de análise, o estudo de turnos de fala e de coisas ditas durante o turno de alguém são parte do estudo da interação face a face. E esta, por sua vez, tem seus próprios regulamentos, processos e estrutura, não sendo, definitivamente, de natureza intrinsecamente linguística, mesmo que amiúde expressos por um meio linguístico.

É fato notório que um mesmo assunto pode ser abordado de diferentes formas, com diversas nuances e especificidades que colaboram para que se tenha a construção de uma situação própria (Ribeiro, Pereira, 2002), característica de tal ou qual abordagem. Se travamos uma conversa acerca de um dado assunto referente à política atual, por exemplo, em um bar, no centro do Rio, flagrante é que será possível observar elementos que em muito distanciam tal conversa de um debate acerca do mesmo tema em uma sessão da Câmara dos Deputados ou de um debate entre chapas de alunos do Diretório Estudantil de uma universidade.

Cada ocasião se nos apresenta com um feixe de traços que seria um erro ignorar, compondo tal feixe o que podemos chamar de contexto situacional. O registro informal, certamente informal, do bar acima referido, se diferenciará da adoção de uma série de jargões e termos técnicos do Poder Legislativo, do uso de um pronome de tratamento assaz formal (*Vossa Excelência*) por parte dos parlamentares no trato com seus pares, assim como o tom mais ameno e informal marcará os debates estudantis, em comparação com um debate da Câmara dos Deputados. O equívoco entre o emprego de traços de uma situação que levasse, por exemplo, ao uso do pronome de tratamento sobredito em uma conversa em um bar na Lapa certamente faria os circunstantes romperem em riso, dando-se azo a piadas,

ou colocaria em xeque a própria sanidade mental ou adequação social de quem fizesse uso de tal forma de tratamento, tamanha a importância o contexto situacional e as consequências para a comunicação.

Neste passo, fundamentais à composição do presente trabalho, são os contributos de Erving Goffman, o qual, como já mencionado, resume em uma simples pergunta aquilo que nos ampara a compreender o contexto em que uma dada situação social se dá: “o que está acontecendo aqui e agora?”; apontando o *aqui* para a interpretação do contexto situacional, ao passo que o *agora* aponta para o momento. Tal contribuição representa ainda uma metaorientação do que é contexto e, especialmente, o contexto de comunicação, apontando para os enquadres interacionais, para as relações não lineares e de reenquadres das situações sociais (Goffman; 1974).

A devida compreensão da noção de situação social, ou de contexto no discurso (Ribeiro; Pereira, 2002; 2008), passa pelo entendimento do funcionamento de jogos interacionais tais quais a negociação, modificação e confronto de relações sociais. Convém afirmar outrossim que a percepção da situação social/contexto se dá, como dito anteriormente, tanto em escala *micro*, isto é, ao se captarem mais especificamente informações de natureza sociointeracional que informam uma conversa; ou de forma *macro*, refletindo sobre a visão histórico-social e institucional que ancora o discurso. Importa ressaltar que os falantes lançam mão de pistas de contextualização em qualquer encontro face a face, a todo instante, remetendo-se tanto a dados contextuais a nível micro (pessoal, sociointeracional) quanto a nível macro (histórico, institucional) (Ribeiro, Pereira, 2002; 2008).

Hymes (1972) indica um percurso/modelo de análise que, por sua vez, dialoga com a interseção entre a linguística e a antropologia, elegendo a “atividade de fala” (Levinson, 1979) para análise (Pereira, 2002; Ribeiro & Pereira; 2002). O modelo de análise preleciona a observação do cenário onde a interação se dá, incluindo-se sua caracterização; os participantes (sua idade, gênero, classe social, etnia etc), bem como seus papéis discursivos; o ato de comunicação (um aviso, uma interrogação, queixa); o tom da comunicação (incluindo-se aspectos emocionais do discurso, a formalidade do discurso); os instrumentos ou meios de comunicação (os quais caracterizam traços da fala ou escrita), as normas culturais (informações de

natureza etnográfica); e, por fim, o gênero do discurso (uma conversa de bar, uma entrevista, um discurso político etc).

Goffman (1981b]1998b), no entanto, em “footing”, ao tratar de formatos de produção e de interpretação, ao redefinir as noções de falante e de ouvinte, considera que, em função de o evento de fala se voltar apenas para aspectos linguísticos, a situação em si torna-se mais importante para a observação de aspectos mais completos, na relação entre os participantes.

De outro modo, sociólogos, dentre os quais Erving Goffman, George Mead e Harold Garfinkel, optam com frequência pelo foco no participante, ou seja, quem fala se posiciona em uma dada situação interacional, buscando um olhar de dentro, regatando-se a perspectiva dos interagentes em um encontro social, no âmbito da etnometodologia (Garfinkel, 1967).

Sendo assim, a noção de papel social (assaz abordada e detalhada no âmbito de estudo da sociologia, no qual amiúde se aborda o papel do médico, do político, do professor etc.) ganha relevo. É então que podemos acrescentar, à noção de contexto, a noção de papel social e interacional, porquanto sejam de indubitável relevância para a análise do contexto em que uma dada interlocução se desenrola.

Imaginemos aquele mesmo bar no centro do Rio mencionado no início do presente capítulo. Se ao contexto da conversa informal entre amigos acrescentarmos a presença da autoridade policial, isto é, de indivíduos que exerçam o papel social de policiais, ante uma suspeita de porte de drogas, certamente o ambiente será alterado, bem como o tom da conversa será modificado, e mesmo a postura física dos circunstantes será alterada com vistas a que se dê prosseguimento à abordagem policial.

3.1.3

Do rearranjo interacional: o *footing*

Para Goffman,

Uma mudança de footing implica uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes, expressa na maneira como conduzimos a produção ou recepção de uma elocução. Uma mudança em nosso footing é um outro modo de falar de uma mudança em nosso enquadre dos eventos (Goffman, [1979], 2002, p. 113, grifos do autor).

Assim sendo, podemos dizer que o *footing* ocasiona a natureza dinâmica dos participantes, mostrando como esses organizam a produção e a recepção das elocuções. As noções tradicionais de falante e ouvinte passam a dar lugar à de participantes interacionais com papéis mais complexos e cambiantes, conforme o *formato de produção* do discurso (relativa ao falante) e a *estrutura de participação* dos interlocutores (relativa ao ouvinte).

No que se refere à *estrutura de participação*, observa-se que o autor distingue a condição oficial de ouvinte ratificado, ouvinte “intrometido”, e “ouvinte por acaso”, dado o momento social em que a atividade se processa. Goffman argumenta pela complexidade da estrutura de participação, podendo ocorrer um vasto repertório de eventos durante a comunicação.

Incluem-se aí situações em que, mesmo ocupando o *status* de participante ratificado, uma pessoa venha a, por exemplo, simplesmente não prestar atenção ao que lhe está sendo endereçado (não ouvir), ou, ao contrário, não sendo um participante oficialmente ratificado da conversa, podendo ouvir o que outra diz de propósito. O que certamente caracterizaria uma atitude de “intromissão”; ou ouvir de forma não intencional, vindo a se tornar um ouvinte “por acaso”.

No tocante ao *formato de produção* do discurso, temos a noção clássica de falante, em que o mesmo indivíduo se posiciona ao mesmo tempo como aquele que produz elocuções, seleciona sentimentos e palavras expressos e que está comprometido com o que é dito, Goffman apresenta os papéis representados pelos participantes no ato de enunciar de maneira mais complexa e abrangente, porquanto contemple outras possibilidades de produção do discurso. Goffman leva em conta o “*status* de participação” do interagente no evento comunicativo, o qual o caracteriza como *autor* (aquele que seleciona os sentimentos expressos e as palavras que os codificam), *responsável* (assunção de um papel ou identidade social específica) ou *animador* (aquele que atualiza as palavras de outrem). Através de tal ponto de vista, numa interação conversacional, alguém pode proferir enunciados ditos anteriormente por outra pessoa, numa referência direta ou indireta; expressar sentimentos e ideias que não são exatamente os seus, como quando da leitura de um

poema; ou, ainda, apresentar-se como “[...] uma pessoa que ocupa algum papel ou identidade social específica. [...] o indivíduo fala, explícita ou implicitamente, em nome de um ‘nós’, não de um ‘eu’ [...]”, donde a maior complexidade e abrangência de seu formato de produção de discurso acima mencionada (Goffman, [1979] 2002, p. 134).

A natureza da interação dos participantes, na CPI da Petrobras, é de ordem institucional, com foco no mandato institucional (GARCEZ, 2002; Pereira, 2013; Loder; Jung, 2009; MAYNARD, 1984). Há configurações e rotinas próprias, em função dos objetivos da última sessão da CPI, de votação do relatório final, e da composição da Comissão, formada por deputados de diferentes partidos, com divisão político-ideológica. A interação em contextos institucionais tem sido proposta por estudiosos da etnometodologia (GARCEZ, 2002), por requerer características organizacionais diversas daquelas encontradas na análise de interações espontâneas (Pereira, 1993).

3.2

Do modelo argumentativo (Schiffrin, 1987)

Segundo Schiffrin (1987), podemos definir argumentação a partir de suas propriedades textuais, como um monólogo, e de suas propriedades interacionais, como um diálogo. A autora define argumentação como um discurso através do qual os falantes defendem posições discutíveis.

Essa definição incorpora propriedades monológicas e dialógicas: as relações textuais e o arranjo entre a posição e a sustentação são monológicas, e a organização interacional da disputa (desafio, defesa, refutação e assim por diante) é dialógica (Schiffrin, 1987).

A autora estrutura a argumentação em três partes centrais - posição, disputa, sustentação - sugerindo que a compreensão dos argumentos requer atenção tanto para os muitos aspectos da organização do discurso quanto para os traços característicos das narrativas.

Ab initio, temos a *posição*. Embora uma parte fundamental de uma posição seja uma ideia, i. e. informações descritivas sobre situações, estados, eventos e ações no mundo, outra parte importante é o comprometimento do falante com essa ideia. A exibição mais simples de compromisso é por meio de uma afirmação, i. e. uma reivindicação à verdade de uma proposição. Em exibições mais complexas, os palestrantes indicam sua confiança nessa verdade, e. g. defendendo ou intensificando o que eles dizem. Ainda outra parte de uma posição é a sua apresentação. Segundo a autora

*Embora muitas vezes as posições sejam mantidas como crenças sobre a maneira como o mundo é, elas também podem ser crenças sobre a maneira como o mundo deveria ser. Assim, não é de surpreender que a apresentação de tais alegações possa revelar não apenas ideias, mas valores morais e reivindicações de competência e caráter.*³ (Schiffrin, 1987: 18)

Em suma, a posição se constitui como a parte inicial da argumentação, a qual é composta por uma “ideia” e pelo compromisso do falante com a mesma.

Segundo Vieira (2003:57), nas elocuções produzidas, a *posição* é composta por dois elementos: a “ideia” (*dictum*) e o compromisso (*modus*), sendo o último visto como as atitudes que o locutor pode assumir com relação ao conteúdo proposicional expresso pela elocução por ele produzida, incluindo-se também os aspectos relacionados às relações interpessoais colocadas em jogo na interação.

Na *disputa* de uma posição, os indivíduos podem endereçar sua oposição a qualquer um (ou mais) de suas partes: uma disputa pode ser centrada no conteúdo proposicional (precisão com a qual uma posição represente um determinado estado de coisas), na orientação do falante, por exemplo, desafiando a posição do falante diante dos fatos, ou em implicações pessoais e morais do desempenho verbal (o tipo de pessoa que o falante revela ser). Amiúde as oposições são obscurecidas porque são apresentadas indiretamente ou mitigadas por meio de dispositivos acomodativos (Schiffrin, 1987:18). As oposições também são obscurecidas porque elas podem ser definidas apenas por referência a uma estrutura ou conhecimento básico que os falantes trazem ao discurso – referência à informação que vai além

³Tradução nossa do texto original: While positions are often held as beliefs about the way the world is, they can also be beliefs about the way the world should be. Thus, it is not surprising that the presentation of such claims may reveal not only ideas, but moral values and claims of competence and character.

dos significados superficiais do próprio texto. Ainda segundo a autora, alguns tópicos de conversa, por exemplo, parecem ser culturalmente definidos como disputáveis (por exemplo, política, religião); outros tópicos são fontes de disputa somente dentro de relacionamentos particulares. Em qualquer um desses casos, compreender a fonte de uma oposição requer referência a um conhecimento prévio que não seja explicitamente apresentado em um texto.

O componente final do argumento é a *sustentação*. Segundo Schifffrin (1987), um orador pode sustentar uma posição de qualquer um dos níveis em que pode ser disputada: pode-se explicar uma ideia, justificar um compromisso, defender uma apresentação.

A sustentação pode ser entendida como diferentes atos de fala, e. g. pode-se falar de uma explicação, uma justificativa (ou uma conta) ou uma defesa (nenhum desses atos de fala é restrito a argumentos: explicações, por exemplo, podem ser usadas para esclarecer; justificativas para se desculpar, e assim por diante). Cada ato, contudo, consiste no fornecimento de informações através das quais um falante induz um ouvinte para tirar uma conclusão sobre a credibilidade da posição (Schifffrin, 1987: 18).

3.3

Do eixo interação social-metáfora-argumentação

Conforme exposto no início deste capítulo, o instrumental teórico e analítico deste estudo se ancora na estreita relação entre a interação social, o fenômeno da metáfora e a argumentação.

Abordagens sobre a metáfora, com o tratamento especial de metáforas de cunho moral e o contexto político foram tratadas no capítulo 2. Focalizamos a abordagem clássica de Aristóteles, marcada pelo “uso de uma coisa para designar outra”. No entanto, não podemos deixar de acrescentar a esta definição a reflexão de que, no processo de significação, há ressignificação, em função do contexto e da situação social (como veremos nos capítulos 5 e 6, de análise de dados).

Solange Vereza (2012) chama nossa atenção para a necessidade de se sistematizar de modo mais claro o papel da metáfora no discurso argumentativo,

sendo, para tanto, conforme o entendimento desenvolvido ao longo deste trabalho, necessário ampliar-se a compreensão do uso de metáforas no contexto da argumentação, sobretudo na política, seja o papel das metáforas benéfico ou, como afirmado por Searle, potencialmente falacioso.

O avanço da abordagem cognitivista foi a concepção da noção de Metáfora Conceptual de Lakoff & Johnson (1980), cujos detalhes já foram abordados no capítulo 2. O que aqui se destaca como relevante é a utilização da metáfora como figura de pensamento que remete ao mundo dos participantes nas interações. Tratar de como pensamos e vivemos por metáforas é relevante para a compreensão teórica da interação social. Afinal, vivemos por metáforas, estruturamos nossas vidas metaforicamente, interpretando o mundo e somos interpretados através delas.

Um teórico que revolucionou o universo da linguagem e que, por isso, precisa ser aqui citado é Ludwig Wittgenstein. Em sua crítica ao rompimento com o paradigma representacionista da linguagem, Wittgenstein propõe uma mudança na forma como é entendida a linguagem, trazendo, a partir dos jogos de linguagem, a noção desta como forma de vida.

Este filósofo austríaco coloca o lado inseparável da vida e suas práticas culturais, o que inclui, naturalmente, a interação social e a argumentação, uma vez que ambas integram a experiência humana como um todo. Se para Wittgenstein a língua é uma forma de vida, a metáfora também o é, dado o fato de a todo instante, ao nos comunicarmos, darmos largas à nossa capacidade de criar metáforas, através do intercruzamento de jogos de linguagem.

4

Metodologia da pesquisa

4.1

Natureza da pesquisa⁴

Os resultados a serem alcançados com o presente estudo são pautados em pesquisa bibliográfica, fundamentação teórica e metodológica, seleção e análise dos dados, pois o objetivo da pesquisa consiste em compreendê-los em suas especificidades.

De acordo com Denzin e Lincoln (2006),

Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. Buscam soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado (Denzin; Lincoln, 2006, p. 23)

Cumprе ressaltar que a perspectiva investigativa se contrapõe ao modelo positivista empregado pelas ciências físicas e naturais, bem como pelas ciências humanas, sobretudo até fins do século XIX, época em que as pesquisas de cunho qualitativo ganham impulso (Costa, 2014:72).

Para Lüdke e André (1986, p. 6), modelos quantitativos fornecem uma fotografia instantânea do foco em estudo, impossibilitando a análise das diferenças individuais e grupais, donde a relevância de novas alternativas de pesquisa “[...] que partissem de outros pressupostos, rompessem com o antigo paradigma e sobretudo se adaptassem melhor ao objeto de estudo.”

Esta pesquisa caracteriza-se por ser de caráter eminentemente qualitativo (Bauer & Gaskell, 2002), em torno da análise de dados presentes em registros escritos públicos emitidos a cada sessão da Câmara dos Deputados, isto é, suas notas taquigráficas, tratando-se especificamente dos registros taquigráficos da

⁴ A análise crítica de documentos é quase sempre expressa em crítica externa e crítica interna, sendo esta muito usada em pesquisas educacionais (Bell, 1997). A crítica externa pretende apurar a autenticidade e genuinidade dos documentos, portanto, a sua veracidade nos dois níveis, enquanto a crítica interna pretende sujeitar o documento a uma análise rigorosa, baseada em perguntas sobre a história do conteúdo e forma do documento (Bell, 1997).

sessão do dia 21/10/2015 da CPI da Petrobras, disponíveis no sítio eletrônico <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-petrobras/documentos/notas-taquigraficas/nt211015-ptr>, onde foram obtidas após longo processo de pesquisa.

Cumpre ressaltar mais uma vez que os registros escritos analisados são editados, de modo que não se pode falar em transcrição fiel ao que fora dito. Não se trata de uma transcrição fonética, mas meramente formal, com correções do que fora dito na sessão final da CPI.

4.1.1

Pesquisa, método, análise ou técnica documental?

Tudo isto posto, convém indagar como categorizar a pesquisa acadêmica com registros escritos. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) nos colocam diante de perguntas como: os pesquisadores realizam pesquisa de registros escritos ou análise de registros escritos? Trata-se uma técnica de pesquisa com registros? May (2004: 206) chama esse procedimento de Pesquisa Documental e reconhece a dificuldade de lidar com o tema:

Não é uma categoria distinta e bem reconhecida, como a pesquisa survey e a observação participante. Dificilmente pode ser considerada como constituindo um método, uma vez que dizer que se utilizará documentos é não dizer nada sobre como eles serão utilizados.

Amiúde, ao se nomear o uso de registros escritos na investigação científica, os pesquisadores pronunciam palavras como pesquisa, método, técnica e análise. Assim, teríamos denominações como: pesquisa documental, método documental, técnica documental e análise documental. De acordo com alguns autores “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse” (Lüdke e André, 1986:38), e “uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes” (Cellard, 2008: 298);

“A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (Helder, 2006:1-2).

E por fim temos o olhar de Gauthier (1984: 296):

Trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida.

Pimentel (2001: 179) une esses termos ao abordar o tema do trabalho acadêmico com registros escritos. No artigo *O método de análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica*, a autora nos apresenta as possibilidades para o uso desse procedimento metodológico:

Com o intuito de contribuir para a utilização da análise documental em pesquisa esse texto apresenta o processo de uma investigação. [...] São descritos os instrumentos e meios de realização da análise de conteúdo, apontando o percurso em que as decisões foram sendo tomadas quanto às técnicas de manuseio de documentos: desde a organização e classificação do material até a elaboração das categorias de análise.

Os termos “processo de investigação” e “percurso”, os quais a autora utiliza, lembram a palavra “metodologia”. Já as palavras “instrumentos e meios” nos fazem pensar em “procedimentos técnicos”. Convém lembrar que alguns autores usam essas palavras quase que como sinônimas quando abordam o uso de documentos em pesquisas (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009).

Lüdke e André (1986: 38) falam sobre a importância do uso de registros escritos em investigações educacionais: “Que é análise de registros escritos? Quais as vantagens do uso de registros em pesquisa? Quando é apropriado o uso dessa técnica?”. Dizem também: “Como uma técnica exploratória, a análise de registros escritos indica problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos”.

Assim sendo, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), ante tantas dúvidas, qual seria o termo que melhor traduz esse tipo de investigação? Pesquisa, método, técnica ou análise?

Ao utilizar documentos objetivando extrair dele informações, os pesquisadores fazem-no investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; seguindo etapas e procedimentos; organizando

informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, isto é, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos:

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO, CARVALHO e SIMÕES, 2008: 148).

A presente pesquisa se caracteriza por ser qualitativa, devendo-se acrescentar que se trata de uma *pesquisa documental*, a qual, como tal

Trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (FONSECA, 2002: 32)

4.1.2

A análise das notas taquigráficas

Os dados deste estudo foram gerados de modo parcialmente peculiar, porquanto, sobretudo se considerarmos o se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo que tem como contexto notas taquigráficas sobre a CPI da Petrobrás, incluída em questões sobre a política nacional, porquanto não tenham sido utilizadas entrevistas ou registros de áudio. Em verdade, foi escolhido o caminho do registro taquigráfico oficial da Câmara dos Deputados, que, tornamos a dizer, é um tipo de registro editado, que não transcreve exatamente o que é dito, corrigindo-se equívocos e repetições de sílabas, por exemplo.

Destacamos, a seguir, o uso do gênero nota taquigráfica, o qual de modo algum é usual. Em levantamento realizado durante a escritura desta pesquisa, foram encontrados quatro trabalhos de pós-graduação *stricto sensu*, nenhum destes do âmbito dos estudos da linguagem. Metade dos trabalhos localizados foram dissertações de mestrado em ciências políticas. Trata-se de um gênero aparentemente inédito, apesar de rico, podendo servir como farto material para pesquisas futuras, partindo-se não apenas do Poder Legislativo Federal, mas também dos demais poderes, sejam eles regionalizados ou não.

A fase de análise dos registros escritos que integram o *corpus* desta pesquisa propõe-se a produzir conhecimentos e criar novos meios de compreender os fenômenos presentes nos dados gerados. O pesquisador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências, fazendo inferências. May (2004) diz que os documentos não existem isoladamente, necessitando ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja compreendido.

Feita a seleção e a análise preliminar dos registros escritos, o investigador procede à análise dos dados: “é o momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave” (Cellard, 2008: 303).

Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a análise qualitativa do conteúdo começa com a ideia de processo, ou do *contexto social*, e vê o autor como auto-consciente que se dirige a um público em circunstâncias particulares. O texto é abordado pelo prisma do entendimento do contexto da sua produção pelos próprios analistas das perguntas e dos objetivos da pesquisa.

Organizadas as categorias iniciais, mister se faz que se faça uma avaliação desse conjunto. Guba e Lincoln (1981) argumentam que as categorias devem refletir os propósitos da pesquisa, e apontam alguns critérios que podem amparar o investigador na avaliação com mais segurança das categorias que foram originadas do material documental.

Em suma, “A pesquisa com registros escritos é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação” (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009).

Sendo assim, a pesquisa com registros escritos, tal como outras formas de pesquisa, propõe-se a gerar novos conhecimentos, produzir novas formas de compreender os fenômenos e tornar evidente a forma como estes têm sido desenvolvidos.

4.2

O Contexto Político da CPI da Petrobras

O contexto de concepção das notas oficiais empregadas neste estudo é o de um desdobramento da Operação Lava-Jato. Trata-se da CPI da Petrobras, especialmente da sessão final desta, na qual, após cerca de oito meses de inquérito parlamentar, foi votada a aprovação de seu relatório final. No plenário, havia dois grandes blocos compostos por governistas e oposicionistas, sendo aqueles favoráveis à aprovação do relatório final da CPI – o que resultaria (e resultou) em um desfecho polêmico para a CPI. A CPI não resultou em sugestões de nomes para investigação pelo Ministério Público Federal (MPF), mas melhoraria a imagem do governo – e estes contra a aprovação do relatório, uma vez que tal resultaria na chancela de um relatório sem investigados, sendo a rejeição do relatório o único meio de se prolongar a CPI até que nomes fossem arrolados para investigações.

Inicialmente, importa fornecer um panorama do contexto político brasileiro à época da última sessão da CPI, complementado informações da Introdução (Capítulo 1) deste estudo. Para tanto, convém explicar alguns fatos anteriores à referida sessão da CPI, remontando-se o contexto da criação da Comissão, de modo que se tornem mais claros tanto seus objetivos como alguns dos pontos mais disputados entre os deputados.

A CPI da Petrobras foi criada apenas em fevereiro de 2015, resultando, contudo, de uma longa e crescente série de denúncias de que resultaram escândalos que juntos passaram a compor um escândalo maior alcunhado “petrolão” (em referência ao escândalo do mensalão, ocorrido em 2005), que levou as autoridades a investigarem a gestão desta empresa e seus possíveis casos de corrupção. Neste contexto, a opinião pública passou a ser ainda mais influenciada pela mídia, sobretudo com o advento da Operação Lava-Jato, em março de 2014, tendo sido feitas tentativas anteriores de se investigar o que ocorria na Petrobras já em 2009, dando-se continuidade a este processo investigativo em 2014, mas no Senado Federal.

Como já mencionado, foi somente no início de 2015 que a CPI cuja última sessão serve de fonte de dados para este estudo teve início. Para que se possa compreender melhor a delimitação dos objetivos da CPI e algumas das querelas entre os membros da Comissão quanto até que ponto e quais fatos a CPI poderia investigar, convém citar o Ato de Criação da CPI da Petrobras, assinado pelo então

presidente da Câmara dos Deputados, o ex-deputado Eduardo Cunha, segundo o qual a CPI foi criada

“Para investigar atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África”.

A análise do Ato de Criação da CPI nos permite notar que se trata de Comissão Parlamentar de Inquérito voltada para fatos ocorridos entre 2005 e 2015, isto é, durante a gestão do PT, e não dos governos FHC. Mais adiante será possível ver como isto fomenta debates entre tucanos e petistas, uma vez que cada qual acusa o outro de se situar em seu governo a gênese da corrupção sistêmica descoberta na Petrobras.

Tratando-se de uma investigação derivada da Operação Lava-Jato, outro ponto bastante polêmico discutido na CPI é o uso do instituto da delação premiada para a produção de provas jurídicas. Tal norteará muitos dos debates da CPI, compondo muitas das discussões quanto a eventuais exageros da Lava-Jato.

Não seria possível entender devidamente o contexto de geração de dados no presente estudo sem que se tivesse olhos atentos à composição da CPI, sua divisão e motivo central de tal divisão. Sendo assim, importa observar que a CPI era composta por 26 integrantes, havendo na ocasião da última sessão, por fato ignorado, talvez para efetuar um eventual desempate, 27 destes. Há ainda igual número de suplentes, podendo haver substituição dos titulares por razões diversas que convenham ao parlamentar ou ao partido.

Este estudo se concentra na última sessão da CPI, isto é, a sessão de votação do relatório final da Comissão, de autoria do relator, o deputado Luiz Sérgio. Assim, a divisão político-ideológica que guia os debates nesta sessão é constituída em torno da opinião dos deputados quanto ao relatório, especialmente o parecer final do relator, pois ele é o extrato da produção da CPI, significando o grau de desempenho dela. Aprovar o relatório significaria dizer que a Comissão cumpriu seu papel, não havendo mais o que fazer em termos de investigação, encerrando-se

os trabalhos da Comissão. Reprovar o relatório equivaleria a dizer o oposto, expressando-se insatisfação com o relatório, requerendo-se a retomada dos trabalhos investigativos, sem data de conclusão definida para a CPI.

O ponto central de discordância entre governistas e oposicionistas é a falta de indicações de nomes para indiciamento pela CPI. Passou-se a impressão geral de que a Comissão tentou proteger políticos principalmente do PT e do PMDB, indicando-se apenas nomes de políticos e empresários já indiciados pelo MPF, o que levou parte da Oposição a apresentar sub-relatórios e votos em separado. Esperava-se, pois, da CPI um relatório mais combativo e que ajudasse o MPF a combater a corrupção. A divulgação do relatório, terminou, então, por fomentar ainda mais o clima de belicosidade no já dividido plenário, o qual anteriormente já assistia a embates entre Governo e Oposição, e que agora contava ainda com o posicionamento de deputados independentes em tal ou qual lado da disputa pela aprovação ou reprovação do relatório.

Infelizmente não foi possível determinar todos os votos, uma vez que a votação é secreta e eletrônica. A leitura das notas taquigráficas nos permite apenas acessar a votação de destaques e da ata final da sessão. Há também uma votação em que o presidente da CPI pede para que cada parlamentar vote permanecendo como está ou levantando o braço, o que inviabiliza nosso acesso ao resultado desta que provavelmente foi a do relatório final da CPI. Sabemos apenas como provavelmente os blocos de partidos votaram, o que nos mantém distantes de saber como os partidos minoritários se posicionaram, embora seja possível especular a este respeito, sobretudo após efetuar a leitura da fala dos deputados e seus aliados. O resultado final da votação foi o seguinte: dezessete votos pela aprovação do relatório, nove contra e uma abstenção.

Isto posto, não sendo possível saber como cada parlamentar votou, pareceu razoável recorrer ao posicionamento de cada parlamentar nas eleições anteriores à CPI, isto é, as eleições de 2014. Desse modo, foi possível apurar se os membros da CPI apoiaram Dilma Rousseff (PT-RS), presidente à época da CPI, ou Aécio Neves (PSDB-MG), senador oposicionista à época da CPI e ex-candidato à presidência, o que nos possibilita ter uma boa noção da orientação político-ideológica de cada

político, devendo-se, todavia, considerar eventuais mudanças de alinhamento político-partidário até a data da sessão final da CPI.

TABELA DE POSICIONAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO (2014)	
APOIARAM DILMA	APOIARAM AÉCIO
João Carlos Bacelar (PR-BA)	Onyx Lorenzoni (DEM-RS)
Leônidas Cristino (PROS-CE)	Paulo Pereira da Silva (SD-SP),
Paulo Magalhães (PSD-BA)	André Moura (PSC-SE)
Silas Câmara (PSD-AM)	Bruno Covas (PSDB-SP)
Valmir Prascidelli (PT-SP)	Antonio Imbassahy (PSDB-BA),
Luiz Sérgio (PT-RJ)	Otávio Leite (PSDB-RJ)
Afonso Florence (PT-BA)	Rodrigo Martins (PSB-PI)
Lázaro Botelho (PP-TO)	Eliziane Gama (PPS-MA)
Cacá Leão (PP-BA)	Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)
Hugo Motta (PMDB-PB)	Deputado Delegado Waldir (PSDB-GO)
Celso Pansera (PMDB-RJ)	Altineu Côrtes (PR-RJ) [independente]
Edio Lopes (PMDB-RR)	Ivan Valente (PSOL-SP) [independente]
Kaio Maniçoba (PHS-PE)	
Fernando Monteiro (PP-PE)	
Eliziane Gama (PPS-MA)	

Fato interessante a ser notado é que o número de deputados que apoiaram Dilma Rousseff é muito próximo do número de deputados que apoiaram Aécio Neves, menos de um ano antes da conclusão da CPI. Assim, em tese, a votação do relatório da CPI deveria ter sido bastante próxima de um empate, o que não ocorreu. O que demonstra uma estranha mudança de alinhamento político-ideológico pelos que se encontram na coluna da direita da tabela acima.

Conclui-se este item com a quadro abaixo, que organiza os partidos políticos por seu posicionamento quanto ao relatório do deputado Luiz Sérgio.

QUADRO DE POSICIONAMENTO DOS PARTIDOS	
CONTRA O RELATÓRIO	FAVORÁVEL AO RELATÓRIO
PSDB	PT
DEM	PMDB
PPS	PSD
PRB	PP
PTB	PR
PSOL	

4.3

O tratamento dos dados

A análise das notas taquigráficas da CPI da Petrobras se pauta na interpretação das falas dos parlamentares ao longo dos debates ali conduzidos. No geral, foi mantido o formato original da notas oficiais, o que é imposto por lei (artigos 297 e 299 do Código Penal pátrio), realizando-se tão somente a sua divisão em excertos. Buscou-se também realizar uma divisão semântica dos mesmos, isto é, conforme o assunto em torno do qual se situa a metáfora.

Esta divisão dos dados gerados, conforme a natureza semântica das metáforas então empregadas, nos levou a dividir os vinte e um excertos analisados nesta pesquisa e a analisar o que as suas metáforas exprimem. Cada excerto é seguido pela análise dos dados presentes nos mesmos, bem como por referenciais

teóricos aplicados às análises então realizadas. Alguns excertos possuem mais de uma metáfora, sendo tais metáforas de grupos semânticos diversos. Procedeu-se ao enquadramento destes excertos em observância à relevância das metáforas, isto é, optou-se por tal ou qual classificação de acordo com o enquadramento semântico que mais se destacasse no excerto, evitando-se, assim, a sua fragmentação excessiva, o que poderia deixar a análise dos dados gerados neste estudo confusa e dispersa. Ressalte-se que a escolha dos dados se deu indiscriminadamente. À medida que as metáforas eram localizadas elas eram selecionadas e incluídas neste estudo.

Convém frisar que o uso do negrito no grifo das metáforas não afetou a por lei prevista inalterabilidade das notas taquigráficas, tendo sido respeitado o seu conteúdo original. Ao final de cada excerto, há uma numeração de página entre parênteses. Tal numeração indica onde cada excerto se localiza no arquivo das notas taquigráficas, o qual se encontra disponível no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados. Tal numeração é útil por indicar a continuidade das falas registradas e sua ordem nas referidas notas.

5

Análise das metáforas morais nas atas taquigráficas da CPI da Petrobrás: o contexto e a situação social

No presente capítulo serão conduzidas as análises das metáforas morais do presente estudo, com foco temático no contexto social envolvendo o país (Mey, 2007) e a situação social (Goffman ([1964], 2002) da CPI da Petrobrás.

Na estrutura de participação (Goffman, [1979], 2002) da sessão de votação do relatório final da Comissão, encontram-se os deputados, de diferentes partidos, que discutem o relatório do deputado Luiz Sérgio, dirigindo-se ao Presidente da Comissão.

Na fase de argumentação de cada deputado, encontram-se metáforas de cunho moral. As mesmas estão distribuídas ao longo deste capítulo com uma divisão temática, com foco no contexto ou na situação social.

Desse modo, temos metáforas em nível de Brasil, ou seja, metáforas que se projetam no contexto do país, do governo, da Petrobras. Cada um dos vinte um excertos, ao longo dos capítulos 5 e 6, traz uma análise da argumentação e da metáfora moral.

Como veremos, há relações de intertextualidade na interação (Tannen, 2006:598), com retomadas, adesão ou não à proposta do relator e manifestação de ponto de vista pessoal.

5.1

Metáforas do País

O país é um rascunho que se passa a limpo (#1)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - (...)

Sr. Presidente, nós recebemos, decepcionados, a íntegra do relatório do Deputado Luiz Sérgio, desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Relator culpou os empreiteiros e os maus servidores pelo assalto comprovado à PETROBRAS e concluiu que não houve corrupção institucionalizada na PETROBRAS. Segundo ele, a corrupção foi pontual, tanto é que, no Capítulo I, às páginas 43 a 72, ele se dedica a “comprovar” — entre aspas — que não houve corrupção sistêmica na PETROBRAS a partir de 2003, mas que a corrupção já se havia instalado há muito e que a população só soube disso porque o Governo não engaveta nada e deixa a Polícia Federal investigar tudo. Aliás, esse é um discurso repetitivo do PT, não é? (*Riso.*) É até motivo de riso.

Cita Paulo Francis e Ricardo Semler para justificar que Barusco e todos os empreiteiros e operadores mentem, quando dizem que a corrupção começou no Governo Lula.

Ele manteve no relatório, Sr. Presidente, na minha opinião, a estratégia adotada durante todas as CPIs: dizer que o PT apenas repetiu um procedimento que era praxe dentro da empresa. Foi assim na CPML, e continua assim. Não aconteceu nada na PETROBRAS. Aliás, se for mais longe no relatório, o Relator vai derrogar os atos do Juiz Sérgio Moro e tirar da cadeia os grandes líderes do PT.

Ainda nessa linha, tentou escamotear fatos graves. No Capítulo II, às páginas 73 a 96, o Relator tratou da SBM Offshore e descreveu a oitiva de Jonathan Taylor, ex-executivo da SBM, ocorrida em Londres. Este admitiu o pagamento de propinas da PETROBRAS e citou Júlio Faerman como o homem da SBM junto à PETROBRAS. Taylor afirmou categoricamente que a CGU já sabia dos desvios relativos à SBM desde fevereiro de 2014, porém retardou as investigações e a liberação das informações sobre esses desvios até o fim do pleito de 2014.

Apesar da confissão, o Relator, aparentemente, preferiu não dar muita importância a essas informações. Em vez de aprofundar essas investigações, preferiu defender o Ministro Jorge Hage, concluindo que a afirmação de Taylor, no sentido de que a CGU teria atrasado as apurações dos fatos devido ao processo eleitoral, simplesmente não se sustenta. Mais uma vez, o Relator defendeu o indefensável, Deputado Imbassahy.

Outras incongruências do relatório merecem ser ressaltadas. No tocante à atuação do Banco Central do Brasil no que tange à remessa de valores ao exterior, o Relator limitou-se apenas a “recomendar”, entre aspas, que o Banco Central adote medidas, tais como auditoria especial para fiscalizar as operações relativas ao Delta Bank no Brasil. Ou seja, para o Relator, os bilhões de dólares que saíram ilegalmente do País, nas barbas do Banco Central, não têm importância alguma, apenas o dinheiro enviado pelo Delta Bank.

Esse é o relatório, à pág. 541.

Em relação aos dados interceptados e às mensagens obtidas da BlackBerry, no Canadá, tem-se a impressão de que o Relator se preocupou apenas com o método utilizado para recebê-los. O conteúdo das mensagens nem sequer foi objeto de sua análise. O Relator empenhou-se tanto em desqualificar a Polícia Federal — é sempre assim o discurso petista: desqualificar o Juiz Sérgio Moro, desqualificar o Ministro Joaquim Barbosa, desqualificar a Polícia Federal —, que se esqueceu, como disse, de solicitar o teor das mensagens. E, mais absurdo, o Relator recomenda que a PGR instaure os devidos procedimentos legais para investigar justamente aqueles que estão **passando o País a limpo**: os policiais da Operação Lava-Jato. Estes estão **passando o País a limpo**, mesmo com a tentativa de desqualificação do PT e do seu Relator. (p. 41)

Iniciando sua fala, podemos observar que o deputado Rubens Bueno adota uma postura de refutação ao relatório, posicionando-se claramente contra o mesmo, afirmando ter recebido decepcionado a íntegra do relatório (*Sr. Presidente, nós recebemos, decepcionados, a íntegra do relatório do Deputado Luiz Sérgio, desta*

Comissão Parlamentar de Inquérito). É de se notar que o deputado usa a primeira pessoa do plural (nós) para se referir ao relatório, argumentando não por si próprio apenas, mas por um grupo político, isto é, o grupo que faz oposição ao governo e seu relatório.

Em seguida, o deputado Bueno menciona um trecho do relatório, em uma investida contra o relator, pondo em xeque a conclusão a que chegou o relator, segundo quem não houve corrupção institucionalizada na Petrobras. (*O Sr. Relator culpou os empreiteiros e os maus servidores pelo assalto comprovado à PETROBRAS e concluiu que não houve corrupção institucionalizada na PETROBRAS. Segundo ele, a corrupção foi pontual*).

Ademais, o deputado Bueno afirma que o relator se dedica, isto é, se esforça, se desdobra para entre aspas, ou seja, falando de modo irônico, “comprovar” que não houve corrupção sistêmica na Petrobras a partir de 2003. (*Ele se dedica a “comprovar” — entre aspas — que não houve corrupção sistêmica na PETROBRAS a partir de 2003*).

Há ainda referência direta à argumentação do PT quando o deputado Bueno assevera aquela que segundo ele é a retórica *cliché* do PT ([...] *mas que a corrupção já se havia instalado há muito e que a população só soube disse porque o Governo não engaveta nada e deixa a Polícia Federal investigar tudo. Aliás, esse é um discurso repetitivo do PT, não é? (Riso.) É até motivo de riso*). Neste trecho é notório o tom de escárnio, de deboche adotado pelo deputado, que fala em risos, e chega a, de fato, rir, conforme registrado nas notas taquigráficas.

Mais adiante, vê-se a crítica e a refutação ao relatório na afirmação de que repetir que o procedimento adotado na Petrobras era a praxe é, com efeito, uma estratégia, isto é, algo deliberado, calculado. (*Ele manteve no relatório, Sr. Presidente, na minha opinião, a estratégia adotada durante todas as CPIs: dizer que o PT apenas repetiu um procedimento que era praxe dentro da empresa*).

O tom de ironia adotado pelo deputado Bueno pode ser observado novamente quando ele afirma que nada aconteceu na Petrobras, e que se fosse mais longe o relator derrogaria os atos do juiz Moro e tiraria da cadeia os grandes líderes do PT. (*Não aconteceu nada na PETROBRAS. Aliás, se for mais longe no relatório, o Relator vai derrogar os atos do Juiz Sérgio Moro e tirar da cadeia os grandes líderes do PT*). No final dessa passagem salta aos olhos como o deputado associa o

relator aos políticos já julgados e condenados pela justiça, num jogo maniqueísta, pondo o relator do mesmo lado que os reconhecidos pela Lava-Jato como “bandidos”.

Avançando em sua argumentação, o deputado Bueno acusa diretamente o relator de escamotear fatos graves (*Ainda nessa linha, tentou escamotear fatos graves*), acusando-se o relator de ignorar um importante depoimento dado à CPI, preferindo defender um ministro governista (*Apesar da confissão, o Relator, aparentemente, preferiu não dar muita importância a essas informações. Em vez de aprofundar essas investigações, preferiu defender o Ministro Jorge Hage*). É neste passo que o deputado Bueno argumenta diretamente contra o relator, afirmando que ele defende o indefensável no relatório (*Mais uma vez, o Relator defendeu o indefensável, Deputado Imbassahy*).

Plus ultra, o deputado Bueno afiança haver ainda outras incongruências no relatório (*Outras incongruências do relatório merecem ser ressaltadas*), por exemplo, o fato de o relator ter apenas “recomendado”, entre aspas (aspas essas que servem para dar ênfase e também de algum modo ironizar a atuação do relator), que o Banco Central adotasse medidas como uma auditoria de fiscalização. Em seguida, o deputado Bueno conclui que, para o relator, bilhões e bilhões de dólares saídos ilegalmente do país não tem importância alguma (*O Relator limitou-se apenas a “recomendar”, entre aspas, que o Banco Central adote medidas, tais como auditoria especial para fiscalizar as operações relativas ao Delta Bank no Brasil. Ou seja, para o Relator, os bilhões de dólares que saíram ilegalmente do País, nas barbas do Banco Central, não têm importância alguma, apenas o dinheiro enviado pelo Delta Bank.*).

Isto posto, o deputado Bueno acrescenta como incongruência do relator o fato de o mesmo se preocupar mais com a forma de obtenção de informações na investigação do que com o conteúdo, insinuando que o relator atuou para proteger seus aliados políticos (*Em relação aos dados interceptados e às mensagens obtidas da BlackBerry, no Canadá, tem-se a impressão de que o Relator se preocupou apenas com o método utilizado para recebê-los. O conteúdo das mensagens nem sequer foi objeto de sua análise.*).

Em seguida, o deputado Bueno assevera que a retórica petista é sempre a mesma; que busca sempre desqualificar a Polícia Federal e o Poder Judiciário, a

ponto de esquecer de valorizar pontos mais relevantes da investigação, a exemplo do teor das mensagens da Blackberry, no Canadá.

Neste passo, mais uma vez a argumentação do deputado Bueno adentra o âmbito do maniqueísmo, pois que a opinião pública, através da mídia, eleve as figuras da polícia federal e do Judiciário, atuantes na Operação Lava-Jato, ao nível de heróis nacionais. Ao mesmo tempo, o deputado Bueno confronta os “heróis nacionais” com a conduta do relator, contrastando como que o Bem e o Mal, concluindo seu raciocínio com a metáfora destacada neste excerto (*Passando o país a limpo*).

Para se analisar a metáfora do *passar a limpo o país* devemos ter em mente que passar a limpo se passa algo deixando-se de lado a sua sujeira. Interessa muito ter em mente também no que se constitui tal sujeira. Trata-se da sujeira moral ocasionada pelo escândalo de corrupção. A sujeira representa metaforicamente, via analogia, em uma metáfora moral, a corrupção que se instalou na Petrobras. Passar a limpo seria, portanto, limpar a referida sujeira moral do país.

Posição	Contra o relatório final da CPI..
Disputa	O Sr. Relator culpou os empreiteiros e os maus servidores pelo assalto comprovado à PETROBRAS (...)
Sustentação	Em relação aos dados interceptados e às mensagens obtidas da BlackBerry, no Canadá, tem-se a impressão de que o Relator se preocupou apenas com o método utilizado para recebê-los. O conteúdo das mensagens nem sequer foi objeto de sua análise. O Relator empenhou-se tanto em desqualificar a Polícia Federal — é sempre assim o discurso petista:

	desqualificar o Juiz Sérgio Moro, desqualificar o Ministro Joaquim Barbosa, desqualificar a Polícia Federal —, que se esqueceu, como disse, de solicitar o teor das mensagens. E, mais absurdo, o Relator recomenda que a PGR instaure os devidos procedimentos legais para investigar justamente aqueles que estão passando o País a limpo : os policiais da Operação Lava-Jato. Estes estão passando o País a limpo , mesmo com a tentativa de desqualificação do PT e do seu Relator.
--	--

5.2

Metáforas da Petrobras

A Petrobras é uma caixa-preta que tem vísceras (#2)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como vota o DEM?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, quando fazemos a leitura da nomenclatura do Capítulo X — *Número surpreendente de delações premiadas...* É incrível que se tente atacar o mensageiro, tente-se atacar o instituto. Parece que o problema é a delação premiada em si. O Capítulo X era para ter a seguinte nomenclatura: *Número surpreendente de assaltos, número surpreendente de saques, número surpreendente de roubos*. Não se justifica dizer que se usou demais o instituto da delação premiada como se não se estivesse expondo a verdade. A PETROBRAS se transformou numa **caixa-preta**. Para sua transparência e se **revirarem as suas entranhas**, foi preciso ir às **profundezas** e bater o **recorde mundial** das delações premiadas. Quem sabe se a gente conseguir avançar nesse... (p. 126)

O deputado Efraim Filho inicia sua preleção em tom de exclamação, impressionado com o fato de no capítulo X do relatório se tentar, segundo ele, atacar o mensageiro, isto é, culpar a pessoa ou coisa errada, a qual apenas serviu de meio para que se tomasse ciência do fato que realmente deveria ensejar a atenção do ouvinte. (*Sr. Presidente, quando fazemos a leitura da nomenclatura do Capítulo X — Número surpreendente de delações premiadas... É incrível que se tente atacar o mensageiro, tente-se atacar o instituto.*)

No presente caso, o mensageiro em questão se constitui nas delações premiadas. Durante todo o percurso da Lava-Jato, ao menos até os dias atuais, nos idos de julho de 2018, há uma polêmica envolvendo tal instituto. Debate-se se as delações fazem prova robusta o suficiente para dar respaldo por si só a condenações no Judiciário. Muitos (especialmente os membros do governo da época) alegavam que as delações se tornavam uma forma de coação que levava o delator a inventar fatos para obter vantagens como diminuição de sua pena. Trata-se de um fato, e o deputado Efraim Filho critica justamente aqueles que problematizam o uso indiscriminado de delações premiadas.

Ao dizer que “O Capítulo X era para ter a seguinte nomenclatura: *Número surpreendente de assaltos, número surpreendente de saques, número surpreendente de roubos*”, somando-se isso ao que fora dito anteriormente, o deputado se posiciona de modo claro contra o relatório como um todo. O Capítulo X é apenas um trecho escolhido a título de exemplo.

Tal como explicado acima, quando se tratou da polêmica em torno das delações premiadas, o deputado Efraim Filho assevera que “não se justifica dizer que se usou demais o instituto da delação premiada como se não se estivesse expondo a verdade”, defendendo as delações e, de algum modo, atacando o governo e seu relatório.

Neste passo, introduz-se a metáfora da caixa-preta (A PETROBRAS se transformou numa **caixa-preta**. Para sua transparência e se **revirarem as suas** entranhas, foi preciso ir às profundezas e bater o recorde mundial das delações premiadas. Quem sabe se a gente conseguir avançar nesse...).

No que diz respeito especificamente à metáfora, destacamos a metáfora da caixa-preta (A Petrobras se transformou numa caixa-preta). Procede-se via o estabelecimento de uma analogia entre a situação da Petrobras, o contexto em que a mesma se insere (de escândalos, corrupção e ausência de transparência), e uma caixa-preta, que é hermeticamente fechada, sendo difícil o acesso ao seu conteúdo, tal como era o teor do que se tentava investigar na Petrobras, donde a analogia.

Posição	Contra o relatório final da CPI.
Disputa	Não se justifica dizer que se usou demais o instituto da delação premiada como se não se estivesse expondo a verdade.

Sustentação	A PETROBRAS se transformou numa caixa-preta . Para sua transparência e se revirarem as suas entranhas, foi preciso ir às profundezas e bater o recorde mundial das delações premiadas. Quem sabe se a gente conseguir avançar nesse...
-------------	---

Entre gladiadores e feras: a CPI é um Coliseu (#3)

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - (...) Apareceu o relatório, e ele perde algumas oportunidades — eu não vou dizer que ele está errado, eu não vou dizer que ele errou, que ele omitiu —, por exemplo, Sr. Presidente, de reconhecer que, se não fosse a Justiça brasileira, o Ministério Público e a Polícia Federal, essa investigação não teria chegado à profundidade e ao ponto a que chegou até o dia de hoje.

Aliás, perde também a oportunidade de exaltar a qualidade e o comprometimento desses bons brasileiros que, lá fora, na Justiça, na Polícia Federal, no Ministério Público, também estão fazendo a sua parte para ajudar o Brasil a passar a limpo essa página negra, que dói no coração dos brasileiros e, por que não dizer, dói até no coração de muitas pessoas que moram mundo afora e que hoje participam, tanto quanto muitos brasileiros, dessa empresa que foi orgulho nacional. E espero que seja orgulho nacional, espero que avance sendo orgulho nacional, a partir do que esse relatório também não perdeu a oportunidade de fazer, que é apontar os erros, os aprimoramentos de governança, para que a PETROBRAS possa ficar minimamente estável para enfrentar um futuro muito próximo.

Eu também acho que esse relatório perde a oportunidade, meu querido companheiro Luiz Sérgio, Relator desta CPI, de, como muitos Deputados aqui registraram, pelo menos citar as pessoas inclusive já indiciadas, como pessoas citadas nesta Comissão. Eu concordo que não se deve indiciar quem já está indiciado, quem já está no curso de ser até condenado ou já foi condenado. Mas não custava nada, para que esse relatório tivesse a clareza do que foi ouvido no curso das audiências públicas e das oitivas aqui desta Comissão, que tivesse, minimamente, relacionado o nome dessas pessoas, para tirar um pouco da ansiedade da população.

Na verdade, eu me sinto no **coliseu**, onde, de um lado, está a Oposição e de, outro lado, está o Governo, ambos radicais. E, sinceramente, Sr. Presidente, dá até um pouco de desgosto ao perceber que ou é muito para um lado ou é muito para o outro. E falta um pouco de equilíbrio para que possamos ter um relatório que demonstre que todos nós não estamos aqui nem para representar o Governo, nem para representar a Oposição, mas para representar a vontade do povo brasileiro. Ele nos colocou nesta Casa para, em uma Comissão como esta, produzir o melhor resultado, para que a Nação olhe para todos nós e tenha orgulho de dizer: *“Ali havia Deputados equilibrados, que souberam fazer um relatório que contemplasse resultados concretos daquilo que foi concreto ou concretamente se achou nessa Comissão nos quase 8 meses de trabalho”*. (p. 80)

O deputado Câmara inicia sua fala referindo-se ao relatório final da CPI, mais precisamente, fazendo críticas ao relatório, ainda que de forma suavizada. *(Apareceu o relatório, e ele perde algumas oportunidades — eu não vou dizer que ele está errado, eu não vou dizer que ele errou, que ele omitiu).*

O que se observará neste excerto é o compromisso do deputado Câmara com o relator. Ele não poupa críticas ao relatório, mas faz o possível para poupar a figura do relator. *(Eu também acho que esse relatório perde a oportunidade, meu querido companheiro Luiz Sérgio, Relator desta CPI).*

Em seguida, o deputado Câmara, em sua argumentação, destaca a importância do trabalho da polícia federal e do Ministério Público *(de reconhecer que, se não fosse a Justiça brasileira, o Ministério Público e a Polícia Federal, essa investigação não teria chegado à profundidade e ao ponto a que chegou até o dia de hoje. (...) perde também a oportunidade de exaltar a qualidade e o comprometimento desses bons brasileiros que, lá fora, na Justiça, na Polícia Federal, no Ministério Público, também estão fazendo a sua parte para ajudar o Brasil a passar a limpo essa página negra (...)).* Tal comentário é consoante à opinião pública, que passou a tratar, na maioria das vezes, as figuras como a polícia e o MP, ligados à Lava-Jato, como heróis nacionais.

Além disso, o deputado Câmara faz uma apologia da Petrobras, elogiando-a por seu passado e lamentando o presente da estatal. *(Dessa empresa que foi orgulho nacional. E espero que seja orgulho nacional, espero que avance sendo orgulho nacional.).*

Em meio às críticas ao relatório é possível encontrar também elogios. Afinal, como já foi aqui asseverado, a crítica e as refutações do deputado são direcionadas ao relatório, e não ao relator; o que pode confundir quem faz a leitura do excerto, parecendo haver tentativa de ser neutro por parte do deputado Câmara, mas não é verdade. O que ocorre é essa separação entre relator e relatório. *((...) a partir do que esse relatório também não perdeu a oportunidade de fazer, que é apontar os erros, os aprimoramentos de governança, para que a PETROBRAS possa ficar minimamente estável para enfrentar um futuro muito próximo).*

Mais adiante, podemos observar como o deputado Câmara tangencia um dos assuntos mais debatidos na CPI: o não indiciamento de quem deveria ser indiciado. O deputado destaca em tom de discordância o fato de o relatório não trazer indiciamentos ou sugestões de indiciamentos, afirmando que o relatório

poderia ao menos citar os nomes para indiciamento. *(Eu também acho que esse relatório perde a oportunidade, meu querido companheiro Luiz Sérgio, Relator desta CPI, de, como muitos Deputados aqui registraram, pelo menos citar as pessoas inclusive já indiciadas, como pessoas citadas nesta Comissão).*

Em seguida, o deputado Câmara prossegue em investidas contra o teor do relatório, e não contra o relator, afinal, ambos são correligionários, compondo a mesma base governista. *(Mas não custava nada, para que esse relatório tivesse a clareza do que foi ouvido no curso das audiências públicas e das oitivas aqui desta Comissão, que tivesse, minimamente, relacionado o nome dessas pessoas, para tirar um pouco da ansiedade da população).* Aqui vemos também um exemplo em que ganha destaque a audiência projetada, quando o deputado Câmara se refere à população, demonstrando preocupação com os seus anseios.

É neste passo que o deputado Câmara introduz a metáfora do coliseu, afirmando haver radicalismos no plenário por parte de ambas as partes; tanto da oposição quanto do governo. *(Na verdade, eu me sinto no coliseu, onde, de um lado, está a oposição e de, outro lado, está o governo, ambos radicais. E, sinceramente, Sr. Presidente, dá até um pouco de desgosto ao perceber que ou é muito para um lado ou é muito para o outro).*

No que tange a metáfora empregada, traz-se para o centro a figura do coliseu, onde não há espaço para posicionamentos moderados. Ali os embates são atroztes, sangrentos. Objetiva-se destruir o inimigo, de modo que apenas um sai dali vivo. O deputado, pois, compara os debates políticos aos embates de Roma, e se posiciona quanto ao fato de, na CPI, não haver meias opiniões: é-se contra ou a favor do relatório. Como hoje se diz na política, “coxinha” ou “mortadela”, “lado A”, ou “lado B”, tal como nos enfrentamentos de Roma.

Posição	Contra o relatório final da CPI.
Disputa	X

Sustentação	(...)Aliás, perde também a oportunidade de exaltar a qualidade e o comprometimento desses bons brasileiros (...). Eu também acho que esse relatório perde a oportunidade, meu querido companheiro Luiz Sérgio, Relator desta CPI. (...) Na verdade, eu me sinto no coliseu , onde, de um lado, está a Oposição e de, outro lado, está o Governo, ambos radicais.
-------------	---

5.3

Metáforas da CPI

A CPI é um filme de banguê-banguê (#4)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - (...) Todo o mundo, aqui e quem está em casa, Sr. Presidente, assiste à televisão. Acho que até V.Exa. já assistiu a **filme de banguê-banguê**, de mocinho e bandido. O tempo todo torcemos para o **mocinho**. É filme de aventura. Só que a ótica agora se inverteu: o Relator quer que o **bandido** vença. O Relator quer que o bandido vença, mas não vai conseguir. O que ele fez aqui é extremamente vergonhoso, e o PT, mais uma vez, vai pagar o preço. Mais uma vez vai pagar o seu preço. (p. 61)

O deputado Waldir inicia sua fala referindo-se aos presentes na Comissão e, mais do que isso, estende o auditório aos que acompanhavam a sessão pela televisão (“e quem está em casa”), numa clara referência a uma audiência projetada. (*Todo o mundo, aqui e quem está em casa, Sr. Presidente, assiste à televisão*).

O deputado Waldir introduz, então, o elemento televisão para compor sua argumentação, construindo um jogo maniqueísta em que de um lado se situa o mocinho, e do outro se situa o bandido, empregando a figura do filme de banguê-banguê para exemplificar o que se dava na CPI. (*já assistiu a **filme de banguê-banguê**, de mocinho e bandido. O tempo todo torcemos para o **mocinho***).

Segundo o deputado, a lógica se inverteu, uma vez que as pessoas, segundo ele, sempre torçam para o mocinho, acontecendo, portanto, de na CPI haver pessoas que torciam para o bandido. É neste passo que devemos ter atenção, pois o deputado Waldir direciona as figuras de oposicionistas e governistas aos polos Bem e Mal, contra o relatório e a favor do relatório, de acordo com a sua convicção política, asseverando que agora o relator quer que os bandidos (personificado pelos governistas, favoráveis ao relatório) vençam. *(É filme de aventura. Só que a ótica agora se inverteu: o Relator quer que o **bandido** vença. O Relator quer que o bandido vença, mas não vai conseguir)*

Por fim, o deputado Delegado Waldir ataca diretamente o PT, afirmando que mais uma vez (em referência ao episódio anterior de corrupção, o Mensalão, de 2005) o PT vai “pagar o preço”, isto é, responder na justiça por seus atos. *(O que ele fez aqui é extremamente vergonhoso, e o PT, mais uma vez, vai pagar o preço. Mais uma vez vai pagar o seu preço).*

A metáfora empregada no presente excerto se constitui em torno dos filmes de banguê-banguê, de modo que podemos afirmar se tratar da metáfora conceptual POLÍTICA É FILME DE BANGUE-BANGUE. Ao redor de tal metáfora, diga-se, de tal nicho metafórico orbitam a metáfora do mocinho e do bandido, o bom moço e o vilão, o honesto e o corrupto, representantes, respectivamente, do Bem e do Mal, dependendo do posicionamento político adotado, a favor ou contra o relatório.

Posição	Contra o relatório final da CPI.
Disputa	X

Sustentação	<p>Todo o mundo, aqui e quem está em casa, Sr. Presidente, assiste à televisão. Acho que até V.Exa. já assistiu a filme de bague-bague, de mocinho e bandido. O tempo todo torcemos para o mocinho. É filme de aventura. Só que a ótica agora se inverteu: o Relator quer que o bandido vença. O Relator quer que o bandido vença, mas não vai conseguir. O que ele fez aqui é extremamente vergonhoso, e o PT, mais uma vez, vai pagar o preço. Mais uma vez vai pagar o seu preço.</p>
-------------	---

A vassoura e a Petrobras – em memória de Jânio Quadros (#5)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - (...) Sr. Presidente, eu acho que deveríamos pelo menos dar às pessoas que acompanharam esse fracasso a oportunidade de fazer algumas colocações. É lamentável, Sr. Presidente, que se fale em bilhões e bilhões e bilhões de dólares — não é de real, não. Deputado Imbassahy, é um número desse tamanho, absurdo. Essa cambada de corrupto safado e sem-vergonha fez e desfez na nossa maior empresa.

E não tenho a menor dúvida de que a crise econômica por que o País passa é decorrente disso aí — é decorrente disso aí. E depois vêm tentar dizer que o Congresso é culpado por essa ou aquela medida de pauta-bomba. Mas o que desencadeou a fase final de problema foi o Orçamento-Bomba de 50 bilhões de reais, que foi enviado a este Congresso e que agora, depois da decisão da Standard & Poor's, do *downgrade*, e, em seguida, da Fitch Ratings, mostra que realmente essa é a crise, a crise que começou lá com a PETROBRAS no primeiro Governo do Lula, veio no segundo Governo, veio no terceiro Governo, da Dilma, e continua no quarto Governo, nessa sequência interminável de fraudes, roubos, saques, sem fim.

Sr. Presidente, eu acho que regimentalmente a colocação do Deputado Fernando Monteiro até cabe. Alguns, certamente, estão preocupados porque já passou da meia-noite. Mas eu acho, Sr. Presidente, que foi na calada da noite que eles fizeram todas essas falcatuas, todos esses roubos, todos esses desvios. São números impressionantes — e falam com a maior caradura e com a maior tranquilidade —, milhões para lá, milhões para cá, de dólares. E nós estamos vendo...

Eu vou ter oportunidade, Sr. Presidente, antes do início da votação, de pedir para apresentar pelo menos a parte final do meu sub-relatório. Ainda que ele não tenha sido acolhido pelo Relator, eu quero fazer questão de demonstrar que nós pedimos a indicição de várias pessoas por lavagem de dinheiro, por corrupção, por associação criminosa. E, certamente, eu acho que nós precisamos continuar apurando, porque, ainda assim, repito, **há muito lixo na PETROBRAS, que precisa ser varrido**.

Neste excerto, o deputado Arnaldo Faria de Sá inicia sua fala, como muitos de seus colegas, se dirigindo em termos formais ao presidente da CPI (Sr. Presidente...). Logo em seguida, o deputado marca sua posição contrária ao relatório, afirmando que se deveria *pelo menos* dar a oportunidade de falar aos demais parlamentares, insinuando que a CPI foi improfícua, como se pode depreender das palavras do deputado situadas mais adiante. (*Sr. Presidente, eu acho que deveríamos pelo menos dar às pessoas que acompanharam esse fracasso a oportunidade de fazer algumas colocações.*)

Aqui a posição do deputado se demonstra mais clara, uma vez que ele lamenta a maneira como se fala em bilhões e bilhões, em moeda estrangeira, no relatório, com a maior naturalidade. (*É lamentável, Sr. Presidente, que se fale em bilhões e bilhões e bilhões de dólares — não é de real, não. Deputado Imbassahy, é um número desse tamanho, absurdo. Essa cambada de corrupto safado e sem-vergonha fez e desfez na nossa maior empresa*). Fica clara, portanto, a refutação ao teor do relatório final da CPI. Mais ainda, o deputado Faria de Sá chama os envolvidos nos escândalos da Petrobras de “cambada de corrupto safado e sem-vergonha que fez e desfez na nossa maior empresa”, adotando uma postura de ataque aos envolvidos com a gestão da Petrobras, em uma postura crítica perante o relatório e seus investigados.

Em seguida, o deputado Faria de Sá atribui a crise econômica aos desmandos e escândalos da Petrobras, defendendo o Congresso contra aqueles que lhe atribuem a pauta-bomba. (*E não tenho a menor dúvida de que a crise econômica por que o País passa é decorrente disso aí — é decorrente disso aí. E depois vêm tentar dizer que o Congresso é culpado por essa ou aquela medida de pauta-bomba.*)

Ademais, vê-se que o deputado Faria de Sá atribui os escândalos de corrupção na Petrobras e a, segundo ele, consequente crise econômica por que o país já passava, ao PT. Segundo o deputado, houve uma sequência interminável de fraudes, roubos e saques sem fim, tudo por conta da gestão petista, ainda segundo o deputado. (*(...) mostra que realmente essa é a crise, a crise que começou lá com a PETROBRAS no primeiro Governo do Lula, veio no segundo Governo, veio no*

terceiro Governo, da Dilma, e continua no quarto Governo, nessa sequência interminável de fraudes, roubos, saques, sem fim).

Interessante é notar como o deputado usou a hora em que a sessão se dava para compor sua argumentação em um tom mais agressivo, usando os queixumes dos seus colegas quanto ao horário e ao avançar das horas para asseverar que fora justamente em momentos de hora avançada que as “falcatriuas, todos esses roubos, todos esses desvios” se deram. Trata-se de uma interessante estratégia de argumentação. *(Alguns, certamente, estão preocupados porque já passou da meia-noite. Mas eu acho, Sr. Presidente, que foi na calada da noite que eles fizeram todas essas falcatriuas, todos esses roubos, todos esses desvios.)*

Avançando para a conclusão de sua fala, o deputado Faria de Sá afirma que vai apresentar um sub-relatório independente, uma vez que o relatório do deputado Luiz Sérgio, pelo o que podemos depreender da postura do deputado Faria de Sá, não atendeu a demanda. Vê-se que o deputado Faria de Sá questiona e considera insuficiente o relatório, conforme se nota na argumentação presente nas notas taquigráficas. Nesse esforço de apresentar um sub-relatório independente vemos que o deputado pede o indiciamento de pessoas por corrupção e associação criminosa, demonstrando-se mais uma vez a polêmica dos indiciamentos – principal ponto de discórdia apontado no relatório final da CPI. *(Ainda que ele não tenha sido acolhido pelo Relator, eu quero fazer questão de demonstrar que nós pedimos a indicição de várias pessoas por lavagem de dinheiro, por corrupção, por associação criminosa.)*

É neste passo que o deputado Faria de Sá introduz a metáfora do lixo que precisa ser varrido. É possível observar, neste excerto, o emprego metafórico do vocábulo lixo. Constrói-se, pois, a metáfora conceptual CORRUPÇÃO É LIXO, em consonância com o que já foi aqui visto no excerto 1, em que a corrupção foi associada à figura da sujeira.

O uso metafórico do verbo *varrer* também deve ser notado. Há aqui o emprego análogo, mais uma vez, ao do excerto 1, com a expressão *passar a limpo*, tratando-se de fazer uma limpeza moral, combatendo-se a corrupção e a sujeira moral. Daí o tratar-se não simplesmente de uma metáfora, mas de uma *metáfora moral*.

Posição	Contra o relatório final da CPI.
Disputa	E depois vêm tentar dizer que o Congresso é culpado por essa ou aquela medida de pauta-bomba.
Sustentação	<p>Sr. Presidente, eu acho que deveríamos pelo menos dar às pessoas que acompanharam esse fracasso a oportunidade de fazer algumas colocações (...)</p> <p>E, certamente, eu acho que nós precisamos continuar apurando, porque, ainda assim, repito, há muito lixo na PETROBRAS, que precisa ser varrido.</p>

“Toda CPI acaba em pizza...” (#6)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que nos assistem neste momento, imprensa aqui presente, para começar, considerando as notas que vi ontem nos jornais, eu gostaria de dizer, até para esclarecer a imprensa, que este relatório, divulgado na última segunda-feira, é do Deputado Luiz Sérgio; este relatório, brasileiros e brasileiras, é do PT. Vou mais longe, este relatório vai ser, ao final — gravem o nome dos Deputados que vão votar favorável a ele —, o voto dos Deputados que vão votar favorável a este relatório. Todos eles vão concordar com este teor. Todos eles vão concordar. Quem concordar, é o relatório. O PSDB, não, fez diferente, fizemos um voto em separado. Mas quem votar com o Relator concordou com o que foi escrito ali.

Vejo, nobre Relator, já lhe disse na reunião anterior desta CPI, que é desumana a condição com que V.Exa. se apresenta aqui. Temos uma Ministra de Direitos Humanos, mas me parece que desumana foi sua conduta com o povo brasileiro. Desumana! Com relação a este relatório, V.Exa. teve opção. V.Exa. teve a opção de escolher entre o PT e a verdade, e ficou com o PT. Ficou com o PT jogou a verdade fora. Mas isso não é novidade

para os brasileiros e brasileiras. A Presidenta Dilma enganou o povo brasileiro — 171, estelionato qualificado. E mais uma vez vemos a mesma coisa acontecer aqui. Mais uma vez! Eu tive o cuidado de ler 753 folhas. Mas para que ler 753 folhas deste relatório? Pura perda de tempo. Desculpe-me, tempo perdido, tempo inútil. Realmente o relatório é vergonhoso.

Nas minhas redes sociais, quando ainda estava em Goiás como delegado, participo, povo brasileiro, cidadãos, da primeira CPI... O pessoal dizia: “*Delegado, toda CPI acaba em pizza. Toda CPI acaba em pizza.*” A **pizza** só não foi servida aqui hoje. São 22h41min, Líder do PT, passeando por aqui. São 22h41min! O que é? É horário mais para **velório**. Nós vamos **enterrar a CPI**. Vamos enterrar porque não vai continuar e não trouxe os resultados esperados pela sociedade. O Relator se acovardou. O Relator se acovardou, não quis avançar. E ele critica os investigadores. (p. 61)

O deputado Waldir inicia sua fala cumprimentando em termos formais o presidente da Comissão, mas indo além, cumprimentando “os brasileiros e brasileiras” que assistiam à sessão, bem como a imprensa, fazendo-se então uma referência à audiência projetada existente, composta pelos indivíduos que assistem às sessões da Câmara pela televisão e internet, ou ouvem pelo rádio. (*Sr. Presidente, Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que nos assistem neste momento, imprensa aqui presente*).

Em seguida, o deputado Waldir complementa sua fala afirmando, segundo ele, “até para esclarecer para a imprensa”, que o relatório final da CPI é do deputado Luiz Sérgio, sendo, por conseguinte, do PT, partido do deputado-relator. O deputado Waldir faz questão, portanto, de apartar sua imagem da figura do relatório, e, portanto, começa a marcar sua posição, a qual é contrária ao relatório final da CPI. ((... *para começar, considerando as notas que vi ontem nos jornais, eu gostaria de dizer, até para esclarecer a imprensa, que este relatório, divulgado na última segunda-feira, é do Deputado Luiz Sérgio; este relatório, brasileiros e brasileiras, é do PT.*)

Plus ultra, o deputado recomenda que se grave o nome daqueles que votarão a favor do relatório, explicando que tal significa concordar com o teor do relatório. Desse modo, o deputado maneja a opinião pública, ou tenta fazê-lo, colocando a opinião pública contra os seus adversários políticos. (*Vou mais longe, este relatório vai ser, ao final — gravem o nome dos Deputados que vão votar favorável a ele —, o voto dos Deputados que vão votar favorável a este relatório. Todos eles vão concordar com este teor.*)

Segundo o deputado Waldir, com o PSDB o mesmo não se deu. Para ele, com o PSDB (seu partido à época da CPI; atualmente o mesmo é filiado ao PR, explique-se) o mesmo não se deu. O deputado retira a imagem do seu partido, desvinculando-a do relatório, o qual foi bastante criticado na CPI. (*O PSDB, não, fez diferente, fizemos um voto em separado. Mas quem votar com o Relator concordou com o que foi escrito ali*).

O deputado Waldir ainda se refere diretamente ao relator a fim de criticar sua postura, acusando-o de ser desumano na elaboração do relatório. O deputado Waldir contrapõe em sua fala a verdade e o PT, e diz que o relator teve como escolher entre elas, tendo ficado, segundo o deputado, de maneira desumana, com o PT, isto é, com a mentira. Fica claro o jogo argumentativo que contrapõe o bem e o mal, semelhante ao de outros deputados neste estudo já cotejados. (*Vejo, nobre Relator, já lhe disse na reunião anterior desta CPI, que é desumana a condição com que V.Exa. se apresenta aqui. Temos uma Ministra de Direitos Humanos, mas me parece que desumana foi sua conduta com o povo brasileiro. Desumana! Com relação a este relatório, V.Exa. teve opção. V.Exa. teve a opção de escolher entre o PT e a verdade, e ficou com o PT*).

Mais adiante, o deputado Waldir continua com investidas contra o PT. Dessa vez, o alvo é a presidenta Dilma Rousseff, que o deputado acusa – empregando o jargão que se esperaria de um policial (profissão do deputado, que também é delegado) – de estelionato, usando o artigo do Código Penal (171) para se referir à prática da então presidenta. Segundo o deputado Waldir, trata-se de repetição, de ver ocorrer a mesma coisa outra vez, como se o estelionato fosse uma prática comum do PT. (*Mas isso não é novidade para os brasileiros e brasileiras. A Presidenta Dilma enganou o povo brasileiro — 171, estelionato qualificado. E mais uma vez vemos a mesma coisa acontecer aqui. Mais uma vez!*)

Em seguida, o deputado Waldir lamenta e questiona o fato de ter lido as 753 folhas do relatório final da CPI, afirmando ter sido em vão tal trabalho. Segundo o deputado, foi uma perda de tempo, “tempo perdido, inútil”, de modo que o deputado demonstra a sua frustração com o relatório. O deputado conclui, então, que o relatório é vergonhoso. (*Eu tive o cuidado de ler 753 folhas. Mas para que ler 753 folhas deste relatório? Pura perda de tempo. Desculpe-me, tempo perdido, tempo inútil. Realmente o relatório é vergonhoso*).

É neste passo que o deputado insere duas metáforas que merecem atenção. O deputado explora a figura da pizza e sua simbologia, utilizando a expressão popular “acabar em pizza”, isto é, em farra, em folia, festa, o que é por nossa sociedade estendido a finalizações marcadas por impunidade, marcadamente na política, quando algo que era sério termina sem o desfecho sério que se esperava. Popularmente, hoje, no Brasil, fala-se que toda CPI acaba em pizza.

O deputado relembra o que popularmente se diz, mas não para por aí. Além da pizza da expressão popular, ele usa a pizza real, física, e diz que só faltou servirem a pizza na CPI. Ele, assim, explora a situação de desprestígio da CPI, afirmando que por pouco uma pizza não foi ali servida. Há, pois, um jogo de palavras com a pizza. Ora ela é metafórica, ora ela é literal.

As imagens do velório e do enterro são trazidas à baila para explorar a tristeza da conclusão de uma CPI sem indiciamentos. A tristeza do velório e da despedida que o marca é trazida em analogia com o fim da CPI, marcadamente com o enterro da esperança de se investigarem os escândalos. O deputado faz questão de associar tal à conduta do relator, o qual, segundo o deputado, se acovardou e assiste passivamente ao enterro da CPI.

Temos, portanto, duas metáforas conceptuais neste excerto: CPI TERMINA EM PIZZA e A CPI É UM CADÁVER

Posição	Contra o relatório final da CPI.
Disputa	X

Sustentação	Com relação a este relatório, V.Exa. teve opção. V.Exa. teve a opção de escolher entre o PT e a verdade, e ficou com o PT. Ficou com o PT jogou a verdade fora. Mas isso não é novidade para os brasileiros e brasileiras. A Presidenta Dilma enganou o povo brasileiro — 171, estelionato qualificado. E mais uma vez vemos a mesma coisa acontecer aqui. Mais uma vez!
-------------	--

Análise das metáforas morais nas atas taquigráficas da CPI da Petrobrás: o grupo e as pessoas

A *santinha* da CPI (#7)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – (...) Portanto, Sr. Presidente, nós tivemos aqui a condição de investigar as coisas. Agora, há aqueles que acham que a discussão inclusive sobre o financiamento de campanha é simples. Eu quero citar um caso e uma acareação que foi feita em Curitiba — porque vai sobrar para todo mundo —, entre o Sr. Renato Duque, o Sr. Vaccari e o Sr. Augusto Mendonça, um empresário. Nessa acareação, ficou absolutamente claro o seguinte: é óbvio que o Vaccari vai dizer até o fim da vida dele que o dinheiro que o PT recebeu era um dinheiro legal, um dinheiro vindo através de doações legais — e foram, mas combinadas. O Augusto Mendonça combinava com o Duque; e o Duque, com o Vaccari. E quando se liberavam as licitações lá, liberavam as contribuições para o Partido dos Trabalhadores.

Alguém vai dizer: *"Mas os outros não recebiam?"* Recebiam também. Eu tenho dados aqui que são fantásticos, só não acredita quem não quer. São dados que mostram, Sr. Presidente, que, no mesmo ano não eleitoral, a construtora Mendes Júnior foi capaz de doar 1,3 milhões ao PT e 1,4 milhões ao PSDB — num ano não eleitoral, em 2011. Mas sobre isso todo mundo se silencia aqui e depois vota pela manutenção do financiamento empresarial de campanha.

Obviamente, Sr. Presidente, eu quero chegar à questão que diz respeito ao Presidente da Câmara e ao indiciamento dele. Eu vou propor alguns indiciamentos e vou dizer por quê. Não fiz nenhum indiciamento, embora nós vamos pedir à Corregedoria e à Mesa da Câmara e ao Ministério Público que continuem a investigação sobre todos os políticos envolvidos.

Mas todos aqueles que foram denunciados precisam ser indiciados por esta CPI — e o número 1 é o Presidente da Câmara dos Deputados. O Sr. Arthur Lira também está denunciado, e ele preside a Comissão que funciona nesta sala, a Comissão de Constituição e Justiça. As provas são irrefutáveis, é só ler os autos do processo. Junto com o Sr. Arthur Lira, já estão denunciados o Senador Benedito de Lira e o Senador Fernando Collor de Mello. E aqui não se fala nada. Nós não temos nada a ver com isso. Não se recomenda ao Senado que mande investigar os políticos locais.

Eu passo a ler um trecho do voto em separado rapidamente:

“Pelo exposto, compreendendo que são diferentes instâncias de atuação, indicamos como incursos nas penas dos crimes de corrupção passiva (art. 317 CP), lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613/1998 e Lei nº 12.693/2012) e associação criminosa (art. 1º da Lei nº 12.850/2013) o Presidente da Câmara, Deputados Eduardo Cunha.”

São esses artigos que tratam de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa, esses são os três termos a partir dos quais queremos que o Relator acate a nossa sugestão.

“A partir de todo o contexto fático e probatório, também solicitamos que esta Comissão Parlamentar de Inquérito encaminhe para a Mesa Diretora, o Plenário da Câmara e para o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, a recomendação da cassação do mandato do Deputado Eduardo Cunha (...).”

Também por crimes conexos com o Deputado Federal Eduardo Cunha, indicamos a Sra. Solange Almeida; o Fernando Falcão Soares, conhecido como Fernando

Baiano; Leonardo Meireles; Jayme de Oliveira, conhecido como Careca; e Lúcio Bolonha Funaro, doleiro do Sr. Eduardo Cunha.

E sobre os outros políticos denunciados, também pedimos o indiciamento do Deputado Federal Arthur César Pereira de Lira e dos Senadores Benedito de Lira e Fernando Collor, a partir de todo o contexto fático e probatório, nos tipos penais aduzidos.

Sr. Presidente, quero dizer que nós estamos apresentando também aqui à CPI uma série de projetos de lei, propostas legislativas e sugestões que travam uma luta contra a corrupção, como o projeto de lei que “*obriga a vinculação automática de contratos de câmbio de importação a Declarações de Importação (DI), no Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN) e no Sistema Integrado de Comércio (SISCOMEX)*”. Está aqui toda a justificativa.

Também apresentamos um projeto de lei que altera a Lei nº 9.504, de 1997, para tipificar como crime o não registro de doações para fins eleitorais.

Há ainda uma bateria de propostas que alteram o Código Penal no que se refere a enriquecimento ilícito e assim por diante.

Queria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizer o seguinte: ao participar durante 8 meses desta CPI, nós procuramos ser, talvez junto com outros Parlamentares merecidamente, um dos Deputados mais assíduos, embora não sendo Sub-Relator e tendo pouco tempo para falar, apesar de o Deputado Hugo Motta achar que falamos muito nesta CPI. Nós fomos a Curitiba nas duas vezes e estivemos presentes na esmagadora maioria das reuniões.

Acho que a CPI cometeu vários erros. O primeiro deles foi o de não ter barrado logo de cara a participação de quem não tinha condições de investigar o que está sendo investigado. Esse foi o primeiro erro.

O segundo erro foi o de inverter questões. Por exemplo, em vez de nos focarmos onde deveríamos, nós chegamos a pedir a exumação do cadáver do Sr. Janene. Isso foi uma degradação para a CPI. Nós não poderíamos aceitar uma questão como essa, que nos fez perder tempo demais.

Eu quero finalizar dizendo algo sobre o caso da advogada Beatriz Catta Preta, sobre o qual todo mundo ficou com grande um ponto de interrogação. Vejam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ela é uma advogada premiada, a advogada que conseguiu a maioria das delações premiadas. E de repente, ela se diz ameaçada, abandona a profissão e sai do País. E a CPI ainda a convocou para depor aqui! É possível que a advogada Catta Preta não seja nenhuma **santinha**.

Finalizo com isso, Sr. Presidente. (p. 25/26)

O deputado inicia sua fala cumprimentando em termos formais o presidente da CPI (*Sr. Presidente*). Em seguida, o deputado menciona sua opinião quanto às condições de investigação da CPI, adentrando a questão dos financiamentos privados de campanhas política, que é um importante tópico causador de polêmica na CPI, havendo os favoráveis e os contrários a tal modalidade de financiamento (*Portanto, Sr. Presidente, nós tivemos aqui a condição de investigar as coisas. Agora, há aqueles que acham que a discussão inclusive sobre o financiamento de campanha é simples. Eu quero citar um caso e uma acareação que foi feita em Curitiba*).

Neste passo, o deputado Valente menciona parte da investigação da CPI, e menciona uma acareação feita com membros da cúpula do PT, o que por si só

pode ser lido como um demonstrativo de que o deputado não é governista. Explana-se de maneira clara a suposta conduta do tesoureiro do PT (Vaccari), que segundo o deputado Valente, se manteria renitente e continuaria negando a origem ilícita do dinheiro de campanha política usado pelo PT. De modo sucinto, chega-se à afirmação de que o PT, o partido que preparou o relatório final da CPI através do deputado Luiz Sérgio, teria se envolvido em tramas escusas envolvendo licitações (*Nessa acareação, ficou absolutamente claro o seguinte: é óbvio que o Vaccari vai dizer até o fim da vida dele que o dinheiro que o PT recebeu era um dinheiro legal, um dinheiro vindo através de doações legais — e foram, mas combinadas. O Augusto Mendonça combinava com o Duque; e o Duque, com o Vaccari. E quando se liberavam as licitações lá, liberavam as contribuições para o Partido dos Trabalhadores*).

Em seguida, adentra-se outro ponto de polêmica: a questão dos indiciamentos de políticos no relatório, diga-se com mais exatidão, a ausência de indiciamentos. O deputado Valente afirma que vai propor em separado os seus indiciamentos, isto é, um remendo ao relatório. Fica evidente a refutação ao relatório e a demarcação da posição do deputado, contrário ao relatório. O deputado afirma também que vai pedir a continuidade da investigação de todos os políticos envolvidos, ou seja, fazendo exatamente aquilo que a ala contrária ao relatório desejava. (*Obviamente, Sr. Presidente, eu quero chegar à questão que diz respeito ao Presidente da Câmara e ao indiciamento dele. Eu vou propor alguns indiciamentos e vou dizer por quê. Não fiz nenhum indiciamento, embora nós vamos pedir à Corregedoria e à Mesa da Câmara e ao Ministério Público que continuem a investigação sobre todos os políticos envolvidos*).

Mais adiante, vê-se o deputado Valente anunciar nomes que seu grupo político indiciou (*Por crimes conexos com o Deputado Federal Eduardo Cunha, indicamos a Sra. Solange Almeida; o Fernando Falcão Soares, conhecido como Fernando Baiano; Leonardo Meireles; Jayme de Oliveira, conhecido como Careca; e Lúcio Bolonha Funaro, doleiro do Sr. Eduardo Cunha*), bem como podemos ver o deputado enumerar medidas outras adotadas por seu grupo político no sentido de combater a corrupção (*Sr. Presidente, quero dizer que nós estamos apresentando também aqui à CPI uma série de projetos de lei, propostas legislativas e sugestões que travam uma luta contra a corrupção*).

Isto posto, o deputado Valente se aparta do grupo maior de parlamentares e faz um elogio pessoal à sua própria atuação e à atuação de seu grupo político, usando a primeira pessoa do plural (nós procuramos), destacando as condições adversas da CPI, como o fato de não ocupar uma sub-relatoria e ter pouco tempo para falar (*Queria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizer o seguinte: ao participar durante 8 meses desta CPI, nós procuramos ser, talvez junto com outros Parlamentares merecidamente, um dos Deputados mais assíduos, embora não sendo Sub-Relator e tendo pouco tempo para falar*).

Em seguida, o deputado adota uma postura crítica com o trabalho da CPI como um todo, destacando alguns de seus erros no curso da investigação. (*Acho que a CPI cometeu vários erros. O primeiro deles foi o de não ter barrado logo de cara a participação de quem não tinha condições de investigar o que está sendo investigado. Esse foi o primeiro erro.*)

Por fim, o deputado Valente, se refere à advogada Catta Preta (*Eu quero finalizar dizendo algo sobre o caso da advogada Beatriz Catta Preta, sobre o qual todo mundo ficou com grande um ponto de interrogação*), introduzindo uma metáfora para se referir à pessoa da advogada (*E a CPI ainda a convocou para depor aqui! É possível que a advogada Catta Preta não seja nenhuma **santinha***).

Sobre a metáfora empregada, faz-se uma analogia com a figura religiosa do santo, com sua pureza e bondade para ironizar a postura da advogada Catta Preta, que tem sua conduta questionada pelo deputado. É evidente que ela não é uma santa, pois santos não vivem vulgarmente como nós, estão em outro nível moral e espiritual. Faz-se pois uma equiparação irônica, levantando-se uma dúvida (“talvez ela não seja”) quando, em verdade, não há dúvida alguma quanto ao fato de se tratar ou não de uma santa.

Posição	Contra o relatório final da CPI.
---------	----------------------------------

Disputa	X
Sustentação	(...) E de repente, ela se diz ameaçada, abandona a profissão e sai do País. E a CPI ainda a convocou para depor aqui! É possível que a advogada Catta Preta não seja nenhuma santinha .

6.1

Metáforas de grupo

O PSDB e seus paladinos (#8)

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - (...) Vou tentar não usar todo o tempo, Sr. Presidente, mas faço questão de fazer algumas observações, porque estamos chegando a um momento fundamental desta CPI, a votação do relatório. Eu observei as intervenções de diversos Deputados aqui no dia de hoje, mas também observei as intervenções desses e de outros Deputados, durante esses 8 meses de trabalho da CPI.

Ficou absolutamente claro que os debates aqui ocorridos, as versões aqui apresentadas hoje, inclusive aquelas que condenam, que atacam o trabalho do Relator e a confecção final do relatório feito pelo Deputado Luiz Sérgio, são as mesmas argumentações, são as mesmas versões, são as mesmas questões abordadas durante todo o trabalho da CPI, pelos partidos e Deputados que aqui compõem esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu quero dizer que ontem comecei a fazer uso palavra e acabei interrompendo a minha fala em função de a discussão ser remetida para hoje. O debate aqui, desde o primeiro dia, não é entre aqueles que querem ou que não querem apurar irregularidade na PETROBRAS. O debate aqui, desde o primeiro dia do exercício desta CPI, não é entre aqueles que são do bem e aqueles que são do mal. O debate aqui é um debate político, é um debate entre aqueles que têm uma visão com relação ao papel que a PETROBRAS tem para o nosso País e um debate entre aqueles que, no passado, tentaram privatizar a PETROBRAS, e hoje têm projetos que tramitam nesta Casa e no Senado para que ela possa ser entregue ao capital internacional.

O relatório do Deputado Luiz Sérgio deixa em algumas páginas bastante clara a importância que esta empresa teve para o nosso Brasil, ao longo da sua história, e a importância que esta empresa tem para o futuro e para o crescimento do Brasil, especialmente, a partir da descoberta do pré-sal.

Agora, é claro que esta é uma Casa política, é claro que as discussões e os debates aqui são absolutamente acalorados, é claro que os ataques ao Governo e os ataques ao Partido dos Trabalhadores são frutos da disputa política, em especial, pelos partidos de oposição, em especial, pelo PSDB. Aqui, durante todo esse tempo, os Deputados pousaram

como **paladinos da justiça. Paladinos da justiça**, Sr. Presidente, que acabam dizendo aqui que o que nós estamos aqui analisando, este escândalo de corrupção, é o maior escândalo de corrupção da história do Brasil. (p. 71)

O deputado Prascidelli inicia sua fala referindo-se ao uso do tempo na CPI em termos formais, dirigindo-se ao presidente da Comissão, destacando também a importância do momento que se aproximava: a votação do relatório final da CPI (*Vou tentar não usar todo o tempo, Sr. Presidente, mas faço questão de fazer algumas observações, porque estamos chegando a um momento fundamental desta CPI, a votação do relatório*).

Em seguida, o deputado Prascidelli inicia sua crítica aos críticos da CPI, afirmando que esses fazem sempre as mesmas alegações, e que as críticas feitas naquela sessão eram as mesmas das feitas no curso da CPI. Desse modo, o deputado, em sua argumentação, critica a argumentação conduzida pelos críticos ao governo, que são, por conseguinte, os que criticam o relatório do deputado Luiz Sérgio (*Ficou absolutamente claro que os debates aqui ocorridos, as versões aqui apresentadas hoje, inclusive aquelas que condenam, que atacam o trabalho do Relator e a confecção final do relatório feito pelo Deputado Luiz Sérgio, são as mesmas argumentações, são as mesmas versões, são as mesmas questões abordadas durante todo o trabalho da CPI*).

Neste passo, o deputado Prascidelli abertamente se posiciona como governista, afirmando que o debate ali travado se dava entre os defensores de uma Petrobras brasileira, gerida pelo governo brasileiro, e aqueles que supostamente queriam a sua privatização. O deputado chega a afirmar que houve tentativas, no passado, de privatizar a Petrobras. Desse modo, o deputado marca sua posição favorável ao governo e, como restará comprovado mais adiante, favorável ao relatório. O deputado acusa ainda alguns membros da oposição de quererem entregar a Petrobras ao capital internacional (*O debate aqui, desde o primeiro dia, não é entre aqueles que querem ou que não querem apurar irregularidade na PETROBRAS. O debate aqui, desde o primeiro dia do exercício desta CPI, não é entre aqueles que são do bem e aqueles que são do mal. O debate aqui é um debate político, é um debate entre aqueles que têm uma visão com relação ao papel que a PETROBRAS tem para o nosso País e um debate entre aqueles que, no passado,*

tentaram privatizar a PETROBRAS, e hoje têm projetos que tramitam nesta Casa e no Senado para que ela possa ser entregue ao capital internacional).

Mais adiante, o deputado Prascidelli destaca, posicionando-se ao lado do relatório, como o relator ressaltou a importância estratégica que a Petrobras tem para o Brasil, aparentando concordar com o relator (*O relatório do Deputado Luiz Sérgio deixa em algumas páginas bastante clara a importância que esta empresa teve para o nosso Brasil, ao longo da sua história, e a importância que esta empresa tem para o futuro e para o crescimento do Brasil, especialmente, a partir da descoberta do pré-sal*).

Em seguida, o deputado Prascidelli destaca o papel político da Câmara e de seus debates, ressaltando como há ataques deliberados ao governo e ao PT. Tais ataques são atribuídos ao jogo da disputa política, sendo promovidos especialmente, segundo o deputado, por políticos do PSDB, que historicamente é um grande adversário político do PT (*Agora, é claro que esta é uma Casa política, é claro que as discussões e os debates aqui são absolutamente acalorados, é claro que os ataques ao Governo e os ataques ao Partido dos Trabalhadores são frutos da disputa política, em especial, pelos partidos de oposição, em especial, pelo PSDB*).

É neste passo que o deputado Prascidelli introduz a metáfora do paladino da justiça (*Aqui, durante todo esse tempo, os Deputados pousaram como **paladinos da justiça**. **Paladinos da justiça**, Sr. Presidente, que acabam dizendo aqui que o que nós estamos aqui analisando, este escândalo de corrupção, é o maior escândalo de corrupção da história do Brasil*).

Quanto à metáfora empregada, temos a evocação da figura do paladino da justiça, do cavaleiro medieval que protege os mais fracos, que vive a vagar promovendo a justiça. Trata-se de uma figura que goza de fama de piegas e hoje é zombada, sobretudo em função do personagem de Cervantes, o Dom Quixote. No bojo da CPI, usa-se a imagem do paladino como uma forma de ridicularizar os políticos da Oposição, especialmente os do PSDB, os quais governaram antes do PT. O que o deputado diz é que quando na posição de governantes, esses se comportavam como escroques, fazendo tudo o que hoje reprovam, ao passo que, ao deixar o poder, passaram a empregar uma retórica contrária, perseguindo o Governo

com um discurso ácido, crítico, de alguém intransigente e que diz não tolerar injustiças, como um paladino moderno.

Posição	A favor do relatório final da CPI.
Disputa	X
Sustentação	(...) Agora, é claro que esta é uma Casa política, é claro que as discussões e os debates aqui são absolutamente acalorados, é claro que os ataques ao Governo e os ataques ao Partido dos Trabalhadores são frutos da disputa política, em especial, pelos partidos de oposição, em especial, pelo PSDB. Aqui, durante todo esse tempo, os Deputados pousaram como paladinos da justiça. Paladinos da justiça , Sr. Presidente, que acabam dizendo aqui que o que nós estamos aqui analisando, este escândalo de corrupção, é o maior escândalo de corrupção da história do Brasil.

O relator usa óleo de peroba (#9)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - (...) O Relator fala de delação premiada. Delação premiada: vamos punir a delação premiada. Nobre Relator, V.Exa. me diga uma coisa: não foi a Presidenta Dilma que sancionou a delação premiada? Mas ela não presta mais, Deputado Antonio Imbassahy, não serve mais, porque foram muitos delatores. Que estranho para o País nós termos muitos delatores. Ninguém quer as masmorras, ninguém quer a cadeia, vamos falar. E quando fala do PT: “*Não, vamos acabar com a delação. É, vamos acabar com a delação.*”

Realmente, como disseram meus amigos das redes sociais, quando fiz a postagem de uma grande pizza, imaginando em que estava acabando isto aqui: “*Delegado Waldir, fale lá na CPI da PETROBRAS*” — Presidente, o cidadão brasileiro falando para o Delegado Waldir — “*que o povo brasileiro não é idiota, que o povo brasileiro não é*

palhaço mais. Não é palhaço.” Ele sabe, acompanha pelas redes sociais, ele entende o que está acontecendo no País.

Podem ter certeza, o PT vai pagar o preço nas urnas por ter instalado na PETROBRAS a maior organização criminosa existente no mundo, e afirmada até pelo Presidente da Casa, Eduardo Cunha, esta semana, num debate que teve com a Presidenta. É a maior organização criminosa colocada no mundo. O PT chegou ao poder em 2003. E daí? E daí, cidadão brasileiro? Vamos fazer acordos. Muito bem, vamos fazer acordos: acordo aqui, acordo ali. Vamos dividir o bolo, e o bolo não para de ser dividido. Para isso, foram divididos espaços em várias diretorias da PETROBRAS. Ela foi infestada de criminosos, e os funcionários da PETROBRAS, líder Imbassahy, são bons funcionários, mas lá colocaram bandidos para arrecadar. Outros bandidos cooptaram.

Calma, Sr. Presidente, eu tenho muito tempo ainda, 7min40seg. Não são os mesmos 3 minutos que eu tinha para falar. Hoje tenho 15 minutos e V.Exas. vão ter que me ouvir. Não vou poupar nenhum segundo, vão ter de escutar aquilo que está engasgado aqui. Se eu fui cerceado em boa parte do tempo, hoje é diferente, hoje eu tenho a palavra e ninguém tem como cortar. Está silencioso, e o Brasil está nos escutando. O Brasil nos escuta neste momento.

Vejo sem dúvida alguma muita **cara de pau. Óleo de peroba**, como eu disse aqui, Sr. Presidente, deveria ter sido dado ao PT. Óleo de peroba agora para o Relator também. Mesmo adoentado, não tem problema, preciso colocar que este relatório é vergonhoso, manchou a sua imagem, nobre Presidente, manchou a minha imagem. Eu ouvi os noticiários dizendo que esta CPI é um lixo. Eu ouvi os noticiários. Mas o que fazer? Nós temos que cruzar os braços. Mas eu não vou me calar, eu não concordei com este relatório. Não concordo com ele. É uma vergonha nacional! É uma vergonha, nobre Relator! Uma vergonha! Depois de 7 meses, depois de muitos gastos, estamos aqui sendo envergonhados. (p. 62)

O deputado Waldir inicia sua fala já se referindo ao relator da CPI; referindo-se especialmente ao trecho atinente às delações premiadas. O deputado marca sua posição à medida que pressiona o relator, representante do governo, quanto ao seu posicionamento sobre as delações premiadas. Questiona-se como as delações foram aprovadas por lei da época do governo Dilma (PT), e o relator critica as delações. Argumenta-se via insinuações de que a crítica feita às delações ocorreu porque as delações foram muitas e atingiram o próprio governo (*O Relator fala de delação premiada. Delação premiada: vamos punir a delação premiada. Nobre Relator, V.Exa. me diga uma coisa: não foi a Presidenta Dilma que sancionou a delação premiada? Mas ela não presta mais, Deputado Antonio Imbassahy, não serve mais, porque foram muitos delatores*).

Na passagem seguinte, o deputado Waldir se refere às redes sociais, e joga com a opinião pública, arrastando-a contra seus adversários políticos. O deputado acaba por usar a “voz do povo” (ou o que ele simula ser a “voz do povo”) para compor sua argumentação. Ele afirma, através das supostas vozes das redes sociais, que o povo brasileiro não é idiota, que não é palhaço, pois acompanha tudo pelas

redes sociais. *(Realmente, como disseram meus amigos das redes sociais, quando fiz a postagem de uma grande pizza, imaginando em que estava acabando isto aqui: “Delegado Waldir, fale lá na CPI da PETROBRAS” — Presidente, o cidadão brasileiro falando para o Delegado Waldir — “que o povo brasileiro não é idiota, que o povo brasileiro não é palhaço mais. Não é palhaço.” Ele sabe, acompanha pelas redes sociais, ele entende o que está acontecendo no País)*

Em seguida, o deputado ataca de modo claro o PT, asseverando que a consequência de seus supostos desmandos virá nas urnas. O deputado não detém números exatos, como os de uma pesquisa séria, por exemplo, mas, mesmo assim, argumenta que o PT organizou e implantou na Petrobras a maior organização criminosa do mundo, usando como argumento de autoridade a suposta fala do presidente da Câmara à época, Eduardo Cunha *(Podem ter certeza, o PT vai pagar o preço nas urnas por ter instalado na PETROBRAS a maior organização criminosa existente no mundo, e afirmada até pelo Presidente da Casa, Eduardo Cunha, esta semana, num debate que teve com a Presidenta. É a maior organização criminosa colocada no mundo)*.

Isto tudo posto, o deputado continua em franca agressão ao PT, atacando sua administração, questionando os feitos da administração. Não se coteja, por exemplo, os avanços tidos no social durante a gestão petista. Foca-se estrategicamente no episódio de corrupção, atacando-se o governo. Afirma-se ainda que acordos foram feitos aqui e ali, a fim de se dividir, lotear a Petrobras, infestando-a de criminosos *(O PT chegou ao poder em 2003. E daí? E daí, cidadão brasileiro? Vamos fazer acordos. Muito bem, vamos fazer acordos: acordo aqui, acordo ali. Vamos dividir o bolo, e o bolo não para de ser dividido. Para isso, foram divididos espaços em várias diretorias da PETROBRAS. Ela foi infestada de criminosos)*.

Em seguida, o deputado Waldir se refere em termos informais ao presidente da Comissão, apesar do pronome de tratamento adotado (Sr. Presidente), pedindo-lhe calma de modo informal, talvez um pouco rude, de modo a lutar pelo seu tempo de fala. Mais do que falar em como os seus colegas terão de ouvi-lo, o deputado fala em o Brasil ouvi-lo, fazendo menção à audiência projetada, por exemplo pela mídia. Afinal, sabe-se que a CPI da Petrobras alcançou grande

repercussão (*Calma, Sr. Presidente, eu tenho muito tempo ainda, 7min40seg. Não são os mesmos 3 minutos que eu tinha para falar. Hoje tenho 15 minutos e V.Exas. vão ter que me ouvir. Não vou poupar nenhum segundo, vão ter de escutar aquilo que está engasgado aqui. Se eu fui cerceado em boa parte do tempo, hoje é diferente, hoje eu tenho a palavra e ninguém tem como cortar. Está silencioso, e o Brasil está nos escutando. O Brasil nos escuta neste momento*).

É neste passo que o deputado introduz uma metáfora, sugerindo que óleo de peroba seja dado ao PT e ao relator da CPI (*Vejo sem dúvida alguma muita **cara de pau**. Óleo de peroba, como eu disse aqui, Sr. Presidente, deveria ter sido dado ao PT. Óleo de peroba agora para o Relator também*).

As metáforas da cara de pau e do óleo de peroba estão bastante ligadas. Ter cara de pau é ser sem vergonha, é sustentar uma posição insustentável contra todos os indícios sem ter qualquer vergonha. O óleo de peroba é, portanto, uma extensão do que se diz com a metáfora da cara de pau. Sendo de pau a cara, nada mais natural que passar o óleo de peroba nela. No dia a dia passamos óleo de peroba na madeira para lustrá-la. Dizendo a segunda metáfora, a primeira fica subentendida. Há também um efeito de humor ao se falar em óleo de peroba, pois é claro que a bancada do PT não usa óleo de peroba no rosto, pois seria irreal tal prática. Assim, afirmar que óleo de peroba deveria ser dado ao PT, o deputado assevera que a bancada do PT é de má índole e indolente, fazendo ouvidos moucos às investigações e acusações que, segundo ele, sobejariam.

Posição	Contrário ao relatório final da CPI.
Disputa	X

Sustentação	Mesmo adoentado, não tem problema, preciso colocar que este relatório é vergonhoso, manchou a sua imagem, nobre Presidente, manchou a minha imagem. Eu ouvi os noticiários dizendo que esta CPI é um lixo. Eu ouvi os noticiários.
-------------	--

6.2

Metáforas das pessoas

“Eduardo Cunha é o poderoso chefe!” (#10)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – (...) Eu quero dar mais um exemplo, Sr. Presidente, que me parece que também não tem a concordância de muitos Parlamentares nem do Relator. Qual é o papel de uma CPI? Não é investigar? Não é fazer diligências? Não é ir atrás de informações? Ou isso não é o nosso papel? O nosso papel é visitar a RNEST, o COMPERJ, é só propor questões ligadas à governança, ao *compliance* e tal, ou é checar informações que interessem à nossa investigação aqui?

Há mais dois exemplos Sr. Presidente e Srs. Deputados. O Ministério Público Federal, para localizar onde foi feito e onde foi combinado o pagamento e onde houve a reunião que aconteceu entre o Sr. Eduardo Cunha, o Fernando Baiano e o Júlio Camargo, ele foi pessoalmente, num domingo, ao Leblon Empresarial, na Avenida Afrânio de Melo Franco, entrando pela garagem, para confirmar cada detalhe da reunião que foi delatada pelo Sr. Júlio Camargo. Foi com isso que eles do Ministério Público fecharam o circuito. E depois o Sr. Eduardo Cunha diz que a PGR o persegue. Ela não o persegue, ela tem provas materiais, ela vai atrás. Aqui esteve um sujeito chamado Jayme de Oliveira, um maleiro. O apelido dele é Careca. Ele é um entregador do Sr. Youssef, o primeiro delator. O Sr. Jayme Careca foi convocado várias vezes aqui. Foi aprovada a convocação do Sr. Jayme Careca aqui. O Sr. Jayme Careca disse que entregou dinheiro no Leblon, que existe uma casa chamada Casa Amarela e um advogado chamado Reis na casa onde ele entregou o dinheiro. Então, vamos atrás, vamos atrás!

Ele acusou o Senador Anastasia de ter recebido 1 milhão de reais lá. O Ministério Público, depois de muito tempo, depois de nós não termos ouvido o Sr. Jayme Careca, mandou arquivar o processo. Agora a Polícia Federal recolocou a questão com novas denúncias, muito mais sólidas, sobre o conhecimento entre o Senador Anastasia e o Sr. Jayme Careca.

Eu pergunto aos Deputados do PSDB também por que eles não trouxeram o Sr. Jayme Careca aqui, para nós desqualificá-lo. Já que ele era só isso, um "transcareca" e inventou uma mentira, vamos trazê-lo aqui e desmoralizá-lo. Não!

Onde está o Sr. Eduardo Cunha havia proteção, um esquema. Eu diria até que o nome dele aqui na Casa, desde a instalação da CPI, da contratação da Kroll, da nomeação das sub-relatorias, influenciou em todas as questões. Ele é o **big boss**, é o **godfather**, é o **poderoso chefe** que continua alimentando a pauta da Câmara dos Deputados — aliás, a mesma em que está sendo hoje votada a PEC 215, o Estatuto do Desarmamento. São pautas fomentadas por ele para manter uma base fiel dentro do Congresso Nacional, no meio da

CPI da PETROBRAS. O fato mais importante hoje é votar o relatório da CPI, mas todas essas matérias estão sendo apreciadas ao mesmo tempo. (p. 23)

O deputado Valente referindo-se ao presidente em termos formais ao presidente da CPI (Sr. Presidente), chamando a atenção deste e de seus colegas para o que seria o real papel da CPI, isto é, investigar e fazer diligências para chegar a culpados, em vez de se preocupar apenas com questões burocráticas (*Eu quero dar mais um exemplo, Sr. Presidente, que me parece que também não tem a concordância de muitos Parlamentares nem do Relator. Qual é o papel de uma CPI? Não é investigar? Não é fazer diligências? Não é ir atrás de informações? Ou isso não é o nosso papel? O nosso papel é visitar a RNEST, o COMPERJ, é só propor questões ligadas à governança, ao compliance e tal, ou é checar informações que interessem à nossa investigação aqui?*)

Em seguida, o deputado Valente direciona críticas à conduta do então presidente da Câmara, o senhor Eduardo Cunha, adotando uma postura claramente oposicionista e, por conseguinte, contrária ao relatório final da CPI. Isto posto, o deputado denuncia um certo Sr. Jayme Careca, o qual estaria ligado ao grupo político de Eduardo Cunha e seus comparsas. O deputado Valente conclui exortando a CPI para que ela vá atrás dos fatos apurados pelo Ministério Público (*E depois o Sr. Eduardo Cunha diz que a PGR o persegue. Ela não o persegue, ela tem provas materiais, ela vai atrás. Aqui esteve um sujeito chamado Jayme de Oliveira, um maleiro. O apelido dele é Careca. Ele é um entregador do Sr. Youssef, o primeiro delator. O Sr. Jayme Careca foi convocado várias vezes aqui. Foi aprovada a convocação do Sr. Jayme Careca aqui. O Sr. Jayme Careca disse que entregou dinheiro no Leblon, que existe uma casa chamada Casa Amarela e um advogado chamado Reis na casa onde ele entregou o dinheiro. Então, vamos atrás, vamos atrás!*).

Dito isto, o deputado Valente afirma que o Sr. Jayme Careca acusou o Senador Anastasia de ter recebido 1 milhão de reais. O senador Anastasia é filiado ao PSDB, inimigo frontal do PT e seu governo. O que explica a crítica do deputado Valente ao tucano é o fato de a oposição ser dividida entre a direita e a esquerda. O PSOL (partido do deputado Valente) se situa à esquerda, ao passo que o PSDB se situa à centro-direita. Tal nos ajuda a entender a argumentação do deputado Valente,

que aproveita a ocasião para atacar seus rivais oposicionistas de direita (*Ele acusou o Senador Anastasia de ter recebido 1 milhão de reais lá. O Ministério Público, depois de muito tempo, depois de nós não termos ouvido o Sr. Jayme Careca, mandou arquivar o processo. Agora a Polícia Federal recolocou a questão com novas denúncias, muito mais sólidas, sobre o conhecimento entre o Senador Anastasia e o Sr. Jayme Careca*).

Neste passo, o deputado Valente confronta diretamente a bancada tucana presente na Comissão, indagando o porquê de seus membros não terem levado o Sr. Jayme Careca à CPI para ser interrogado. O deputado psolista usa o termo “transcareca” de maneira debochada, debochando do papel que o Sr. Jayme aparentemente tinha em seu grupo criminoso, como provam as investigações. Em seguida, o deputado Valente destaca o papel do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, no esquema de corrupção ali instalado. Segundo o deputado, onde estava Eduardo Cunha, estava “uma proteção, um esquema”. Desse modo, o deputado Valente sublinha a corrupção que seria perpetrada pelo deputado Eduardo Cunha, chamando a atenção para tal fato (*Eu pergunto aos Deputados do PSDB também por que eles não trouxeram o Sr. Jayme Careca aqui, para nós desqualificá-lo. Já que ele era só isso, um "transcareca" e inventou uma mentira, vamos trazê-lo aqui e desmoralizá-lo. Não! Onde está o Sr. Eduardo Cunha havia proteção, um esquema. Eu diria até que o nome dele aqui na Casa, desde a instalação da CPI, da contratação da Kroll, da nomeação das sub-relatorias, influenciou em todas as questões*).

É neste passo que o deputado introduz as metáforas deste excerto, afirmando que Eduardo Cunha é o **big boss**, o **godfather**, o **poderoso chefão** (Ele é o **big boss**, é o **godfather**, é o **poderoso chefão** que continua alimentando a pauta da Câmara dos Deputados).

Quanto à metáfora utilizada, vemos a referência direta ao filme *O poderoso chefão*, o qual ilustra bem o poder exercido pela máfia siciliana, especialmente por seu chefe, que dispõe de poderes imensos, desafiando o Poder Público. Tal qualidade o liga à referência ao Sr. Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados à época, pois é justamente disso que o deputado Ivan Valente acusa o

“*big boss*”, o “*godfather*”, de agir nas sombras e controlar o Poder Legislativo, bloquear investigações e proteger empresários.

Posição	Contrário ao relatório final da CPI.
Disputa	X
Sustentação	Onde está o Sr. Eduardo Cunha havia proteção, um esquema. Eu diria até que o nome dele aqui na Casa, desde a instalação da CPI, da contratação da Kroll, da nomeação das sub-relatorias, influenciou em todas as questões. Ele é o <i>big boss</i> , é o <i>godfather</i> , é o poderoso chefe que continua alimentando a pauta da Câmara dos Deputados.

Considerações finais

Neste estudo, com o objetivo principal de analisar o uso de metáforas morais no contexto político da CPI da Petrobras, buscamos também discutir processos tácitos da estrutura de participação dos deputados na CPI em prol de determinado grupo político (Governo ou Oposição). Buscamos analisar os papéis e atividades assumidos pelos parlamentares ao longo da sessão de votação do relatório final da CPI da Petrobras e investigar o impacto que a argumentação conduzida pelos participantes teve sobre o resultado final da CPI. Foram relevantes os contributos teóricos de Gumperz (2002), Schiffrin (1987) e Goffman ([1959] 1978, [1967] 1980, [1979] 2002)), acrescendo-se as reflexões de Mey (2007) e Levinson (2007), bem como as de Ribeiro & Pereira (2002).

Retomamos primeiramente as questões mais específicas que foram levantadas na fase inicial deste estudo para atuarem como ponto de partida na tarefa de concluir este trabalho, surgindo nesse contexto de aproximação entre política, linguagem, argumentação e metáforas de cunho moral:

1 - Que relações podemos estabelecer entre a argumentação no contexto político nas notas taquigráficas da Petrobrás e as metáforas de ordem moral que se manifestam?

2 – Indo-se além do paradigma tradicional da estilística, que trata as metáforas como mera figura de linguagem, que papel podemos apontar como sendo o das metáforas morais na produção de sentidos no contexto político?

3 – Como as metáforas de cunho moral no âmbito político se manifestam na argumentação nas atas taquigráficas da CPI da Petrobras, considerando o modelo de argumentação de Schiffrin (1987)?

As relações que podemos estabelecer entre a argumentação no contexto político nas notas taquigráficas da Petrobrás e as metáforas de ordem moral chamam a atenção pelo papel que as metáforas têm na argumentação, aparentemente. O que se nota é que as metáforas auxiliam a argumentação, produzindo um efeito intensificador dos argumentos, ajudando o indivíduo que argumenta a compor uma argumentação forte e que seja palpável aos sentidos.

Quanto à segunda pergunta (Indo-se além do paradigma tradicional da estilística, que trata as metáforas como mera figura de linguagem, que papel podemos apontar como sendo o das metáforas morais na produção de sentidos no contexto político?), podemos afirmar que as metáforas morais apelam para os escrúpulos dos ouvintes, dos que são participantes na comunicação. Toma-se aqui por escrúpulos o estado de dúvida em que a mente inquieta-se, hesitando acerca da bondade ou ruindade de alguma ação promovida pelo indivíduo, consideração ética ou moral que inibe uma ação; muita atenção, zelo; remorso.

Ficou claro que as metáforas morais atuam justamente no âmbito da moral humana, pondo em xeque valores, questionando condutas, fazendo-nos pensar mais sobre o que fazemos. Sendo assim, a produção de sentidos no contexto político é afetada à medida que se levanta a crítica aos modos, aos costumes e, sobretudo, à prática cotidiana da vida. Podemos também, como visto na primeira pergunta, levantar a possibilidade de as metáforas morais potencializarem os sentidos, intensificando a argumentação.

No que diz respeito à terceira pergunta (Como as metáforas de cunho moral no âmbito político se manifestam na argumentação nas atas taquigráficas da CPI da Petrobras, considerando o modelo de argumentação de Schiffrin (1987)), pudemos observar que as metáforas de cunho moral se manifestam majoritariamente na parte da *sustentação* dos argumentos.

No que diz respeito aos objetivos da presente pesquisa, detalhamo-los da seguinte maneira:

- 1- Mostrar nas notas taquigráficas como se dá a argumentação, de acordo com o modelo de Schiffrin (1987);
- 2- Analisar em que elementos do modelo de argumentação as metáforas de cunho moral se manifestam nas notas taquigráficas;
- 3- Estabelecer que metáforas de cunho moral e político se manifestam e que papel exercem na argumentação.

A argumentação, no estudo aqui conduzido, se dá teoricamente em três partes a saber: posição, disputa e sustentação, conforme o modelo argumentativo preconizado por Schiffrin (1987). Contudo, na prática, foi possível observar que na maioria dos casos observados, a disputa não ocorre, restando tão somente a posição e a sustentação, sendo nessa última parte que, na maioria dos casos, se localiza o emprego da metáfora, como afirmado acima, na terceira pergunta da pesquisa.

A provável causa da não ocorrência da disputa é a especificidade dos dados analisados neste estudo, questão que pode aqui ser problematizada. Nota-se que o corpus analisado, como dito, assaz específico, traz em seu bojo somente a posição (favorável ou contrária ao relatório) e a sustentação do ponto de vista adotado pelo político, não podendo ser diferente em função das circunstâncias relativas ao discurso político especificamente situado em uma sessão final de votação de um relatório de CPI: repare-se o quão específico isto é.

Quanto ao papel que as metáforas morais exercem na argumentação, parece acertado afirmar que as metáforas morais foram utilizadas para manifestar posicionamentos dos participantes, contribuindo com a composição dos argumentos, fortalecendo-os, intensificando-os.

Fato considerável é que as metáforas possibilitam a criação de expressões inovadoras e, por conseguinte, propiciam a multiplicação de usos da língua, aumentando o repertório dos falantes, sendo bastante úteis no discurso argumentativo, o qual parece requerer recursos argumentativos e expressões que aumentem a força do que é dito, havendo necessidade de combinações de palavras e usos inusitados (como quando se diz que alguém é uma *cobra*), havendo uma aproximação de domínios que possibilita uma expressão mais clara e até mesmo mais econômica, pelo ponto de vista quantitativo.

Considerando-se o fato de estarmos a tratar do contexto político especificamente, convém considerar que as metáforas morais são metáforas que na maioria das vezes apelam para o senso de decência e escrúpulos, sendo também de se destacar a tentativa da parte de quem as utiliza de chocar o auditório, comovendo-o e atraindo-o, de modo a causar empatia e, ao mesmo tempo, revolta contra o adversário político.

No curso do presente trabalho, foi possível observar agrupamentos de metáforas, indo-se do macro ao micro. Parte-se, por exemplo, das metáforas que fazem referência ao país como um todo em direção às metáforas referentes à CPI, à Petrobras, aos grupos e às pessoas.

Conclui-se o trabalho com a convicção de que as metáforas são uma expressão da linguagem humana, sendo um traço de nossa capacidade de instrumentalizar e adaptar a comunicação humana às nossas necessidades e interesses os mais variados. Tal inclui a argumentação e a política, e demonstra o

quão nobre e poderoso pode ser o uso de metáforas, as quais contribuem para a construção de discursos que todos os dias ajudam a escrever nossa história.

Referências bibliográficas

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo, Atlas, 2009. CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

ARISTÓTELES. **Rhetoric and poetics**. New York: Modern Library College Editions

BAUER, Martin W. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis. Editora Vozes, 2008.

BELL; Judith. **Como realizar um projecto de investigação**. Edição: Gradiva. Lisboa, 1997.

BORTONI-RICARDO, S.M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, 135p.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. Florianópolis. 2ª edição. EDUSC, 2003

BRAIT, B. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997

CAMERON, L. **Metaphor in educational discourse**. Londres: Continuum, 2003.

CAMERON, L. **Identifying and describing metaphor in spoken discourse data**. In: L. Cameron and G. Low (Ed.) *Researching and Applying Metaphor*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

CAMERON, Lynne; MASLEN, Robert; TODD, Zazie; MAULE, John; STRATTON, Peter and STANLEY, Neil (2009). **The discourse dynamics approach to metaphor and metaphor-led discourse analysis**. *Metaphor and Symbol*, 24(2) pp. 63–89.

CAMERON, Lynne. **Metaphor in spoken discourse in The Routledge handbook of Discourse Analysis** (2012). Edited by Paul Gee & Michael Handford. Routledge. Abington. pp. 342-355.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHARTERIS-BLACK, Jonathan. **Corpus approaches to critical metaphor analysis**. New York: Palgrave, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, Vozes, 2006.

CORSETTI, Berenice. **Análise documental no contexto da metodologia qualitativa**. UNIrevista, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 32-46, jan. 2006. Disponível

em: < https://www.academia.edu/5161842/ART_05_BCorsetti > Acesso em 31 de agosto de 2017.

COSTA, Ilioni Augusta da; Pereira, Maria das Graças Dias (Orientadora). **A consulta pediátrica de pacientes com TDAH: a negociação de identidades em situação de conflito**. Rio de Janeiro, 2014. 178 p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

CURY, M. Z. F. **Intertextualidade: uma prática contraditória**. Ensaios de Semiótica, nº 8, ano IV. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

DALTOÉ, Andréia da Silva. **As Metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política**, 2011. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso). Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

DAVIDSON; Donald. **What metaphors mean**. The University of Chicago Press. Chicago, 1978.

DEIGNAN, A. **Metaphor and Corpus Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

DINA; Maria Martins Ferreira e ALENCAR; Claudiana Nogueira *in Nova pragmática. Modos de fazer*. Cortez; Silva, Daniel. Ferreira, Dina. Alencar, Claudiana. Orgs. Cortez Editora. Edição: 1ª (1 de janeiro de 2014)

DUBOIS, J., EDELINE, F., KLINKENBERG, J. M., MINGUET, P., PIRE, F. e TRINON H. **Retórica geral** (Tradução de Carlos Felipe Moisés, Duílio Colombini e Elenir de Barros). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. **Descrição argumentativa e descrição polifônica : o caso da negação**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 43, n.1, p. 7-18, jan./mar. 2008.

FERNANDES, Edilene Gasparini. **A palavra do presidente**. São Paulo: Unesp, 2011.

FRASER, Bruce. **Conversational mitigation**. Journal of Pragmatics, 4:341-50, 1980.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. **Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão**. In: GAIO, R. (org.). Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2008.

GARCEZ, P. (Org.). *Sociolinguística interacional*. Porto Alegre: AGE, [1972]1998, p. 57-69..

GARCEZ, P.M. (Orgs.). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, [1972] 2002, p. 85-105. BLACK, M. Metaphor. In BLACK, Mark (org.). *Models and metaphor*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1962.

GARCEZ, P. de M. **Formas institucionais de fala-em-interação e conversa cotidiana: elementos para a distinção a partir da atividade de argumentar.** *Palavra*, n. 8, p. 54-73, 2002.

GAUTHIER, B. (Org.) **Recherche sociale – De la problématique à la collecte des donnés.** Québec: Presses de l'Université du Québec.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008. 160 p.

_____, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002, p. 45, 46, 87-90.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1967.

GOATLY, Andrew. **Washing the brain: metaphor and hidden ideology.** Amsterdam: John Benjamins, 2007.

GOFFMAN, E. **Frame analysis.** New York: Harper & Row, 1974. GOFFMAN, E. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. (Org.). *Sociolingüística interacional.* Porto Alegre: AGE. [1981a]1998a, p. 11-15.

_____, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. (Org.). *Sociolingüística interacional.* Porto Alegre: AGE, [1981b]1998b, p. 70-97.

_____, E. **Entrevista com John J. Gumperz.** In: PEREIRA, M. G. (Org.). *Palavra. Interação e Discurso.* Rio de Janeiro: Trarepa, v. 8, p. 26-35, jun. 2002.

GOODWIN, C. (Ed.). **Rethinking context: language as na interactive phenomenon.** New York: Cambridge University Press, 1992, p. 229-52.

GOFFMAN, E. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. (Org.). *Sociolingüística interacional.* Porto Alegre: Age, [1982]1998, p. 98-119.

_____. **The linguistic and cultural relativity of conversational inference.** In: _____e LEVINSON, S. C. (Eds.). *Rethinking linguistic relativity.* Cambridge: Cambridge University Press, 1996. -----.

_____. **Sociocultural knowlege in conversational inference.** In: JAWORSKI e COUPLAND, N. *The discourse reader.* Routledge: London.. Response essay. Reply to questions and comments on answers to an interview. In: PREVIGNANO, C. E THIBAUT, P. Filadélfia: John Benjamins, 1999. ---

_____. **Entrevista com John Gumperz.** In: PEREIRA, M. G. D. GARCEZ, P. M. (Orgs. e Eds.). *Palavra.* v 8. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2002.

GUBA, E.G.; LINCOLN, Y.S. **Effective evaluation.** San Francisco, Jossey-Bass, 1981.

GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies.* Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GURGEL, M. C L; VEREZA, S.C. O dragão da inflação contra o Santo Guerreiro: um estudo da metáfora conceitual. **Intercâmbio**, v. V, p. 165-178, 1996.

GRICE, Paul. Meaning. **Philosophical Review**. Vol. 66, nº 3, p. 377-388, 1957.
_____. (1967) **Logic and conversation**. In: COLE, P.; MORGAN, J.L. (Eds). *Syntax and semantics 3: Speech acts*, p. 41-58. New York: Seminar Press, 1975.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

HOLMES, Janet. **Modifying illocutionary force**. *Journal of Pragmatics*, 8:345-65, 1984.

HYMES, D. **Models of the interaction of language and social life**. In: GUMPERZ; J.; HYMES; D. (Ed.). **Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication**. New York: Holt, Rinehart /Winston.1972, p. 35-71. GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

JOULE e BEAUVOIS. **Petit traité de manipulation à l'usage des honnêtes gens**. PPresses universitaires de Grenoble. Édition : édition revue et augmentée (27 mars 2014)

JUNQUEIRA, Fernanda Gomes Coelho. **Confronto de vozes discursivas no contexto escolar: percepções sobre o ensino de gramática da língua portuguesa** / Fernanda Gomes Coelho Junqueira ; orientadora: Lúcia Pacheco de Oliveira. – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Letras, 2003.

KITTAY, E. **Metaphor its cognitive force and linguistic structure**. Oxford: OUP, 1987.

KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual**. São Paulo. 14ª edição. Editora Contexto, 2001.

_____. **Argumentação e linguagem**. São Paulo. 7ª edição. Cortez Editora, 2002.

KOVECSES, Z. **Metaphor: a practical introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. **Metaphor and culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LAKOFF, G. **Contemporary view of metaphor**. In ORTONY, A. *Metaphor and thought*. 2ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1979/1993.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G. **Moral politics: What conservatives know that liberals don't**. Chicago, 1996. University of Chicago Press.

Lakoff, G., and Nunez, R. E. (2000). **Where mathematics comes from: How the embodied mind brings mathematics into being**. New York: Basic Books.

LAUSBERG, H. **Elementos de retórica literária**. Lisboa: Gulbenkian, 2004.

LECLERCQ, Jacques. **As grandes linhas da filosofia moral**. São Paulo. EDUSP, 1967.

LEESENBERG, M. **Context of metaphor**. Amsterdam: Elsevier, 2001.

LEVINSON, Stephen. (1983) **Pragmática**. Trad.: BORGES, Luis; MARI, Anibal. São Paulo, Martins Fontes: 2007.

LINARES, Fabiane do Nascimento Paim. **Narrativa, escrita e a construção de identidades na produção de textos de alunos do ensino fundamental da rede pública** / Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2010; Orientadora: Maria das Graças Dias Pereira. – 2010.

LODER, L. L.; JUNG, N. M. (Orgs.). **Análise de fala-em-interação institucional. A perspectiva da análise da conversa etnometodológica**. São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

LOW, G. **Metaphoric modelling and the vexing question of validation**. Trabalho apresentado no V RAAM. Paris. Resumo estendido publicado no Caderno de Resumos, p. 96, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MARTINS; Helena. **Novel metaphor and conceptual stability**. São Paulo, 2006.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MAYNARD, D. *Inside Plea Bargaining: The language of communication*, New York. Plenum Press, 1984.

MEY, Jacob L. **Metaphor and activity**. *DELTA*. Vol.26 (edição especial). 2006. p.5-17.

_____. **Pragmatics: an Introduction**. Second edition. Blackwell Publishing, 2007

MINAYO, M. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: editora Hucitec, 8ª. ed., 2004.

MIO, J. e KATZ, A. **Metaphor: implications and applications**. New Jersey: Lawrence, 1996.

MOURA, H. M. de M. **Metáfora: das palavras aos conceitos**. Letras de Hoje. Porto Alegre, v. 40, n. 139, p. 51-69, 2005.

MUSSOLF, Andreas. **Metaphor and political discourse: analogical reasoning in debates about Europe**. London: Palgrave Macmillan, 2004.

NOGUEIRA, M. O.; PEREIRA, M. G. D. **Sociolinguística interacional: interfaces fundadoras e conceitos-chave no tratamento interpretativo da fala em interação na situação social** In: Interfaces com a linguística: dialogando saberes. 1a ed. São Carlos : Pedro & João Editores, 2016, p. 123-156.

OLIVEIRA, M. C. L.; PEREIRA, M. G. D. **A sociolinguística e os estudos da interação** In: Mollica, M. C.; Ferrarezi Junior, C. (Orgs.) Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução. 1a ed. São Paulo : Editora Contexto, 2016, p. 111-122.

PEREIRA, Maria das Graças Dias. **Debate e réplica no discurso acadêmico escrito em Língua: estratégias de proteção, de destruição e de recuperação da face.** IN: PEREIRA, Maria Teresa G. (Org.) *Língua e linguagem em questão*. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997. p.205-240

PEREIRA, M. G. D. Introdução. **Palavra**, n. 8, p.7 - 25, 2002.

PEREIRA, M.G.D. **Estratégias de interação no discurso acadêmico falado.** Análise do XI Encontro Nacional de Linguística. Rio de Janeiro: Departamento de Letras da PUC-Rio, 1993. Tese de Doutorado.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica.** Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, nov., 2001.

PLANTIN, Christian. **A argumentação: história, teoria, perspectivas.** São Paulo. Editora Parábola, 2008.

RAPP, C. **Ähnlichkeit, Analogie und Homonymie bei Aristoteles, Zeitschrift für philosophische Forschung** 46 1992 pp. 526-544.

REDDY, M. **The conduit metaphor.** In: ORTONY, A. Metaphor and Thought. 2ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

RESENDE, Viviane de Melo. **Análise discursiva crítica do uso de metáforas em uma interação etnográfica no movimento nacional de meninos e meninas de rua.** Revista da ABRALIN, v.8, n.1, p. 125-148, jan./jun. 2009

RIBEIRO, B. T.; PEREIRA, M. G. D. **A Noção de Contexto na Análise do Discurso.** *Veredas*, v.6, p.49 - 67, 2002.

RIBEIRO, B. T.; PEREIRA, M. G. D. **A noção de contexto na análise do discurso** In: Desvendando Discursos: conceitos básicos. 1a. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, p. 45-78.

RICHARDS, I. Metaphor In: RICHARD, I. A. **The philosophy of rhetoric.** Londres: Oxford University Press, 1936.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva.** Tradução: Dion Davi Macedo. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **The rule of metaphor.** Traduzido para o inglês por R. CZERNY. Londres: Routledge e Kegan Paul, 1979.

RITCHIE, L. David. **Metaphor: key topics in semantics and pragmatics.** Edinburgh. Cambridge University Press. First published 2013.

RORTY, A. O. (org.) **Essays on Aristotle's rhetoric.** Los Angeles: University of California Press, 1996.

ROSENFELD, H. **Palavra pescando palavra: A metáfora na representação psicanalítica.** São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 1998.

SARDINHA; Tony Berber. **Metáfora.** São Paulo: Editora Parábola, 2007.

SÁ-SILVA; Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista brasileira de História & Ciências Sociais. ano 1, n. 1. São Leopoldo, jul. 2009. Disponível em: < <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6> > Acesso em: 30 de agosto de 2017.

SCHIFFRIN, Deborah. **Discourse makers.** Edinburgh. Cambridge University Press, 1996.

_____. **Approaches to discourse.** Edinburgh. Cambridge University Press, 1994.

SCHNEIDER, S. G. **Exploring the metaphorical (de-)construction of legitimacy: A comparison of legitimization discourses in American and British newspapers.** In Carver, T., and Pikalo, J. (eds.), *Political language and metaphor: Interpreting and changing the world.* London and New York: Routledge, 2008. pp. 83–101.

SCHUSTER, M. (2014). **Adorno, German Idealism, and Modernity.** Chicago: University of Chicago Press.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de; ALMEIDA, Guido de. **Filosofia da linguagem e discurso político.** Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Filosofia. 1977

TANNEN, D. **Talking voices. Repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse.** Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

TANNEN, D. **Intertextuality in Interaction: Reframing family arguments in public and private.** *Text & Talk.* Volume 26, Number 4-5 Páginas 597-617.

TINDALE, Christopher. **Fallacies and argument appraisal.** Cambridge: Cambridge University Press. 2008.

UNDERHILL, James. **Creating worldviews: metaphor, ideology and language.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013.

VEREZA, Solange Coelho. **Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva**. Linguagem em (Dis)curso – LemD, v. 7, n. 3, p. 487-506, set./dez. 2007

VEREZA; Solange Coelho. **Sob a ótica da metáfora**. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2012.

VEREZA, Solange Coelho. **Mal comparando...: os efeitos argumentativos da metáfora e da analogia numa perspectiva cognitivo-discursiva**. Revista SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 20, n. 40, p. 18-35, 2º sem. 2016.

ZIMMER, M. C. **Uma visão dinâmica da produção da fala em L2: o caso da dessonorização terminal**. Revista da Abralín, v. 11, n. 2, p. 221-272, ago. 2012.

Sítios eletrônicos acessados:

Câmara dos Deputados – Notas taquigráficas da CPI da Petrobras (acesso em 03/05/2017):

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-petrobras/documentos/notas-taquigraficas>

Câmara dos Deputados (acesso em 14/05/2017):

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-petrobras/documentos/notas-taquigraficas/nt211015-ptr>

Glossário de termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores (acesso em 15/01/2018):

<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/intertextualidade>

ANEXO – Notas taquigráficas da CPI da Petrobras (sessão solene do dia 21/10/2015)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

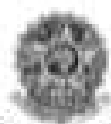
NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIAO Nº: 2173/15	DATA: 21/10/2015	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INICIO: 15h29min	TÉRMINO: 02h35min	PÁGINAS: 148
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Discussão e votação do relatório final. Apreciação de destaques para votação em separado.			
OBSERVAÇÕES			
Há orador não identificado em breve intervenção. A reunião foi suspensa e reaberta. Houve falha na gravação. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. Há palavras ou expressões ininteligíveis.			



Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem esse tempo para discutir e, como já anunciou antecipadamente, fazer também a apresentação do seu voto em separado.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente eu queria fazer uma primeira observação sobre as questões agora colocadas pelo Relator da matéria, que disse que o indiciamento de qualquer pessoa tem que se dar em cima dos indícios e materialidade dos delitos.

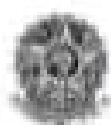
Eu quero começar dizendo ao Relator que estranho tal colocação, porque ele tem indícios de sobra, materialidade de sobra. Se S.Exa. não quis ir atrás das matérias e de toda a representação que o Ministério Público Federal tem contra o denunciado Eduardo Cosentino da Cunha, ele não pode indiciar o Presidente da Casa. S.Exa. deveria fazer isso em primeiro lugar.

Isso aí inclusive pode ser colocado não só como omissão, mas até como prevaricação. Se a questão for a materialidade, ela está dada por seis delações premiadas que fecham o circuito, e também não só por elas, mas pelo fato de denunciado mentir aqui nesta CPI.

Então, eu estranho que o Relator da matéria finalize o seu relatório dizendo que a CPI não é um conselho de ética paralelo. Ora, a CPI é exatamente uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ela existe para investigar. Ela não é uma associação dos Deputados destinada a propor normas para o funcionamento da PETROBRAS. Ela até pode, a partir das investigações, sugerir um novo funcionamento.

Mas o objetivo principal da CPI é investigar, apontar culpados, ressarcir os cofres públicos e apontar punição. A CPI não pode indiciar, mas pode pedir o indiciamento ao Ministério Público. Alguém pode dizer — e o Relator possivelmente vai falar isso — que ele já está indiciado. Como assim? O papel da CPI é político. Imaginem o reforço que isso representa para a sociedade.

Aqui nós estamos fazendo política. Quem chegou ao Congresso Nacional faz política, Sr. Relator. Desculpe-me, mas a posição de V.Exa. é insustentável, ao não indiciar nenhum político, seja Ministro, Governador de Estado, Senador ou Deputado.



Vários Parlamentares desta Casa foram, sim, indiciados. Outros já foram denunciados. Mas aqui eles não foram nem convocados por isso. Nem a aprovação da convocação foi feita, por uma deliberada ação de corporativismo e de conchavo político — eu quero denunciar isso nesta CPI — entre partidos que não queriam investigar, para que os seus não fossem investigados, para que não se aprofundarem as investigações.

Então, eu quero começar dizendo isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Vejam a proposta e a visão do Relator, quando termina o seu relatório dizendo que não tem provas materiais:

"(...) esta CPI não recebeu prova alguma destas afirmações, não cabendo a este relator adotar providências com base em acusações sem provas, documentos ou informações prestadas a outras esferas de investigação, já aberto pelo Ministério Público Federal (...)."

Como assim? Como assim, gente? Os outros indiciados propostos também não foram fruto da investigação da Polícia Federal e do Ministério Público? Por que a CPI não pode cortar na própria carne?

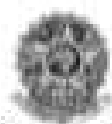
É um relatório que realmente desgasta esta Casa e blinda — este é o nome que tem que ser dito com todas as letras — Parlamentares.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer o seguinte: tudo começou na Operação Lava-Jato com um posto de gasolina, com gente que ia buscar dinheiro em posto de gasolina. Havia um doleiro lá e gente que ia buscar dinheiro, inclusive políticos.

Na CPI dos Correios foi a mesma coisa: era uma mãozinha entregando 3 mil reais, o que deu no inquérito do mensalão.

A Operação Lava-Jato recebeu esse nome exatamente por isto, porque havia um posto de gasolina. Daí se buscou toda uma estrutura com doleiros, operadores, dirigentes da PETROBRAS e, evidentemente, aqueles que tinham capacidade para nomear tais pessoas e tirar partido disso tudo, desse processo de corrupção que saqueou os cofres públicos.

Isso é interessante porque existe o núcleo das empreiteiras, dos funcionários da PETROBRAS e dos operadores financeiros e existe o núcleo dos políticos. E a



CPI, que deveria se debruçar mais ainda sobre o núcleo dos políticos, exatamente não o fez. Ela foi criada para isso.

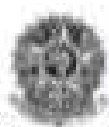
As empreiteiras estão lá em Curitiba. Nós ouvimos muitos indiciados aqui. Outros se omitiram, não quiseram falar ou vieram com *habeas corpus*. Há delator de empreiteira premiado, condenado a 16, 15 anos de prisão. Os funcionários operadores da PETROBRAS vieram todos aqui. Os que estavam presos, nós ouvimos em Curitiba. Estão aí as delações premiadas do Sr. Fernando Baiano, do Sr. Nestor Cerveró, que está para sair, etc. Os operadores financeiros, nós ouvimos alguns, como o Sr. Youssef, o Sr. Vaccari, etc.. Mas nós poderíamos ter ouvido mais: há pessoas que faziam parte da entrega de dinheiro, pessoas que poderiam dizer onde esse dinheiro foi parar e a quantidade de dinheiro que foi entregue.

Mas, principalmente, não se mexeu naquilo que exatamente a CPI deveria tratar por uma premissa, ao se dizer que a CPI não é Conselho de Ética, Sr. Presidente.

A verdade é a seguinte: o funcionamento da CPI foi questionado no primeiro dia. Eu quero lembrar a questão de ordem levantada por este Deputado no primeiro dia de funcionamento da CPI, no sentido de que os Parlamentares que receberam recursos eleitorais e doações das empresas envolvidas na Operação Lava-Jato não poderiam investigar aqueles que estavam sendo investigados. Essa questão de ordem foi rejeitada pelo Plenário por ampla maioria.

Nós sabemos que isso tem um efeito brutal. Ou seja, como é que se vai investigar aquele que fez doação eleitoral? Cadê a independência para isso? E a vida provou isso. Estão aí os empreiteiros dizendo claramente, Sr. Presidente, que a CPI acabou incorrendo em grave erro ao não permitir que os Deputados financiados, que seriam os investigadores, se retirassem. E digo mais: a CPI feriu o Regimento Interno, no seu § 6º, art. 180, que diz que o Deputado deve se afastar ou deve se sentir impedido em se tratando de assunto que envolve causa própria. Não se deu a mínima bola para isso.

É por isso que esta Casa depois foi contra que se acabasse com o financiamento empresarial de campanha. Está certo o Supremo Tribunal Federal: resolveu-se lá fora o que a Casa não foi capaz de fazer aqui, nem com a CPI nem com tudo que foi ventilado pelos empreiteiros e por figuras públicas, que falaram de



grandes questões aqui. O Sr. Paulo Roberto Costa disse que não existe doação eleitoral que não seja fruto realmente da corrupção. Isso tudo, Sr. Presidente, tem um efeito muito grande.

A segunda questão que eu queria levantar é a questão da Kroll. Em particular, Sr. Presidente, eu quero dizer que a contratação da Kroll foi votada entre uma batelada de 340 requerimentos. Ela foi contratada sem licitação e em caráter sigiloso. Desde o primeiro momento, eu coloquei que essa investigação era comprometedora porque faltava transparência a ela. Com a Kroll, gastaram-se mais de 1 milhão de reais. Depois eu vou encaminhar, Sr. Presidente, a recomendação que nós temos a respeito do funcionamento da Kroll.

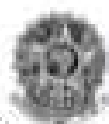
Mas neste momento, eu quero dizer que nós tivemos várias reuniões em que se discutiu quem seriam as pessoas investigadas. Havia total falta de transparência e a não informação. Aliás, foi nos dada a seguinte informação: só duas pessoas da CPI e não o colegiado da CPI poderiam saber quem eram os investigados. E entre essas duas pessoas, por incrível que pareça, não constava o Relator da CPI.

Eu quero lembrar isso ao Deputado Luiz Sérgio, porque fui insistente e quis saber se S.Exa. queria saber quem eram os investigados pela Kroll. Falava-se em 4 ou 15 pessoas, mas depois se chegou a 12 pessoas. O Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI, falou que não precisava saber quem era. Apenas dois Parlamentares ficaram sabendo quem eram os investigados pela Kroll: o Sub-Relator André Moura e o Presidente da CPI.

Muito bem! A CPI fez uma reunião e apresentou uma preliminar de pessoas que tinham contas no exterior, por quais países passava essa questão. Depois haveria mais quatro fases para a Kroll tocar a questão. A pressão foi grande e, na verdade, a CPI foi obrigada a divulgar quem eram os investigados pela Kroll.

A questão mais relevante disso tudo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que, entre os 12 nomes elencados, estavam os nomes de operadores e de alguns empreiteiros, o nome da Sra. Stael Janene surpreendentemente, mas não estava presente o nome do operador Fernando Baiano.

Depois de essa lista ter sido vasada, no dia seguinte a Kroll rompeu o acordo. E ninguém sabe por que ela rompeu o acordo. Não houve devolução de dinheiro público nem nós sabemos até hoje por quê.



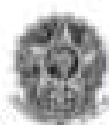
Eu convoquei para depor aqui, através de requerimento, a Sra. Snezana Gebauer, Presidente da Kroll. Nunca foi votado esse requerimento. A Kroll foi contratada para buscar contas no exterior e também ativos e empresas *offshore*, para ver se os delatores premiados estavam falando a verdade. É evidente que, vários delatores tivessem mentido se na delação, ela poderia ser anulada.

Esta é a pergunta que fica no ar, Sr. Presidente: será que a Kroll atirou no que viu e acertou no que não viu? De todas as investigações do Ministério Público que nós vimos até agora, as únicas contas no exterior e *offshore* pertencem ao Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha. É a pergunta que fica no ar a respeito da Kroll.

Muito bem, Sr. Presidente. A terceira questão — e aí eu acho que é a mais grave de todas — é o não indiciamento dos políticos desta Casa. Eu quero falar sobre isto. Acho que a não convocação das pessoas que foram denunciadas pelo Ministério Público, que estão da lista do Janot, compromete muito o trabalho da CPI, bem como decisão de silenciar tomada pela maioria do Plenário com relação a políticos indiciados pelo Ministério Público, fazendo com que os requerimentos nunca fossem votados.

Nós temos o nome de 62 políticos citados, indiciados ou denunciados no âmbito da Operação Lava-Jato. Eu quero citar que há 31 políticos do PP envolvidos, 12 do PT, 12 do PMDB, 2 do PSB, 1 do PSDB, 1 do PTB, 1 do Solidariedade e 2 sem partido. Nenhum deles veio depor. O único que depôs nesta CPI veio de livre e espontânea vontade, sem juramento. E mentiu na CPI. Nós sabemos quem é, certo?

É óbvio que a participação de Parlamentares no processo da Lava-Jato é amplamente conhecida. Sr. Presidente Hugo Motta, quero recordar a V.Exa. e a todos os Deputados e Deputadas desta CPI — está aqui no meu relatório em separado que mandei distribuir aos Deputados — que duas inquirições foram feitas aqui a respeito dessa lista de Janot. Eu perguntei ao Sr. Paulo Roberto Costa se ele conhecia nome a nome da lista de Janot, se havia ilegalidades e quem tinha participado de algum esquema comprometedor de corrupção. Ele respondeu sobre cada um dos nomes que foram citados — Governadores, Senadores, Parlamentares, Deputados ou Senadores —, quem ele conhecia e a quem ele tinha passado propina.



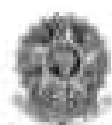
Depois nós fomos a Curitiba, onde o Sr. Alberto Youssef foi inquirido da mesma forma: quais pessoas ele conhecia, quem havia recebido recursos e em que locais inclusive. Vários Deputados do PP foram vistos na residência do ex-Deputado João Pizzolatti — até a esse detalhe ele chegava. Foram vários Deputados.

Se a CPI e o Deputado Relator tivessem tido a iniciativa de fazer o cruzamento dessa informação, isso teria ajudado muito. Aí nós poderíamos ter chamado aqui e feito até acareações entre o Sr. Paulo Roberto Costa e o Sr. Youssef, que estão sob delação premiada. Se eles mentissem, perderiam a delação premiada.

Nenhuma providência foi tomada. A blindagem dos políticos é escandalosa aqui, é um grande acordo, um acordão — e eu digo claramente — de governistas e oposicionistas.

Eu quero dar mais um exemplo, Sr. Presidente, que me parece que também não tem a concordância de muitos Parlamentares nem do Relator. Qual é o papel de uma CPI? Não é investigar? Não é fazer diligências? Não é ir atrás de informações? Ou isso não é o nosso papel? O nosso papel é visitar a RNEST, o COMPERJ, é só propor questões ligadas à governança, ao compliance e tal, ou é checar informações que interessem à nossa investigação aqui?

Há mais dois exemplos Sr. Presidente e Srs. Deputados. O Ministério Público Federal, para localizar onde foi feito e onde foi combinado o pagamento e onde houve a reunião que aconteceu entre o Sr. Eduardo Cunha, o Fernando Baiano e o Júlio Camargo, ele foi pessoalmente, num domingo, ao Leblon Empresarial, na Avenida Afrânio de Melo Franco, entrando pela garagem, para confirmar cada detalhe da reunião que foi delatada pelo Sr. Júlio Camargo. Foi com isso que eles do Ministério Público fecharam o circuito. E depois o Sr. Eduardo Cunha diz que a PGR o persegue. Ela não o persegue, ela tem provas materiais, ela vai atrás. Aqui esteve um sujeito chamado Jayme de Oliveira, um maleiro. O apelido dele é Careca. Ele é um entregador do Sr. Youssef, o primeiro delator. O Sr. Jayme Careca foi convocado várias vezes aqui. Foi aprovada a convocação do Sr. Jayme Careca aqui. O Sr. Jayme Careca disse que entregou dinheiro no Leblon, que existe uma casa chamada Casa Amarela e um advogado chamado Reis na casa onde ele entregou o dinheiro. Então, vamos atrás, vamos atrás!



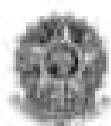
Ele acusou o Senador Anastasia de ter recebido 1 milhão de reais lá. O Ministério Público, depois de muito tempo, depois de nós não termos ouvido o Sr. Jayme Careca, mandou arquivar o processo. Agora a Polícia Federal recolocou a questão com novas denúncias, muito mais sólidas, sobre o conhecimento entre o Senador Anastasia e o Sr. Jayme Careca.

Eu pergunto aos Deputados do PSDB também por que eles não trouxeram o Sr. Jayme Careca aqui, para nós desqualificá-lo. Já que ele era só isso, um "transcareca" e inventou uma mentira, vamos trazê-lo aqui e desmoralizá-lo. Não!

Onde está o Sr. Eduardo Cunha havia proteção, um esquema. Eu diria até que o nome dele aqui na Casa, desde a instalação da CPI, da contratação da Kroll, da nomeação das sub-relatorias, influenciou em todas as questões. Ele é o *big boss*, é o *godfather*, é o poderoso chefe que continua alimentando a pauta da Câmara dos Deputados — aliás, a mesma em que está sendo hoje votada a PEC 215, o Estatuto do Desarmamento. São pautas fomentadas por ele para manter uma base fiel dentro do Congresso Nacional, no meio da CPI da PETROBRAS. O fato mais importante hoje é votar o relatório da CPI, mas todas essas matérias estão sendo apreciadas ao mesmo tempo.

Portanto, Sr. Presidente, nós tivemos aqui a condição de investigar as coisas. Agora, há aqueles que acham que a discussão inclusive sobre o financiamento de campanha é simples. Eu quero citar um caso e uma acareação que foi feita em Curitiba — porque vai sobrar para todo mundo —, entre o Sr. Renato Duque, o Sr. Vaccari e o Sr. Augusto Mendonça, um empresário. Nessa acareação, ficou absolutamente claro o seguinte: é óbvio que o Vaccari vai dizer até o fim da vida dele que o dinheiro que o PT recebeu era um dinheiro legal, um dinheiro vindo através de doações legais — e foram, mas combinadas. O Augusto Mendonça combinava com o Duque; e o Duque, com o Vaccari. E quando se liberavam as licitações lá, liberavam as contribuições para o Partido dos Trabalhadores.

Alguém vai dizer: "Mas os outros não recebiam?" Recebiam também. Eu tenho dados aqui que são fantásticos, só não acredita quem não quer. São dados que mostram, Sr. Presidente, que, no mesmo ano não eleitoral, a construtora Mendes Júnior foi capaz de doar 1,3 milhões ao PT e 1,4 milhões ao PSDB — num



ano não eleitoral, em 2011. Mas sobre isso todo mundo se silencia aqui e depois vota pela manutenção do financiamento empresarial de campanha.

Obviamente, Sr. Presidente, eu quero chegar à questão que diz respeito ao Presidente da Câmara e ao indiciamento dele. Eu vou propor alguns indiciamentos e vou dizer por quê. Não fiz nenhum indiciamento, embora nós vamos pedir à Corregedoria e à Mesa da Câmara e ao Ministério Público que continuem a investigação sobre todos os políticos envolvidos.

Mas todos aqueles que foram denunciados precisam ser indiciados por esta CPI — e o número 1 é o Presidente da Câmara dos Deputados. O Sr. Arthur Lira também está denunciado, e ele preside a Comissão que funciona nesta sala, a Comissão de Constituição e Justiça. As provas são irrefutáveis, é só ler os autos do processo. Junto com o Sr. Arthur Lira, já estão denunciados o Senador Benedito de Lira e o Senador Fernando Collor de Mello. E aqui não se fala nada. Nós não temos nada a ver com isso. Não se recomenda ao Senado que mande investigar os políticos locais.

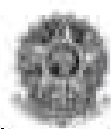
Eu passo a ler um trecho do voto em separado rapidamente:

"Pelo exposto, compreendendo que são diferentes instâncias de atuação, indiciamos como incurso nas penas dos crimes de corrupção passiva (art. 317 CP), lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.813/1998 e Lei nº 12.683/2012) e associação criminosa (art. 1º da Lei nº 12.850/2013) o Presidente da Câmara, Deputados Eduardo Cunha."

São esses artigos que tratam de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa, esses são os três termos a partir dos quais queremos que o Relator acate a nossa sugestão.

"A partir de todo o contexto fático e probatório, também solicitamos que esta Comissão Parlamentar de Inquérito encaminhe para a Mesa Diretora, o Plenário da Câmara e para o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, a recomendação da cassação do mandato do Deputado Eduardo Cunha (...)."

Também por crimes conexos com o Deputado Federal Eduardo Cunha, indiciamos a Sra. Solange Almeida; o Fernando Falcão Soares, conhecido como Fernando Baiano; Leonardo Meireles; Jayme de Oliveira, conhecido como Careca; e Lúcio Bolonha Funaro, doleiro do Sr. Eduardo Cunha.



E sobre os outros políticos denunciados, também pedimos o indiciamento do Deputado Federal Arthur César Pereira de Lira e dos Senadores Benedito de Lira e Fernando Collor, a partir de todo o contexto fático e probatório, nos tipos penais aduzidos.

Sr. Presidente, quero dizer que nós estamos apresentando também aqui à CPI uma série de projetos de lei, propostas legislativas e sugestões que travam uma luta contra a corrupção, como o projeto de lei que *"obriga a vinculação automática de contratos de câmbio de importação a Declarações de Importação (DI), no Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN) e no Sistema Integrado de Comércio (SISCOMEX)"*. Está aqui toda a justificativa.

Também apresentamos um projeto de lei que altera a Lei nº 9.504, de 1997, para tipificar como crime o não registro de doações para fins eleitorais.

Há ainda uma bateria de propostas que alteram o Código Penal no que se refere a enriquecimento ilícito e assim por diante.

Queria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizer o seguinte: ao participar durante 8 meses desta CPI, nós procuramos ser, talvez junto com outros Parlamentares merecidamente, um dos Deputados mais assíduos, embora não sendo Sub-Relator e tendo pouco tempo para falar, apesar de o Deputado Hugo Motta achar que falamos muito nesta CPI. Nós fomos a Curitiba nas duas vezes e estivemos presentes na esmagadora maioria das reuniões.

Acho que a CPI cometeu vários erros. O primeiro deles foi o de não ter barrado logo de cara a participação de quem não tinha condições de investigar o que está sendo investigado. Esse foi o primeiro erro.

O segundo erro foi o de inverter questões. Por exemplo, em vez de nos focarmos onde deveríamos, nós chegamos a pedir a exumação do cadáver do Sr. Janene. Isso foi uma degradação para a CPI. Nós não poderíamos aceitar uma questão como essa, que nos fez perder tempo demais.

Eu quero finalizar dizendo algo sobre o caso da advogada Beatriz Catta Preta, sobre o qual todo mundo ficou com grande um ponto de interrogação. Vejam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ela é uma advogada premiada, a advogada que conseguiu a maioria das delações premiadas. E de repente, ela se diz ameaçada,



abandona a profissão e sai do País. E a CPI ainda a convocou para depor aqui! É possível que a advogada Catta Preta não seja nenhuma santinha.

Finalizo com isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Ivan Valente.

Com a palavra o Deputado Izalci, para fazer a sua discussão no âmbito do relatório. S.Exa. tem até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, o nosso voto em separado tem quase 1.300 páginas. Eu gostaria de pedir a V.Exa. que considerasse lido o resumo executivo completo, porque, em função do exíguo tempo, eu apenas vou citar o mais importante.

Também quero pedir a V.Exa. que seja somado o tempo da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Era isso que eu ia indagar a V.Exa. Então, V.Exa. tem até 30 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu começo citando aqui um trecho de um artigo do Juiz Sérgio Moro, que diz:

"(...) na corrupção sistêmica, o pagamento da propina, embora não um imperativo absoluto, torna-se um compromisso endêmico, a regra do jogo, uma obrigação consentida entre os participantes, normalmente refletida no pagamento de percentuais fixos de comissões sobre contratos públicos. A economia perde eficiência. (...)

Mais do que isso, gera a progressiva perda de confiança da população no estado do direito, na aplicação geral e imparcial da lei e na própria democracia.

A ideia básica da democracia em um estado de direito é a de que todos são iguais e livres perante a lei e que, como consequência, as regras legais serão aplicadas a todos, governantes e governados, independentemente de renda ou estrato social.



Se as regras não valem para todos, se há aqueles acima das regras ou aqueles que podem trapacear para obter vantagens no domínio econômico ou político, mina-se a crença de que vivemos em um governo de leis e não de homens.

O desprezo disseminado à lei é ainda um convite à desobediência, pois, se parte não segue as regras e obtém vantagens, não há motivação para os demais segui-las.

Pior de tudo, a corrupção sistêmica impacta o sentimento de autoestima de um povo. Um povo inteiro que paga propina é um povo sem dignidade (...)."

Essas são palavras do Juiz Sérgio Moro.

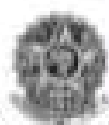
"Pois bem, desde o dia 17 de março de 2014, a sociedade brasileira tem acompanhado, atônita, os desdobramentos das investigações decorrentes da Operação Lava-Jato, que, segundo o Ministério Público Federal, trata-se da maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve na sua história. Estima-se que o valor desviado da PETROBRAS aproxima-se de 20 bilhões de reais.

Mas como se chegou a essa situação? Como isso foi possível?

O presente voto em separado, a partir dos diversos depoimentos colhidos ao longo da investigação, bem como dos vários documentos acostados aos autos, dá resposta a treze indagações que ajudam a compreender os fatos e atos criminosos que a CPI da PETROBRAS se propôs a investigar.

Nesse sentido, o voto em separado busca responder a algumas questões que ainda não foram plenamente elucidadas pela investigação judicial, como, por exemplo, se o Palácio do Planalto tinha ou não conhecimento desse gigantesco esquema de corrupção que foi montado na PETROBRAS."

As fragilidades identificadas na gestão da PETROBRAS são decorrentes de uma ação premeditada ou não?



"Tal compreensão é importante na medida em que a estatal petrolífera, a depender da conclusão a que se chegar, deixa de fazer o papel de vítima para se tornar, na verdade, um instrumento da ação da organização criminosa.

Outra questão relevante que precisa ser adequadamente mensurada e respondida é aquela que diz respeito à parcela de culpa que deve ser atribuída à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da PETROBRAS, pois é muito pouco provável que a alta administração da companhia não tivesse se envolvido com tamanho processo de dilapidação.

Enfim, há várias outras questões mais ou menos relevantes que são tratadas neste voto em separado (...)."

Mas, antes, falaremos aqui sobre as razões que motivaram de fato a apresentação do presente voto em separado.

"O voto do Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Luiz Sérgio, apresenta inconsistências e distorções de tal monta que dão azo à apresentação do nosso voto em separado.

A ilustrar essa afirmação está, por exemplo, o fato de que, com o nítido intuito de questionar a lisura do acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e Alberto Youssef, no âmbito da Operação Lava-Jato", conforme "as páginas 30 a 34, o Relator se vale de trechos de um suposto — abre aspas — "relatório da CPMI do BANESTADO" — fecha aspas.

Ocorre que a aludida Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do BANESTADO, instituída pelo Requerimento (CN) nº 5, de 2003, foi encerrada em 27 de dezembro de 2004 sem a aprovação de relatório final.

Imbuído, ainda, da possível intenção de lastrear uma eventual invalidação do acordo de colaboração premiada celebrado por Alberto Youssef, o Relator propõe o reexame do denominado "Caso BANESTADO".

Ignorando alguns comandos da Lei nº 12.850, cujos artigos cito aqui, "(...) o Relator chega a afirmar que, *"como se pode inferir de tudo o que se passa em torno dos acordos de delação de Alberto Youssef, nem o Ministério Público nem o Juiz Sérgio Moro consideram relevantes aspectos como a credibilidade do delator, considerando que documentos confirmam as afirmações do delator"* (pág. 524 do voto do Relator).



Ora, como se exigir do Ministério Público Federal ou do juiz que preside a investigação considerem relevante a “credibilidade do delator”, se o próprio instituto da colaboração premiada, na forma como é sistematizado pela Lei das Organizações Criminosas, presume que as declarações prestadas pelo colaborador sejam falsas ou indignas de fé, até que seja encontrada nos autos prova de corroboração apta a confirmá-las?

Vê-se, por esta e por outras passagens do voto do Relator, que este procura, pura e simplesmente, desconstruir o acordo de colaboração premiada celebrado por Alberto Youssef com integrantes da força-tarefa da Operação Lava-Jato e, o que é mais grave, desacreditar o instituto da colaboração premiada como um todo, o que fica expresso em toda a extensão do Capítulo X do voto do Relator (p. 567-589), sugestivamente intitulado — abre aspas — *“Número surpreendente de delações premiadas”*.

A justificar a reação desmesurada do Relator, no sentido de desacreditar deliberadamente o instituto da delação premiada, pode estar não só o número de colaborações firmadas no âmbito da Operação Lava-Jato, mas também e principalmente a efetividade do instrumento e seu grande proveito para as investigações, que realmente devem ter surpreendido os integrantes do Partido dos Trabalhadores que implantaram o esquema ilícito no âmbito da PETROBRAS.

Outro ponto que merece ser destacado é a defesa promovida pelo Relator com relação à fala do ex-funcionário da companhia holandesa SBM Offshore, Jonathan David Taylor, no sentido de que a Controladoria-Geral da União, então titularizada pelo Ministro Jorge Hage, teria atrasado a apuração dos fatos relacionados ao pagamento de propina pela companhia em troca de obtenção de contratos e de informações privilegiadas da PETROBRAS, reconhecida numa espécie de acordo de leniência, celebrado com o Ministério Público Holandês (Openbaar Ministerie).

Com efeito, após uma longa explanação em que foi omitido o deslocamento de alguns membros desta CPI a Londres, Inglaterra, com o objetivo de ouvir o ex-funcionário da SBM, bem como seus proveitosos efeitos para a investigação, o Relator procura simplesmente desacreditar Jonathan Taylor (...).



Noutro ponto do voto, mais especificamente às páginas 545 e seguintes, o Relator analisa a questão das interceptações de mensagens de aparelhos BlackBerry, alegadamente com vistas a escrutinar a legalidade ou não do uso dos dados obtidos, que ficariam localizados na sede da empresa no Canadá — muito embora a companhia possuía uma filial brasileira —, bem como a sindicância a suposta interceptação, “possivelmente ilegal”, de detentores de foro privilegiado, “o que poderia invalidar aquelas provas”.

O Relator demonstra guardar a convicção, quanto ao último tema, que os *“investigadores da Polícia Federal sabiam que o interlocutor que se comunicava com frequência com Alberto Youssef era o então Deputado André Vargas e que se omitiram deliberadamente para evitar que as investigações não saíssem de suas mãos e seguissem para o Supremo Tribunal Federal”* (p. 553). Munido dessa suposta certeza e utilizando-se de uma série de frágeis ilações, num método que denomina como de “raciocínio lógico”, o Relator promove uma escancarada defesa do ex-Deputado André Vargas, seu antigo colega de PT (...).

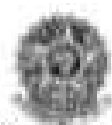
Ocorre, contudo, que a linha de raciocínio seguida pelo Relator está a exigir que os investigadores da Operação Lava-Jato, ao analisarem os dados de membros de uma determinada organização criminosa, dentre os quais se enquadra Alberto Youssef, identificassem prontamente o ex-Deputado petista e ex-Vice-Presidente desta Câmara dos Deputados André Vargas e associassem *“de imediato o apelido André Vargas a um dos três famosos e notórios Deputados Federais de Londrina”* (p. 558 do voto).

O que o Relator não percebe é que, ao assim proceder, acaba por adotar, inadvertidamente, a premissa de que o ex-Deputado era um criminoso tão contumaz que deveria ser situado “de imediato” no seio de uma organização criminosa de porte considerável, o que parece não condizer com suas reais intenções.

Registre-se que o delegado da Polícia Federal Márcio Anselmo (...) foi categórico ao afirmar que detentores de foro por prerrogativa de função, como era o caso do ex-Deputado André Vargas, não foram investigados pela Operação.

(...)

Esses são, enfim, alguns pontos que motivaram a confecção do voto em separado”.



Faço aqui, Sr. Presidente, uma contextualização da investigação e entro no voto.

"(...)

Para se alcançar esse objetivo, as análises contidas no voto em separado são subdivididas em 13 capítulos, sendo que cada um deles cuida de responder a determinada indagação, a partir de um exame lógico-sistemático dos depoimentos prestados e dos documentos acostados aos autos",

Então, são 13 indagações que adiante passarei a ler.

"(...)

Vale registrar, por oportuno, que as análises que sustentam o presente voto em separado estão consubstanciadas em provas testemunhais, obtidas a partir dos depoimentos prestados à CPI e à Justiça Federal; em provas documentais, em razão do compartilhamento dos inquéritos da Polícia Federal e de diversos documentos requisitados pela CPI; e em provas periciais, fruto de exames e cruzamento de dados realizados no âmbito da própria CPI.

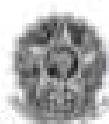
Com isso, tem-se a convicção de que, a partir da adequada resposta a essas 13 indagações, alcançar-se-á, certamente, uma percepção mais acurada e abrangente acerca desse trágico episódio de corrupção que se abateu sobre a maior empresa brasileira, a PETROBRAS.

Seguem as indagações que o presente voto em separado tenta responder:

01) O Governo sabia do esquema de corrupção?

Neste capítulo do voto em separado, ao longo de quase 70 páginas, são apresentados diversos argumentos, lastreados em depoimentos, documentos e análises, no sentido de demonstrar que o Palácio do Planalto tinha, sim, conhecimento do esquema de corrupção que foi montado na PETROBRAS. Ademais, as análises buscam evidenciar que o Governo foi beneficiário, direto ou indireto, desse modelo de gestão sustentado em atos de corrupção. Por fim, são expostos argumentos e documentos que permitem sustentar o entendimento de que o esquema de corrupção da PETROBRAS atendia aos interesses do Palácio do Planalto.

(...) Outras análises existem e são desenvolvidas, detalhadamente, ao longo de todo o voto em separado, a exemplo do episódio que trata da nomeação de



Paulo Roberto Costa e da estratégia de antecipação dos investimentos da estatal petrolífera, que são abordados no capítulo 02. Do mesmo modo, quando são tratadas questões relativas a doações eleitorais, nos capítulos 05 e 07, respectivamente, e nos casos envolvendo a empresa SBM Offshore e a refinaria de Pasadena, ambos desenvolvidos no capítulo 10.

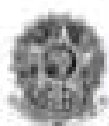
Desse modo, após análise de todos os fatos expostos no voto em separado, especialmente no seu capítulo 01, não restam mínimas dúvidas de que a gestão corporativa da PETROBRAS, após o ano de 2003, foi colocada à disposição de um projeto de poder do Partido dos Trabalhadores e, por consequência, do Palácio do Planalto, onde ambos se locupletaram, tanto do esquema de corrupção montado na estatal, em razão da aparente "governabilidade", conquistada a base de propinas, quanto da política de preços dos combustíveis e da estratégia de antecipação dos empreendimentos da companhia, pelo caráter populista e eleitoral que irradiavam na sociedade brasileira naquele período.

Fazendo uso das palavras da própria Polícia Federal, atenta que está ao aspecto político dos acontecimentos, "(...) a presente investigação não pode se furtar de trazer à luz da apuração dos fatos a pessoa do então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que, na condição de mandatário máximo do país, pode ter sido, sim, beneficiado pelo esquema em curso na PETROBRAS, obtendo vantagens para si, para o seu partido, o Partido dos Trabalhadores, ou mesmo para o seu Governo, com a manutenção de uma base de apoio partidário, sustentada à custa de negócios ilícitos na refenda estatal".

(...)

De acordo com a defesa técnica de um dos empresários", Almada diz: "(...) O pragmatismo nas relações políticas chegou a tal dimensão que o apoio no Congresso Nacional passou a depender da distribuição de recursos a Parlamentares. (...) foi escolhida para a geração desses montantes necessários à compra da base aliada do Governo e aos cofres das agremiações partidárias (...)" — conforme foi dito por Almada.

"Portanto, respondendo as indagações que inauguram o capítulo 01 do voto em separado, resta evidenciado que, primeiro, o Palácio do Planalto tinha pleno conhecimento do esquema de corrupção montado na PETROBRAS. Segundo, tanto



o Governo do ex-Presidente Lula quanto o da atual Presidente Dilma Rousseff foram beneficiados, direta e indiretamente, desse esquema de corrupção. Terceiro, o esquema de corrupção instalado na PETROBRAS atendeu, sim, aos interesses do Governo.

02) Por que a corrupção se instalou na PETROBRAS?

(...)

Ao longo de quase 170 páginas, são apontadas as principais fragilidades que foram identificadas no curso das investigações, muitas delas, suspeita-se, propositais, e que facilitaram a atuação tão desenvolvida da organização criminosa na estatal petrolífera.

Nesse contexto, são analisados aspectos relacionados ao processo de indicação de dirigentes para a PETROBRAS, à estratégia de antecipação dos empreendimentos da companhia, aos procedimentos vinculados ao sistema de licitação de contratação da estatal (...).

(...)

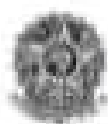
As análises realizadas no capítulo 02 do voto em separado mostram que as indicações dos diretores apanhados na Operação Lava-Jato passaram, sim, pelo crivo do Palácio do Planalto, mais especificamente do ex-Presidente Lula, e foram referendadas pelo Conselho de Administração da PETROBRAS, presidido, à época, pela atual Presidente Dilma Rousseff.

(...)

Quanto à estratégia de antecipação dos empreendimentos, (...) penalizou a PETROBRAS em duas frentes: primeiro, permitiu a acomodação dos percentuais de destinação política dentro das propostas de preço apresentadas pelas contratadas. Segundo, potencializou a necessidade de "ajustes" durante a execução do contrato. E, pior, tudo indica, para atender ao calendário eleitoral!

(...)

Pois bem, ante todo o exposto (...), a única conclusão possível é que, primeiro, a antecipação de obras por parte da PETROBRAS, sem a adoção dos cuidados necessários, viabilizou, sim, as brechas para atuação das empresas nesse esquema de corrupção; segundo, que, se os projetos básicos fossem mais bem elaborados, a PETROBRAS poderia trabalhar com uma margem mais estreita na



relação do orçamento básico, podendo ter contratações mais econômicas; terceiro, que a antecipação de obras, feita de uma forma meio que improvisada e sem planejamento adequado, foi o pano de fundo de todo esse esquema de corrupção; quarto, que toda Diretoria Executiva da PETROBRAS deve responder pelos danos causados à companhia, em razão dessa decisão de antecipar os empreendimentos; e, quinto, que a estratégia de se antecipar o cronograma das refinarias também buscou atender a interesses político-eleitorais, notadamente do Palácio do Planalto.

(...)

Portanto, em que pese o respeito e consideração ao entendimento do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, quando ele diz que "(...) A PETROBRAS foi vítima de criminosos que sacaram contra o seu patrimônio. É bom que se diga e que se reafirme. Essa empresa foi vítima de atuação cruel de criminosos que alcançaram o seu patrimônio (...)", tem-se uma compreensão diametralmente oposta, no sentido de que a PETROBRAS, ao invés de vítima, foi, sim, um instrumento colocado à disposição de uma organização criminosa para permitir e perpetuar o grupo político no poder".

Essa é a conclusão.

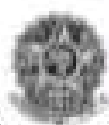
"03) A Diretoria e o Conselho são responsáveis?"

Essa é a pergunta. Depois de mais... São 40 páginas que foram apresentadas, "depoimentos, documentos e análises que sustentam, de forma cabal, a responsabilidade dessas duas instâncias de gestão da companhia".

(...) não há sombra de dúvida de que a responsabilidade, para além de alcançar, individualmente, todos aqueles que estiverem envolvidos com o esquema de corrupção que se abateu sobre a PETROBRAS, deve ser compartilhada, subsidiariamente, com os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da PETROBRAS, no período compreendido entre 2013 e 2014.

Ademais, os agentes políticos responsáveis pela indicação dos diretores apanhados na Operação Lava-Jato, incluídos aqueles que ocupavam cargos no Palácio do Planalto, devem, igualmente, ser responsabilizados de forma solidária, pois, além de cientes do esquema de corrupção que existia na estatal petrolífera, pesa sobre eles a responsabilidade pela culpa em vigiá-los e em elegê-los.

(...)



04) A corrupção ficou restrita aos dirigentes da PETROBRAS?

(...)

Resumindo, depois de "análise detida dos depoimentos e documentos (...) havia, sim, uma espinha dorsal dentro da PETROBRAS, que se iniciava na Presidência do Conselho de Administração, passava pela Diretoria Executiva e Presidência da Companhia, alcançava alguns diretores e respectivos gerentes executivos e irradiava-se pela estrutura da estatal por intermédio de alguns membros do Jurídico e da gerência média da empresa (...).

(...)

05) Os favorecidos sabiam da origem ilícita dos recursos?

(...) quase cem páginas de análises" sobre esse tema "(...) os agentes políticos beneficiados por esse gigantesco esquema de corrupção que se abateu sobre a PETROBRAS detinham pleno conhecimento acerca da origem espúria dos recursos que recebiam.

Ressalte-se, por relevante, que as falsas "doações" eleitorais e partidárias nada mais são do que propinas dissimuladas, pois fruto do esquema de corrupção que foi montado na PETROBRAS.

Ora, se são realmente doações espontâneas, registradas no TSE, conforme o próprio Vaccari, reiteradamente, alega, por que motivo a cobrança, conforme explicitado nos autos? Não restam mínimas dúvidas de que se trata, sim, de propinas dissimuladas na forma de "doações". Ademais, Vaccari Neto tinha pleno conhecimento da origem espúria dos recursos. (...)"

Transcrevo aqui, Sr. Presidente, citações do Ministério Público.

"Pois bem, confirmado está que o Partido dos Trabalhadores foi beneficiário de propinas do esquema criminoso de corrupção montado na PETROBRAS, recebendo-as de maneira dolosa, pois travestidas de falsas "doações" eleitorais e partidárias. Ademais, tudo indica que os membros do mencionado partido tinham plena consciência da origem espúria dos recursos.

Desse modo, evidenciado está, também, que a legislação eleitoral foi brutalmente infringida, inclusive no pleito de 2014, exigindo do Tribunal Superior Eleitoral — TSE a adoção das providências legais pertinentes, sob pena de a democracia brasileira sofrer um dano irreparável.



(...) não restam mínimas dúvidas de que parcela expressiva dos membros do Congresso Nacional se locupletou, conscientemente, do esquema de corrupção que foi montado na PETROBRAS. (...)

06) Qual a estrutura operacional do esquema?

(...) apresentou contornos de verdadeira organização criminosa, pois claramente estruturada e hierarquizada, onde tarefas e linhas de comando estavam muito bem estabelecidas.

(...) Resumidamente, tal organização criminosa possuía cinco núcleos distintos, porém conexos entre si, a saber: núcleo operacional, núcleo público, núcleo privado, núcleo político e núcleo externo.

(...) em termos funcionais, havia um sexto núcleo, que estava localizado externamente ao ambiente da PETROBRAS, mas que era responsável pelas decisões estratégicas da mencionada organização criminosas. Esse sexto núcleo recebeu o nome de Núcleo Estratégico e ficava localizado, justamente, no Palácio do Planalto.

(...)

07) Como a corrupção foi institucionalizada?

(...)

Após análise (...) resta claro que a PETROBRAS serviu como uma luva à prática delituosa, pois reunia todas as condições para que o desvio de recursos ocorresse de maneira aparentemente "legal", como se estivesse, realmente, institucionalizado.

(...) o sobrepreço praticado para atender às destinações políticas foi tratado como mais um item de custo a ser suportado pela PETROBRAS (...). Por isso se conseguiu levar por tanto tempo essa corrupção.

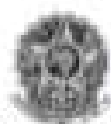
"(...)

08) Quando o esquema de corrupção teve início?

(...)"

Ficou muito clara "a ocorrência de registros pontuais e isolados de atos de corrupção a partir dos anos de 1997/98 (...).

Todavia, os autos também demonstram que o proceder delituoso, inicialmente pontual e de caráter pessoal, evoluiu, a partir de 2003, para uma prática



institucionalizada e sistemática (...), vindo a alcançar níveis inimagináveis após o ano de 2008, (...)”

Portanto, “as propinas arrecadadas antes de 2003 estavam dentro de um contexto totalmente diferente daquilo que foi desvendado pela Operação Lava-Jato, onde uma organização criminosa, com estrutura bem definida, hierarquizada, com papéis muito bem estabelecidos, foi montada com o objetivo de financiar uma estrutura de poder.

(...)

09) Quanto foi desviado no esquema de corrupção?

(...)”

A própria PETROBRAS reconhece 6 bilhões de reais; a Polícia Federal, 20 bilhões de reais.

“Portanto”, quero dizer que “a única certeza a que se pode chegar, independentemente do valor que se vier a apurar, é que o Partido dos Trabalhadores foi o principal beneficiário do butim criminoso. Isso é facilmente constatado a partir dos depoimentos colhidos no curso das investigações.

10) A corrupção era generalizada?”

Também tratamos disso em mais de cem páginas.

“(...)”

Percebe-se, portanto, após a análise dos depoimentos e documentos acostados aos autos, que o esquema de corrupção que foi montado na PETROBRAS era sistemático, automático, institucionalizado nas Diretorias de Abastecimento, de Serviços e Internacional. Todavia, era generalizado quanto ao universo de contratos alcançados, em razão do protagonismo da Diretoria de Serviços na condução do processo de contratação (...).

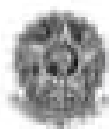
11) A atuação do cartel (...)”.

Fica caracterizada também.

“12) Quais as consequências para a PETROBRAS?”

Todo o mundo viu.

(...) Se o “petro|ão” foi responsável por uma perda de cerca de 6 bilhões de reais, a política de preços da PETROBRAS trouxe perdas de “mais de “60 bilhões de reais”, segundo Paulo Roberto Costa.



"(...)".

13) Quais as medidas corretivas necessárias?"

Tratamos disso e apresentamos algumas propostas.

E os encaminhamentos? Fazemos aqui, então, o encaminhamento.

Primeiro, antes de fazer o encaminhamento, nós temos aqui a questão da investigação, porque é matéria constitucional. Já existe voto do Supremo, do próprio Ministro Teori Zavascki, quando analisou a questão citada. Tem aí a matéria que foi julgada. E é possível, sim, investigar. Não se pode processar, mas, sim, investigar.

Em razão disso, Sr. Presidente, vou passar rapidamente — quero que V.Exa. considere este voto como lido — para as considerações finais, para o enquadramento.

"(...)".

Feitas essas considerações iniciais, seguem os encaminhamentos:

I. Quanto ao núcleo estratégico da organização criminosa (...)".

Cito aqui os capítulos e as leis, indicando instauração de inquérito policial em face de: Luiz Inácio Lula da Silva; Dilma Vana Rousseff; José Dirceu de Oliveira e Silva; Antonio Palocci Filho; Guido Mantega; Gilberto Carvalho; Ideli Salvatti; Edinho Silva; Edison Lobão; Silas Rondeau.

Tendo em vista os elementos fáticos, o encaminhamento é de instauração de inquérito civil em face de: Luiz Inácio Lula da Silva; José Dirceu de Oliveira e Silva, Antonio Palocci Filho; Guido Mantega...

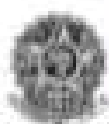
(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Izalci.

Passo a palavra ao próximo Líder, o Deputado Rubens Bueno, que está inscrito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, peço mais tempo apenas para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, eu dei esse tratamento ao Deputado Ivan Valente e darei o mesmo tratamento a V.Exa., levando em consideração — é claro que hoje é um dia importante — que o tempo dado por este Presidente foi o bastante e, com certeza, deu condição a V.Exa. de fazer tão bem, como acabou de fazer, a explicação.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu pedi a V.Exa. que dê o voto como lido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Será dado como lido.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Aqui está a identificação de todos os núcleos, com as respectivas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendido, nos termos regimentais.

Com a palavra o Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, eu estava lendo a lista de inscrição da sessão passada. Eu me inscrevi pela Liderança e lembro que estava posicionado logo após o Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, V.Exa. está inscrito...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, e quanto à lista de inscrição feita hoje?

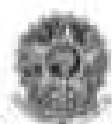
O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou explicar a V.Exa. o que nós estamos fazendo.

Quando o Parlamentar figura como Líder do seu partido nesta Comissão e pede para adicionar o tempo de Liderança ao seu tempo na ordem de inscrição, nós o estamos adicionando. Quando o Parlamentar pede para fazer uso da palavra como Líder e sua vez pela ordem de inscrição ainda não chegou, não é possível fazer isso, porque nós estaríamos desrespeitando a ordem. O que estamos fazendo aqui é juntar, quando o nome é chamado, o tempo de Líder.

Se V.Exa. quiser falar como Líder do PMDB, falará agora, assim como o Deputado Rubens Bueno, que solicitou a palavra pela Liderança do PPS.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - E quanto à lista que foi feita no início? É a mesma?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, a lista nós vamos respeitar. Para V.Exa. ter uma ideia, estão na lista: Deputado Ivan Valente, que já falou; Deputado Izalci; Deputado Antonio Imbassahy, que abriu mão da palavra para falar depois; Deputado Edio Lopes, que está inscrito desde a semana passada; Deputado Bruno Covas; Deputado Augusto Coutinho; Deputado Carlos Marun; Deputado Delegado Waldir; Deputada Eliziane Gama; Deputado Félix Mendonça Júnior; Deputado Valmir Prascidelli; Deputado Jorge Solla; Deputado João Carlos



Bacelar; Deputado Leo de Brito; Deputado Kaio Maniçoba; Deputado Célio Silveira; Deputado Aluisio Mendes; Deputado Amaldo Faria de Sá; Deputada Maria do Rosário; Deputado Silas Câmara; Deputado Altineu Côrtes; Deputado Alberto Filho; Deputado Fernando Monteiro; Deputado Edmilson Rodrigues; Deputado Wadih Damous; Deputado Moses Rodrigues.

Esses são os inscritos como membros.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu gostaria de falar, logo após o Deputado Rubens Bueno, pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendido, nos termos regimentais.

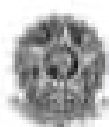
O Deputado Rubens Bueno solicita a palavra como Líder, o que é regimental. V.Exa. tem a palavra para falar por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, nós recebemos, decepcionados, a íntegra do relatório do Deputado Luiz Sérgio, desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Relator culpou os empreiteiros e os maus servidores pelo assalto comprovado à PETROBRAS e concluiu que não houve corrupção institucionalizada na PETROBRAS. Segundo ele, a corrupção foi pontual, tanto é que, no Capítulo I, às páginas 43 a 72, ele se dedica a "comprovar" — entre aspas — que não houve corrupção sistêmica na PETROBRAS a partir de 2003, mas que a corrupção já se havia instalado há muito e que a população só soube disse porque o Governo não engaveta nada e deixa a Polícia Federal investigar tudo. Aliás, esse é um discurso repetitivo do PT, não é? (Riso.) É até motivo de riso.

Cita Paulo Francis e Ricardo Semler para justificar que Barusco e todos os empreiteiros e operadores mentem, quando dizem que a corrupção começou no Governo Lula.

Ele manteve no relatório, Sr. Presidente, na minha opinião, a estratégia adotada durante todas as CPIs: dizer que o PT apenas repetiu um procedimento que era praxe dentro da empresa. Foi assim na CPMI, e continua assim. Não aconteceu nada na PETROBRAS. Aliás, se for mais longe no relatório, o Relator vai derrogar os atos do Juiz Sérgio Moro e tirar da cadeia os grandes líderes do PT.



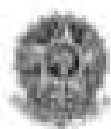
Ainda nessa linha, tentou escamotear fatos graves. No Capítulo II, às páginas 73 a 96, o Relator tratou da SBM Offshore e descreveu a oitiva de Jonathan Taylor, ex-executivo da SBM, ocorrida em Londres. Este admitiu o pagamento de propinas da PETROBRAS e citou Júlio Faerman como o homem da SBM junto à PETROBRAS. Taylor afirmou categoricamente que a CGU já sabia dos desvios relativos à SBM desde fevereiro de 2014, porém retardou as investigações e a liberação das informações sobre esses desvios até o fim do pleito de 2014.

Apesar da confissão, o Relator, aparentemente, preferiu não dar muita importância a essas informações. Em vez de aprofundar essas investigações, preferiu defender o Ministro Jorge Hage, concluindo que a afirmação de Taylor, no sentido de que a CGU teria atrasado as apurações dos fatos devido ao processo eleitoral, simplesmente não se sustenta. Mais uma vez, o Relator defendeu o indefensável, Deputado Imbassahy.

Outras incongruências do relatório merecem ser ressaltadas. No tocante à atuação do Banco Central do Brasil no que tange à remessa de valores ao exterior, o Relator limitou-se apenas a "recomendar", entre aspas, que o Banco Central adote medidas, tais como auditoria especial para fiscalizar as operações relativas ao Delta Bank no Brasil. Ou seja, para o Relator, os bilhões de dólares que saíram ilegalmente do País, nas barbas do Banco Central, não têm importância alguma, apenas o dinheiro enviado pelo Delta Bank.

Esse é o relatório, à pág. 541.

Em relação aos dados interceptados e às mensagens obtidas da BlackBerry, no Canadá, tem-se a impressão de que o Relator se preocupou apenas com o método utilizado para recebê-los. O conteúdo das mensagens nem sequer foi objeto de sua análise. O Relator empenhou-se tanto em desqualificar a Polícia Federal — é sempre assim o discurso petista: desqualificar o Juiz Sérgio Moro, desqualificar o Ministro Joaquim Barbosa, desqualificar a Polícia Federal —, que se esqueceu, como disse, de solicitar o teor das mensagens. E, mais absurdo, o Relator recomenda que a PGR instaure os devidos procedimentos legais para investigar justamente aqueles que estão passando o País a limpo: os policiais da Operação Lava-Jato. Estes estão passando o País a limpo, mesmo com a tentativa de desqualificação do PT e do seu Relator.



Por fim, no Capítulo XVIII, com indiciamentos à página 737, o Relator diz que não vai indiciar ninguém, ignorando solenemente os quatro sub-relatórios, que indiciam dezenas de pessoas! Esta CPI escolheu quatro sub-relatores, e foram ignorados solenemente os relatórios destes, que trabalharam para produzir e dar a ele embasamento para o relatório final.

Qual será a razão pela qual o documento, o relatório apresentado, se tornou uma verdadeira colcha de retalhos? Disse o Relator: *"A mais importante conclusão da CPI é que a PETROBRAS foi vítima de um cartel de maus fornecedores"*. É mais uma grande piada, um fiasco. No entanto, omitiu o fato, hoje notório, de que o Planalto loteou as diretorias da maior estatal entre partidos aliados, dando-lhes salvo-conduto para roubar — para roubar!

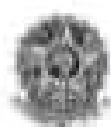
Além de não apresentar absolutamente nada de substancial, o Relator teve o desplante de criticar a força-tarefa da Operação Lava-Jato! Criticou a Operação Lava-Jato e o Juiz Sérgio Moro pelo excesso de delações premiadas.

Nós votamos, em 2013, uma lei importante para colocar o Brasil, perante o mundo, como algo civilizatório, para entrar em quadrilhas, organizações criminosas e, dentro delas, destruí-las. Esse é o objetivo da delação premiada! E, efetivamente, a posição do Relator é contrária a isso.

E foi mais: às páginas 27 a 41, o Relator se dedica a desconstruir a delação premiada de Alberto Youssef. Ele cita o caso do BANESTADO para tentar diminuir a importância e a fidedignidade da delação de Youssef, com o intuito de desqualificar a Operação Lava-Jato, que foi desencadeada a partir da homologação desse primeiro acordo com o Ministério Público.

É bom lembrar que, no desenrolar dos fatos, tudo que Youssef disse acabou sendo comprovado, inclusive aquela famosa ida à frente da revista *Veja*, em São Paulo, na véspera da eleição. Aquilo que Youssef falou foi comprovado. Quem foi à frente da *Veja* na véspera da eleição foi exatamente para dar o golpe do maior estelionato eleitoral da história do País.

É acintoso, ainda, quando o Relator tenta esconder os fatos que mais atentam contra a democracia, porque uma parte substancial do superfaturamento dos preços dos contratos praticados na PETROBRAS se transformou em doação oficial de campanha, registrada na Justiça Eleitoral por alguns partidos e seus candidatos,



como nas últimas três eleições majoritárias à Presidência da República. Esse dinheiro, que irrigou as campanhas de Lula e Dilma, respectivamente, é dinheiro de propina, roubado da PETROBRAS. Em outras palavras, omitiu que os criminosos usaram a Justiça Eleitoral para lavar dinheiro sujo, arrancado dos cofres da PETROBRAS.

As conclusões da Polícia Federal e da Procuradoria seriam superficiais, segundo o Relator, porque desconsideraram o fato de as empreiteiras terem doado dinheiro para candidatos de outros partidos, entre eles PT e PSDB. Contudo, esse discurso não mais engana a sociedade, porque é um discurso cínico. Esse é um discurso cínico, tentando generalizar a prática de doação de verbas de má origem, fruto de corrupção. É para combatê-la, e não para institucionalizá-la.

E foi além: antes mesmo do término da Lava-Jato, sustentou que não há como impor nenhum tipo de responsabilidade aos ex-Presidentes da PETROBRAS, notadamente ao Sr. Sergio Gabrielli, um cabo eleitoral do PT, que foi lá para fazer o serviço em nome da organização criminosa.

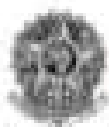
Também considera reprovável atribuir qualquer tipo de responsabilidade ao ex-Presidente Lula e à Presidente Dilma. Mas tudo começou quando ela era Ministra de Minas e Energia, Presidente do Conselho da PETROBRAS, Chefe da Casa Civil e Presidente da República.

E foram demitidos os diretores recentemente, e demitidos com louvor, eles estão presos. Foram demitidos pelo Governo do PT com louvor, e estão presos. Foram demitidos recentemente!

Na verdade, este relatório atenta contra a inteligência dos brasileiros e depõe contra a imagem desta Casa, que, por muitas razões, já se encontra com a imagem negativa, como todos nós sabemos.

Este relatório também afronta os membros da CPI, especialmente seus Sub-Relatores, que trabalharam para oferecer conteúdo, oferecer dados, informações, para ajudar no relatório do Relator.

Há 5 dias foi divulgado que Fernando Soares, o Fernando Baiano, afirmou em um dos seus depoimentos que efetuou o pagamento de 2 milhões de reais que teria como destinatário a nora do ex-Presidente Lula. Segundo ele, o pagamento foi feito a pedido de Bumlai, o amigo do Lula, que tinha as portas abertas no Palácio do



Planalto e no Palácio da Alvorada. É amigo do Lula: *"Este aqui tem entrada livre. Aqui não existe nenhum tipo de critério para poder atendê-lo"*. E o dinheiro também foi subtraído da PETROBRAS, segundo Fernando Baiano.

Há algumas horas, ainda há pouco, na Justiça Federal houve nova denúncia contra Marcelo Odebrecht. No aparelho celular do empresário, os investigadores descobriram mensagens cifradas com supostas estratégias contra a Lava-Jato. Houve sofisticação no cometimento desse crime, porque, ao efetuar tais anotações em seu aparelho celular, ele lançou mão de acrônimos, siglas e também palavras cifradas. No entanto, a decodificação permitiu depreender que o próprio Odebrecht, o Sr. Marcelo, e outros executivos da empreiteira detinham pleno conhecimento e controle sobre as operações de lavagem de dinheiro da Odebrecht no exterior, em larga medida, por intermédio de contas situadas na Suíça.

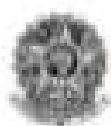
Portanto, Sr. Presidente, eu queria estar aqui defendendo a prorrogação desta CPI, como quero. Defendemos a prorrogação da CPI. Nós assinamos requerimento do Deputado Ivan Valente e o apresentamos em plenário para prorrogação da CPI. Por que isso? Porque é preciso passar o Brasil a limpo, e a Câmara não pode abdicar do seu papel de investigar atos do Governo, como estes que estão sendo investigados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Rubens Bueno.

Como nós temos que cumprir o Regimento Interno da Casa, tenho agora que sobrestar esta discussão, diante do início da Ordem do Dia, voltando com a discussão e votação do relatório após o término da Ordem do Dia na tarde/noite de hoje.

Então, eu peço aos Srs. Parlamentares a devida vênia para que entendam que este Presidente tem que cumprir, tem que obedecer a esse rito regimental. Nós temos agora que suspender os trabalhos e retomar ao final da Ordem do Dia, ainda na noite de hoje.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Questão de ordem, Presidente: independentemente do final da Ordem do Dia, nós iremos reiniciar os trabalhos, ou, dependendo do final da Ordem do Dia, nós iremos começar amanhã novamente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, nós iremos *a priori* reiniciar ainda os trabalhos na noite de hoje.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão a V.Exa.

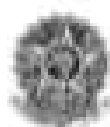
O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Considerando que por vezes acontece de a Ordem do Dia ir até bastante tarde, nós poderíamos estabelecer um horário limite, já previamente combinado, para que, se a Ordem do Dia não encerrasse até determinado horário — V.Exa. poderia sugerir-lo —, nós reiniciássemos amanhã os trabalhos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Era o que eu ia sugerir antes de o Deputado Valmir me interromper.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não poderei atender os amigos. Inclusive já peço desculpas por não poder atendê-los, porque eu quase sempre os atendo. Não tenho dúvida de que V.Exas. irão me entender neste momento, porque eu tenho aqui 28 Deputados membros para discutir — cada um falará 15 minutos, no mínimo; tenho mais sete Líderes, de 15 minutos cada um, e tenho mais três não membros, de 10 minutos cada um. Se eu deixo para discutir amanhã, provavelmente não haverá quórum para votarmos o relatório, porque o prazo limite é a próxima sexta-feira, e nós teremos uma discussão demasiadamente longa. Começando a Ordem do Dia também amanhã, tendo que ser suspensa a reunião, voltamos à tarde.

Eu sei que aqui todos os Parlamentares geralmente voltam para os Estados já na quinta-feira à tarde ou início da noite. Então, nós vamos ter que mais uma vez fazer o esforço físico para podermos já começar a discutir na tarde/noite, na noite de hoje, porque a tarde já vai se encerrando, para que possamos adiantar esta discussão. Em não havendo acordo para que esse tempo seja reduzido, porque todo mundo aqui quer falar 15 minutos, 30 minutos, eu tenho que atender ao que é regimental. Se houvesse um acordo para cada um falar 5 minutos... Mas ninguém quer abrir mão de tempo. Aqui o pessoal fala 30 minutos, e ainda fica querendo mais. Então, eu entendo que cada um quer falar e darei o tempo regimental.



Agora, ou eu priorizo e agilizo os trabalhos, ou a CPI não deliberará no tempo correto o relatório do Deputado Luiz Sérgio. Eu peço a devida vênia para que V.Exas. me entendam.

O Deputado Marun é o primeiro inscrito e irá falar assim que a Ordem do Dia for encerrada na noite de hoje. S.Exa. estreará na nossa volta, fazendo a sua fala pela Liderança do PMDB.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Serei o orador da madrugada, pelo jeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. com certeza abrihantará a noite, a madrugada nesta Casa, com seus discursos efusivos e brilhantes.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Positivo. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, só quero fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Se V.Exa., com acordo de todos os Parlamentares, marcar para amanhã, às 7 horas da manhã... (Risos.) Acho que é melhor acordar cedo do que dormir tarde. Os espíritos estarão mais bem preparados.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Presidente, eu apoio aqui a opinião do Deputado Delegado Waldir: às 7 horas, aqui, amanhã.

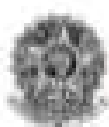
O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu entendo. Conheço de perto a noite brasiliense, mas hoje ela será aqui, prestigiada por todos nós na Casa.

Com a palavra o Deputado Félix Mendonça Júnior.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Presidente, a sugestão seria a seguinte: que hoje fizéssemos todas as discussões — então, todo mundo que viesse hoje estaria aqui para as discussões —, e amanhã já iniciáramos a reunião para votação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso nós podemos resolver mais tarde. No momento correto, podemos chegar a um acordo desse tipo.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero só deixar claro que a decisão deste Presidente é no seguinte sentido: eu não deixarei a discussão para o dia de amanhã. A discussão será feita na noite de hoje. A decisão está tomada e não será revista.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - É uma decisão acertada, Presidente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu queria mais uma vez perguntar a V.Exa., Sr. Presidente, se regimentalmente é inviável que continuemos a discussão, sem a votação, durante a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, não é viável porque nós já começamos a discutir, e a discussão, segundo informação da Secretaria da CPI, faz parte da votação. Então, nós estamos discutindo a votação a que iremos proceder hoje ou amanhã, mas ela já faz parte do rito de votação. Assim, eu sou obrigado pelo Regimento a suspender os trabalhos.

Temos aqui o art. 46, no seu § 1º:

"Art. 46

§ 1º *Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional."*

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Nem havendo acordo entre todos os Deputados presentes?

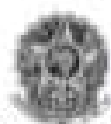
O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Até por mim, eu queria que a discussão fosse continuada para que pudéssemos aqui exaurir todas as...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, mas em várias oportunidades...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Exa. inclusive disse isso ontem. Nós ontem acordamos...

(Não identificado) - Nós já fizemos isso aqui!

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Presidente, V.Exa. toma uma atitude acertada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Acordamos, mas o acordo foi barrado pelo Regimento (riso), e cabe a nós cumprir o Regimento.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Presidente, o Regimento pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Jorge Sollá está com a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Eu acho que o Regimento pode ser substituído por um acordo de todos os membros da CPI. Se fizer a conta aí... Eu fiz uma conta rápida... Presidente, eu fiz uma conta rápida aqui de cabeça: são mais de 11 horas — mais de 11 horas — que nós vamos precisar para cumprir essa relação de inscritos que V.Exa. listou aqui com os tempos respectivos. Então, mesmo que voltemos depois da Ordem do Dia e comecemos amanhã às 7 horas, não vamos dar conta, se não levamos a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso levará os inscritos a serem mais concisos, visando ao bom funcionamento da CPI. Eu não desrespeitarei o Regimento.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Presidente, V.Exa. está certo. Aqui, Presidente, V.Exa. está adotando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Paulo Magalhães, a quem cumprimento com toda a deferência.

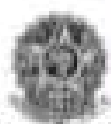
O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Quero agradecer a cortesia. Como sempre, V.Exa. adota um posicionamento correto, e nós estamos aqui para cumpri-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., deixando aqui agora suspensos os trabalhos. E conto inclusive com a presença de todos os membros, titulares e suplentes, da imprensa aqui presente e dos assessores, para que, assim que a Ordem do Dia seja encerrada, retomemos os nossos trabalhos com toda a disposição e todo o vigor para encerrarmos a nossa CPI. Até já.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está reaberta a discussão.

O Deputado inscrito para fazer uso da palavra, pela Liderança do PMDB, é o Deputado Marun. Eu indago ao Deputado Marun — peço a atenção do Deputado Marun...



Nós temos aqui dois requerimentos de pedido de encerramento da discussão. Esses requerimentos poderão ser votados depois do uso da palavra por pelo menos dez Parlamentares.

V.Exa. pediu a palavra como Líder e também está inscrito como membro. Eu tenho que ouvir dez Deputados inscritos para discutir, para que eu possa deliberar sobre o requerimento de encerramento da discussão. A pergunta que eu faço a V.Exa. é se V.Exa. mantém o pedido para usar a palavra pela Liderança. Se assim o fizer, eu lhe darei a palavra, só que não poderei contar V.Exa. como um Deputado que está discutindo, porque V.Exa. estará falando como Líder do PMDB.

Então, a indagação que faço a V.Exa. é se V.Exa. poderia aguardar para falar como membro, já que V.Exa. é o oitavo inscrito. Eu ainda estou no terceiro, mas, se V.Exa. quiser usar a palavra...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu sou compreensivo até com as intenções de V.Exa. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, é porque...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Mas me perdoe a...

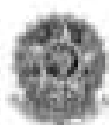
O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sem nenhum problema. V.Exa. tem até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu até abro mão da próxima... Está aqui o meu colega ao lado, o Deputado Edio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 15 minutos para falar pela Liderança do PMDB.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, nobres pares, colegas que durante 8 meses se debruçaram sobre essa questão tão impactante para a vida brasileira, que é a questão da corrupção na PETROBRAS. E coube a nós, como membros desta CPI, desenvolver um trabalho que talvez muitos de nós até não desejassem.

Eu vou ser bem franco: não estive entre os meus pleitos participar da CPI. Deputado de primeiro mandato, não vim para cá com essa intenção de investigar — não sou policial, como é o colega — nem de julgar, porque também não sou juiz. Se tivesse pretensão de desenvolver essas duas atividades, eu teria prestado concurso ou para policial ou para juiz. Mas fui indicado pelo meu partido, e aqui tentei,



dediquei-me, esforcei-me em desempenhar esta atividade com obstinação, com o sentimento da importância do que estávamos fazendo, com o desejo de deixar esta CPI com a cabeça erguida de quem cumpriu o seu dever.

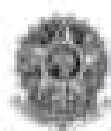
Nós nesse tempo recebemos apoios e enfrentamos bloqueios. Eu diria que apoios importantes foram o da população e o da equipe que assessorou a todos nós, a equipe da Câmara, a assessoria dos nossos gabinetes, das nossas Lideranças. Foi muito importante o apoio recebido dessas pessoas.

Enfrentamos bloqueios, e eu estou convicto de que o que mais obstaculizou os nossos trabalhos foram as decisões judiciais proferidas pelo STF, que permitiram que aqui viessem vários convocados ou convidados, portando até uma licença para mentir. Diz-se que o 007 — o James Bond — tinha da rainha uma licença para matar. O cidadão passava ali no STF, chegava aqui com a licença para mentir: ou ficava quieto ou, se quisesse, podia mentir — escolhia.

É claro que isso não nos agrada, mas, em conversa esses dias com um colega, ele disse: *"Marun, o STF, em princípio, faz cumprir as leis; nós fazemos as leis. Se aconteceram essas brechas, é porque as leis que nós fazemos não são suficientemente claras no sentido de garantir que a CPI e as CPIs tenham bom funcionamento"*.

Penso também que cometemos erros e cometemos acertos. Erramos e acertamos. Cometemos erros, acho, quando o colega Pansera, hoje Ministro, foi agredido pelo pusilânime delinquente Youssef, que aqui esteve. Penso que faltou solidariedade desta Casa. Só faltou ele ser aplaudido por muitos que aqui estavam. Quando, meus amigos e colegas, nós, Parlamentares, que aqui chegamos embalados pelos votos de milhares de brasileiros, entendemos como positivo e até normal que um delinquente do nível do Sr. Alberto Youssef sente aqui e aponte para um Deputado com aquelas palavras e achamos bonito, até soltamos risadinhas, podem ter a certeza de que nós não estamos trabalhando em prol do engrandecimento da nossa democracia.

Erramos, eu penso, quando especialmente o partido PSOL estabeleceu como uma obstinação, quase como o principal dos seus objetivos nesta CPI, atingir e incriminar o Presidente Eduardo Cunha, quando é fácil ver que, independentemente do que tenha acontecido — e não estou aqui realizando nenhuma defesa —, é



evidente que não se deve tratar o Presidente como um protagonista desse escândalo.

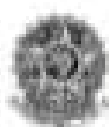
Erramos quando cedemos a algumas críticas que recebemos e não seguimos, de forma mais determinada, a questão da Dra. Catta Preta. Eu acho que, ali, nós encontramos um veio que iria permitir que nós descobríssemos coisas ainda não descobertas pela Lava-Jato. Ali, para mim, estava um caminho. A forma atabalhoada como ela encerrou as suas atividades, fechou o escritório e sumiu, simplesmente por ter recebido uma convocação desta CPI, para mim, foi um atestado de culpa. Ali havia algo, e não era pequeno, e nós, infelizmente, não... Erramos, eu penso, até porque se estabeleceu uma divisão aqui, e quase que nós termos convocado a Dra. Catta Preta foi colocado como uma tentativa de mascarar, de neblinar os fatos. Erramos! Passou, pelo meio das nossas pernas, um caminho que podia, sim, nos levar a coisas ainda não descobertas.

Mas também acertamos quando permitimos a publicização de muito do que foi aqui colocado, quando desistimos de competir com a Lava-Jato. Não adianta essa corrida, nós de Fusca, de Volkswagen, e a Lava-Jato em carro de Fórmula 1. Não havia como nós andarmos à frente, essa é uma realidade. Acho que acertamos também quando decidimos investir na melhoria da própria governança da PETROBRAS.

Assim, recebendo, com apoios e bloqueios, errando e acertando, chegamos aos momentos finais da nossa CPI, chegamos ao nosso relatório.

Agora, eu me dirijo ao Relator, falando do relatório. Eu li — e não consigo lembrar quem falou isso — que o sucesso depende mais da pequenez dos defeitos do que da grandeza das virtudes. Muitas vezes, o cidadão é bom nisso, é bom naquilo, é maravilhoso, mas é vadio e, por ser vadio, não avança; mas não consegue trabalhar em grupo. Tem todas as virtudes: fala inglês, francês, japonês, espanhol, tem um cérebro maravilhoso. Mas não consegue trabalhar em grupo. O defeito estabelece o limite.

E eu penso que o nosso relatório, que tem virtudes — tem virtudes o relatório —, vai ficar conhecido como fracassado, em função da grandeza dos seus defeitos. Tem grandes virtudes, mas tem grandes defeitos. E esses defeitos, para mim, vão conduzir o nosso relatório ao fracasso.



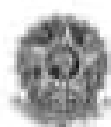
E querem que eu diga uma coisa? Nós não merecemos isso. Eu vou dizer que o povo brasileiro não merece? Não merece. Mas nós também não merecemos isso.

Você, Luiz Sérgio, não merece isso. Você está aí, quase num esforço sobre-humano, sacrificando sua saúde visivelmente, para trazer um relatório que, é evidente, escamoteia, um relatório que esconde, que tergiversa. Você não merecia isso, depois de todo o seu esforço em prol do andamento da CPI. Nós não merecemos isso!

Está aqui o nosso Presidente insistindo para que votemos, não querendo passar para a história como o Presidente de uma CPI que não conseguiu terminar. E somos todos tangidos a votar um relatório que não nos atende. E não estou aqui sendo pirotécnico; não estou aqui sendo pirotécnico. Entendo até que, pelo pouco aprofundamento promovido por nós em diversas investigações, nós temos muito pouca condição de indiciar alguém. Nós não investigamos a fundo nenhum agente político. Nenhum agente político foi investigado a fundo. Não aprofundamos. Não aprofundamos. Então, não podemos indiciar alguém se não aprofundamos. Essa é a realidade. Não podemos querer indiciar alguém porque é nosso adversário, porque é nosso inimigo, até porque inimigo não temos, temos adversários. Nós não aprofundamos suficientemente as investigações em relação aos agentes políticos.

Mas eu penso que este relatório precisava se aproximar um pouco mais daquilo que realmente aconteceu nesta CPI. E por isso é que fiz sugestões ao mesmo e, por isso, faço ainda um derradeiro apelo ao Relator, eminente e nobre Deputado Luiz Sérgio, para que altere esse relatório, não incorporando de pronto o que está sendo sugerido por A e B, mas fazendo com que ele caminhe de forma mais decidida no encontro com a verdade.

Quais são as nossas sugestões? 1- Que o relatório reconheça que houve uma corrupção sistêmica na PETROBRAS. Isso ficou mais do que comprovado aqui nas dezenas de depoimentos públicos. Todos sabem! Por que não reconhecer isso? Reconheça isso explicitamente nesse relatório! Nós não temos condições de indiciar culpados, porque não nos aprofundamos, mas isso tem que estar reconhecido neste relatório.



Quanto aos agentes políticos — e aí é a nossa segunda sugestão —, relacione todos aqueles que foram acusados, todos que foram acusados nos depoimentos daqueles que decidiram aqui falar, de todos os partidos. Mais de 50 foram aqui citados. Relacione-os. Diga em que depoimento foram citados, foram acusados, e coloque à disposição dos interessados as notas taquigráficas desses depoimentos. Não estaremos trazendo novidade nenhuma. Os depoimentos já foram transmitidos. Relacione-os e inclua-os, para que quem venha ler este relatório, daqui a 50 anos, não pense que isso não foi colocado.

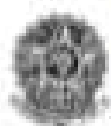
São as sugestões que eu faço. E faço mais uma — e aqui de comum acordo com o Deputado Altineu: que seja imediatamente revogado o Decreto nº 2.745, de 1998, que cria esse famigerado regime simplificado de contratação, que eu chamo de “convitão”. Temos que exigir a imediata revogação disto. Ora, uma licitação por convite, sem ter um teto? Isso tem que ser para comprar caneta, lápis, pequenos serviços, jamais para obras de bilhões de reais. Isso tem que ser imediatamente revogado, e que a PETROBRAS passe a trabalhar baseada na legislação existente, Lei nº 8.666, Pregão e RDC, que é o que vai restar dessa legislação.

Faça isso, meu querido! Aprendi a admirá-lo neste tempo de convivência com V.Exa. Estou sendo franco. Estou sendo franco. Vejo V.Exa. fisicamente abatido por essa responsabilidade, mas penso que V.Exa. — não é olho, não; isso aí é baixa resistência por causa do estresse — deve mexer no seu relatório, aproximá-lo da verdade, para que possamos todos concluir esta CPI votando um relatório mais autêntico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Carlos Marun, que falou pela Liderança do PMDB.

O Deputado Kaio Maniçoba pediu a palavra pela Liderança do PHS. V.Exa. tem até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO KAIO MANIÇOBA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria colocar meu pensamento com relação a este relatório que foi colocado hoje. Com todo o respeito que tenho ao Deputado Altineu, a todo trabalho feito por esta CPI, durante esses 8 meses, nós, que escutamos a sociedade, que escutamos os anseios do povo, esperávamos que este relatório pudesse ter algo novo, como



Quanto aos agentes políticos — e aí é a nossa segunda sugestão —, relacione todos aqueles que foram acusados, todos que foram acusados nos depoimentos daqueles que decidiram aqui falar, de todos os partidos. Mais de 50 foram aqui citados. Relacione-os. Diga em que depoimento foram citados, foram acusados, e coloque à disposição dos interessados as notas taquigráficas desses depoimentos. Não estaremos trazendo novidade nenhuma. Os depoimentos já foram transmitidos. Relacione-os e inclua-os, para que quem venha ler este relatório, daqui a 50 anos, não pense que isso não foi colocado.

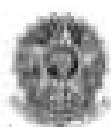
São as sugestões que eu faço. E faço mais uma — e aqui de comum acordo com o Deputado Altineu: que seja imediatamente revogado o Decreto nº 2.745, de 1998, que cria esse famigerado regime simplificado de contratação, que eu chamo de "convitão". Temos que exigir a imediata revogação disto. Ora, uma licitação por convite, sem ter um teto? Isso tem que ser para comprar caneta, lápis, pequenos serviços, jamais para obras de bilhões de reais. Isso tem que ser imediatamente revogado, e que a PETROBRAS passe a trabalhar baseada na legislação existente, Lei nº 8.666, Pregão e RDC, que é o que vai restar dessa legislação.

Faça isso, meu querido! Aprendi a admirá-lo neste tempo de convivência com V.Exa. Estou sendo franco. Estou sendo franco. Vejo V.Exa. fisicamente abatido por essa responsabilidade, mas penso que V.Exa. — não é olho, não; isso aí é baixa resistência por causa do estresse — deve mexer no seu relatório, aproximá-lo da verdade, para que possamos todos concluir esta CPI votando um relatório mais autêntico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Carlos Marun, que falou pela Liderança do PMDB.

O Deputado Kaio Maniçoba pediu a palavra pela Liderança do PHS. V.Exa. tem até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO KAIO MANIÇOBA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria colocar meu pensamento com relação a este relatório que foi colocado hoje. Com todo o respeito que tenho ao Deputado Altineu, a todo trabalho feito por esta CPI, durante esses 8 meses, nós, que escutamos a sociedade, que escutamos os anseios do povo, esperávamos que este relatório pudesse ter algo novo, como



vimos aqui durante esses meses, algo que sentíssemos que representasse a vontade das pessoas, uma resposta à sociedade.

Este relatório, infelizmente, deixa a desejar, deixa-nos com um sentimento de frustração, de vários meses de trabalho em que arduamente visitamos outras cidades, fomos ao juiz Sérgio Moro, fomos a Curitiba ouvir diversas pessoas, outras vieram aqui ser ouvidas, empresários, pessoas envolvidas na Lava-Jato.

Nós sabemos que esta CPI não tem o poder do Ministério Público, do juiz. Mas nós esperávamos que isso fosse feito de uma maneira mais clara, de uma maneira que pudéssemos dar uma resposta ao que o povo do Brasil esperava. As pessoas confiaram em nós, neste papel aqui de Vice-Presidente, e tínhamos que dar uma resposta clara. Nós não nos sentimos representados neste relatório.

Nós passamos aqui meses. Hoje nós abrimos o jornal e o que vemos é a frustração! Não que devamos nos limitar ao que os jornais dizem, mas temos que estar atentos às vozes das ruas, que hoje em dia é o que se clama, para que escutemos a realidade que o Brasil vem vivendo.

Então, nós não podemos deixar que isso aconteça. O que se coloca é que a CPI acaba num fim melancólico, acaba com a triste notícia de um relatório que não diz o que nós esperávamos, não diz o que a sociedade esperava.

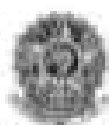
Portanto, Sr. Presidente, quero fazer este meu registro, mostrar este meu repúdio a este relatório. Infelizmente, é o que temos aqui colocado hoje, para que possamos votar, mas não era o que esperávamos. Não foi para isso que passamos 8 meses aqui arduamente trabalhando, diuturnamente. Sei do esforço de V.Exa. para que pudéssemos andar com esta CPI, mas quero deixar o registro aqui de que isso não foi o que esperávamos, não foi o que eu, como Deputado, como Vice-Presidente desta CPI, acreditei que seria feito.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Kaio Maniçoba.

Chamo o próximo inscrito, Deputado Edio Lopes. V.Exa. tem até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, dado o avançado da hora, obviamente o que nós queremos aqui é concluir a apreciação do relatório ou dos relatórios que serão apresentados.



Indago a V.Exa.: se eu abrir mão da minha fala, eu contaria entre aquele número de Deputados que obrigatoriamente teria que se manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já está contando, porque V.Exa. está fazendo uso do seu tempo. Então, V.Exa. já está contabilizado.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Então, nós abrimos mão da nossa fala, Sr. Presidente, para que possamos avançar na finalização dos trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Bruno Covas, próximo inscrito, que tem até 15 minutos.

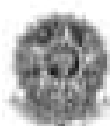
O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha, eu queria retomar aqui a fala do Deputado Izalci, que expôs, em nome da bancada do PSDB, as razões pelas quais apresentamos um voto em separado e vamos votar contrariamente ao parecer apresentado pelo Relator.

Infelizmente, o parecer do Relator foca, durante muitas de suas páginas, na tentativa de desconstituir o cerne da Operação Lava-Jato, que são as colaborações premiadas; tenta desconstituir, dizendo não terem credibilidade as pessoas que utilizaram esse instituto, como o Alberto Youssef e outras pessoas; tenta desacreditar a contribuição dada, por exemplo, pelo Jonathan Taylor, que foi um dos melhores depoimentos colhidos por esta CPI, cheio de documentos, e-mails, comprovando tudo aquilo que ele falava.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma metodologia antiga, de, ao invés de provar a falsidade do enunciado, tentar-se atacar a pessoa que faz o enunciado. Tenta-se afastar a veracidade dessas provas e desses depoimentos, tentando desacreditar essas pessoas.

O Relator chega, inclusive, a trazer aqui para o seu parecer conclusões da CPI do Banestado, como se fosse verdade que aquela CPI tivesse chegado a conclusões. O Relator chega a tentar, inclusive, desacreditar o Juiz Sérgio Moro, trazendo uma frase do Juiz Sérgio Moro, de 2007, na qual ele diz que doleiros não são fontes dignas de confiança.

Imaginem o Juiz Sérgio Moro, que hoje é reconhecido no Brasil todo como o grande responsável por esse fato de passar a limpo tudo isso que aconteceu,



infelizmente, na PETROBRAS, uma pessoa séria, competente, que merece todo o nosso respeito, e, infelizmente, vemos isso no voto do Relator!

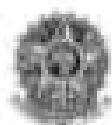
O Relator chega, inclusive, a colocar dentro do seu voto um parecer de um ex-Ministro do STJ, que foi feito por solicitação da defesa de um dos réus da Operação Lava-Jato, uma citação e uma argumentação que já foi, inclusive, invalidada pelo STF.

O Relator, infelizmente, insiste na tese das doações voluntárias, das doações espontâneas. Não percebe a coincidência, não percebe e não quer ver a relação entre as obras, os aditivos, as falhas nos projetos, o superfaturamento e as doações eleitorais.

Insiste, infelizmente, mais uma vez, nessa tese de que a corrupção é fruto do financiamento privado. A corrupção não é fruto do financiamento privado. A corrupção é fruto da propina, da molhadeira, do suborno, da benesse, da marjuba, do esquema, do jeitinho, da retribuição, da bola, do agrado, da caixinha, do "pixuleco". Esse é o principal problema a ser enfrentado; não colocar, para todo mundo saber o que está acontecendo, quem doa para a campanha de quem. O financiamento privado não é o culpado por esta propina toda, mas as pessoas que fazem parte desses esquemas.

O Relator chega a citar Barusco, dizendo que a propina vem desde 1997. Mas estranhamente não cita a fala do mesmo Barusco de que a partir de 2003 ela foi institucionalizada na PETROBRAS. O Relator chega a apresentar projeto de lei que proíbe a colaboração premiada de quem — abre aspas — "ostenta maus antecedentes". O Relator quer condenar as pessoas para sempre, não acredita na recuperação do ser humano, na possibilidade de as pessoas trazerem provas, mesmo tendo participado, infelizmente, de crimes. O Relator propõe inclusive tornar nulo o acordo de colaboração premiada quando o colaborador modifica o seu depoimento, como se não fosse possível, numa segunda tentativa, se lembrar melhor do que aconteceu. Isso é praticamente uma coação, fazendo com que as pessoas não possam fazer acordo de colaboração premiada, porque muitas vezes não se lembram, em primeira mão, do que aconteceu há 5, 6, 7, 10 anos.

O relatório, infelizmente, não traz o indiciamento de políticos, empresários, doleiros, administradores e responsáveis pela PETROBRAS, mas recomenda à



Procuradoria-Geral da República que se investigue o período de 1997 a 2002. Primeiro, não é objeto desta CPI; segundo, não há problema em se investigar o período de 1997 a 2002, mas que se investigue também toda essa quantidade imensa de denúncia, de participação de políticos, empresários, doleiros neste grande esquema que é o petrolão.

Eu queria retomar, como já dito pelo Deputado Izalci, as 13 perguntas que trazemos no nosso voto em separado.

Primeira pergunta: o Governo sabia do esquema de corrupção? Resposta: sim, sabia desse esquema.

Segunda pergunta: por que a corrupção se instalou na PETROBRAS? A corrupção se instalou na PETROBRAS principalmente por causa das indicações políticas de seus diretores. A PETROBRAS, portanto, foi vítima de uma grande organização criminosa que lá se instalou.

Terceira pergunta: a diretoria e o conselho são responsáveis? A resposta é clara: sim, são responsáveis.

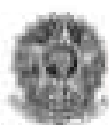
Quarta pergunta: a corrupção ficou restrita aos dirigentes da PETROBRAS? Não, a diretoria era verdadeiramente a espinha dorsal desse esquema, mas ela foi, como já dissemos, institucionalizada.

Quinta pergunta: os favorecidos sabiam da origem ilícita dos recursos? A resposta é clara: sim, sabiam da origem ilícita dos recursos.

Sexta pergunta: qual é a estrutura operacional do esquema? A estrutura operacional do esquema envolve um núcleo operacional, que era quem lavava esse dinheiro, um núcleo público, que eram os cargos dos diretores da PETROBRAS, um núcleo político, que garantia essas indicações e se beneficiava desse esquema, um núcleo privado, que eram as empresas que participavam do cartel, e um núcleo estratégico, que era o núcleo que ficava dentro do Palácio do Planalto.

Sétima pergunta: como a corrupção foi institucionalizada? Resposta: porque os mecanismos de gestão e controle da PETROBRAS permitiram que essa corrupção fosse institucionalizada.

Oitava pergunta: quando se iniciou esse grande esquema na PETROBRAS? Não há a menor dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que o mensalão é o



petrolão têm o mesmo DNA, eles nasceram de forma geminada, eles nasceram para fazer esquemas de compra de apoio na base aqui no Congresso.

Nona pergunta: quanto foi desviado de corrupção no esquema da PETROBRAS? Esse valor é inestimável. Seria preciso uma grande auditoria em todos esses contratos, mas não há a menor dúvida de que o maior beneficiado nesse grande butim criminoso foi o Partido dos Trabalhadores.

Décima pergunta: a corrupção era generalizada? Sim, o esquema era sistemático, automático e institucionalizado.

Décima primeira pergunta: a atuação do cartel foi efetiva? Claro. A relação entre as empresas, os diretores foi longa e o suficiente para acreditarmos que ela foi mutuamente benéfica, e não há que se falar em coação das empresas que participavam.

Quais as consequências para a PETROBRAS? Estima-se, Sr. Presidente, a perda da ordem de 330 bilhões de dólares para a companhia.

Quais as medidas corretivas necessárias? Apresentamos, em nosso voto em separado, propostas, que aperfeiçoam a legislação, referentes a procedimentos de licitação, a mecanismos de governança, a sistemas de controle e operações de câmbio que permitiram que fossem inclusive enviados recursos para o exterior.

Por isso, Sr. Presidente, nós concluímos nosso relatório pedindo ao Ministério Público abertura de inquérito e indiciamento de todos os políticos, empresários, doleiros, dirigentes que participaram e se beneficiaram desse grande esquema que foi o petrolão.

Muito obrigado.

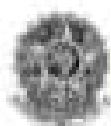
O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Augusto Coutinho.

V.Exa. tem até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Sr. Presidente, questão de ordem, quantos ainda faltam?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos no quinto Deputado, com Augusto Coutinho. S.Exa. irá falar, é o quinto da ordem. Quando chegarmos ao décimo — são dez—, vamos apreciar o requerimento de



encerramento da discussão. Sendo aprovado, a discussão estará encerrada; não sendo aprovado, seguiremos a ordem de inscrição.

Deputado Augusto Coutinho, V.Exa. tem até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não sou daqueles que questionam a postura de quem quer que seja, e respeito o relatório do nobre Relator da CPI, mas quero fazer algumas considerações e aqui deixá-las registradas.

No nosso entender, o Relator não responsabilizou — e eu não entendo o porquê — a ex-Presidente Graça Foster e o ex-Presidente José Sérgio Gabrielli. Para nós, pelo que foi apurado nesta CPI, haveria todos os indícios para isso.

O nobre Relator não indicou personagens completamente envolvidos no esquema, como, por exemplo, o ex-Ministro José Dirceu e o tesoureiro do PT, João Vaccari, que inclusive se encontram presos, em decorrência das investigações.

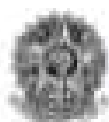
O Relator foi omissos em relação aos partidos políticos profundamente envolvidos no petrolão, como é o caso do Partido dos Trabalhadores e do Partido Progressista, desconsiderou evidências que mostram claramente que o esquema da PETROBRAS foi eminentemente político.

Entendo ainda que o nobre Relator foi omissos em relação a indícios fortes de ligação entre o esquema da PETROBRAS e as contas de campanha da atual Presidente da República, Dilma Rousseff.

Entendo ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o relatório não aprofunda os motivos da montagem do esquema do petrolão, também não deixou claro que era de mão dupla e não apenas ligado a empresas envolvidas. Há provas abundantes e suficientes que demonstram que o petrolão é um mensalão muito maior e mais escandaloso e que foi paga propina em contas eleitorais como compensação, quando não era paga em espécie. Sugere que a corrupção na PETROBRAS não era institucionalizada, quando todas as provas mostram o contrário.

Por isso, Sr. Presidente, aqui fica nossa insatisfação quanto ao relatório apresentado. Eu não sou daqueles — e muitos começam, inclusive dentro da própria Casa — a querer desqualificar o trabalho em que muitos se empenharam nesta CPI.

Eu quero parabenizar V.Exa., Presidente, que sempre conduziu com respeito todas as emoções que aqui tivemos a oportunidade de ver. Assinei o requerimento e



disse claramente na última reunião que achava que a CPI deveria se prolongar. Fica muito ruim para a Casa perante a opinião pública achar que a CPI teve seu final acelerado, em virtude do que hoje convivemos aqui, uma situação completamente desconfortável em relação ao Legislativo e ao Executivo brasileiros.

Então, Sr. Presidente, não querendo usar o tempo que me resta ainda, sei do horário avançado da noite, deixo aqui muito claras as nossas observações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. as menções a nossa condução. Estamos firmes no propósito de tocar os trabalhos desta CPI.

O Deputado Carlos Marun é o próximo inscrito.

V.Exa. tem até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu abro mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Delegado Waldir é o próximo inscrito.

V.Exa. tem até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que nos assistem neste momento, imprensa aqui presente, para começar, considerando as notas que vi ontem nos jornais, eu gostaria de dizer, até para esclarecer a imprensa, que este relatório, divulgado na última segunda-feira, é do Deputado Luiz Sérgio; este relatório, brasileiros e brasileiras, é do PT. Vou mais longe, este relatório vai ser, ao final — gravem o nome dos Deputados que vão votar favorável a ele —, o voto dos Deputados que vão votar favorável a este relatório. Todos eles vão concordar com este teor. Todos eles vão concordar. Quem concordar, é o relatório. O PSDB, não, fez diferente, fizemos um voto em separado. Mas quem votar com o Relator concordou com o que foi escrito ali.

Vejo, nobre Relator, já lhe disse na reunião anterior desta CPI, que é desumana a condição com que V.Exa. se apresenta aqui. Temos uma Ministra de Direitos Humanos, mas me parece que desumana foi sua conduta com o povo brasileiro. Desumana! Com relação a este relatório, V.Exa. teve opção. V.Exa. teve a opção de escolher entre o PT e a verdade, e ficou com o PT. Ficou com o PT jogou a verdade fora. Mas isso não é novidade para os brasileiros e brasileiras. A



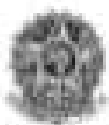
Presidenta Dilma enganou o povo brasileiro — 171, estelionato qualificado. E mais uma vez vemos a mesma coisa acontecer aqui. Mais uma vez! Eu tive o cuidado de ler 753 folhas. Mas para que ler 753 folhas deste relatório? Pura perda de tempo. Desculpe-me, tempo perdido, tempo inútil. Realmente o relatório é vergonhoso.

Nas minhas redes sociais, quando ainda estava em Goiás como delegado, participo, povo brasileiro, cidadãos, da primeira CPI. O pessoal dizia: *"Delegado, toda CPI acaba em pizza. Toda CPI acaba em pizza."* A pizza só não foi servida aqui hoje. São 22h41min, Líder do PT, passeando por aqui. São 22h41min! O que é? É horário mais para velório. Nós vamos enterrar a CPI. Vamos enterrar porque não vai continuar e não trouxe os resultados esperados pela sociedade. O Relator se acovardou. O Relator se acovardou, não quis avançar. E ele critica os investigadores.

Todo o mundo, aqui e quem está em casa, Sr. Presidente, assiste à televisão. Acho que até V.Exa. já assistiu a filme de *bangue-bangue*, de mocinho e bandido. O tempo todo torcemos para o mocinho. É filme de aventura. Só que a ótica agora se inverteu: o Relator quer que o bandido vença. O Relator quer que o bandido vença, mas não vai conseguir. O que ele fez aqui é extremamente vergonhoso, e o PT, mais uma vez, vai pagar o preço. Mais uma vez vai pagar o seu preço.

O Relator fala de delação premiada. Delação premiada: vamos punir a delação premiada. Nobre Relator, V.Exa. me diga uma coisa: não foi a Presidenta Dilma que sancionou a delação premiada? Mas ela não presta mais, Deputado Antonio Imbassahy, não serve mais, porque foram muitos delatores. Que estranho para o País nós termos muitos delatores. Ninguém quer as masmorras, ninguém quer a cadeia, vamos falar. E quando fala do PT: *"Não, vamos acabar com a delação. É, vamos acabar com a delação."*

Realmente, como disseram meus amigos das redes sociais, quando fiz a postagem de uma grande pizza, imaginando em que estava acabando isto aqui: *"Delegado Waldir, fale lá na CPI da PETROBRAS"* — Presidente, o cidadão brasileiro falando para o Delegado Waldir — *"que o povo brasileiro não é idiota, que o povo brasileiro não é palhaço mais. Não é palhaço."* Ele sabe, acompanha pelas redes sociais, ele entende o que está acontecendo no País.



Podem ter certeza, o PT vai pagar o preço nas urnas por ter instalado na PETROBRAS a maior organização criminosa existente no mundo, e afirmada até pelo Presidente da Casa, Eduardo Cunha, esta semana, num debate que teve com a Presidenta. É a maior organização criminosa colocada no mundo. O PT chegou ao poder em 2003. E daí? E daí, cidadão brasileiro? Vamos fazer acordos. Muito bem, vamos fazer acordos: acordo aqui, acordo ali. Vamos dividir o bolo, e o bolo não para de ser dividido. Para isso, foram divididos espaços em várias diretorias da PETROBRAS. Ela foi infestada de criminosos, e os funcionários da PETROBRAS, líder Imbassahy, são bons funcionários, mas lá colocaram bandidos para arrecadar. Outros bandidos cooptaram.

Calma, Sr. Presidente, eu tenho muito tempo ainda, 7min40seg. Não são os mesmos 3 minutos que eu tinha para falar. Hoje tenho 15 minutos e V.Exas. vão ter que me ouvir. Não vou poupar nenhum segundo, vão ter de escutar aquilo que está engasgado aqui. Se eu fui cerceado em boa parte do tempo, hoje é diferente, hoje eu tenho a palavra e ninguém tem como cortar. Está silencioso, e o Brasil está nos escutando. O Brasil nos escuta neste momento.

Vejo sem dúvida alguma muita cara de pau. Óleo de peroba, como eu disse aqui, Sr. Presidente, deveria ter sido dado ao PT. Óleo de peroba agora para o Relator também. Mesmo adoentado, não tem problema, preciso colocar que este relatório é vergonhoso, manchou a sua imagem, nobre Presidente, manchou a minha imagem. Eu ouvi os noticiários dizendo que esta CPI é um lixo. Eu ouvi os noticiários. Mas o que fazer? Nós temos que cruzar os braços. Mas eu não vou me calar, eu não concordei com este relatório. Não concordo com ele. É uma vergonha nacional! É uma vergonha, nobre Relator! Uma vergonha! Depois de 7 meses, depois de muitos gastos, estamos aqui sendo envergonhados.

Sr. Presidente, eu li o relatório. Do que fala? Fala de abobrinha, de tomate, de chuchu, mas não fala da investigação, não relaciona os políticos envolvidos na corrupção, não mostra os líderes da organização criminosa, por mais que tenhamos tido aqui diversos depoimentos nesse sentido. Por que não fala? Por que se cala? Eu vi de tudo. Cadê? O Relator se calou. Não quis se lembrar do companheiro Lula, o companheiro Lula que está nas manchetes dos jornais, o companheiro Lula que trouxe o Bolsa Família, mas que na verdade o Bolsa Família foi para ele, para a